

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

PLANEJADA E ORIENTADA

por

JURANDYR PIRES FERREIRA

PRESIDENTE DO I. B. G. E.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE

SPERIDIÃO FAISSOL

Secr.-Geral do C. N. G.

HILDEBRANDO MARTINS

Secr.-Geral do C. N. E.

SUPERVISÃO GEOGRÁFICA

DE

ANTONIO TEIXEIRA GUERRA

Dir. de Geografia

REVISÃO

A. C. MELLO BARRETO

Inspetor - Técnico

SUPERVISOR DA EDIÇÃO

ADOLPHO FREJAT

Superintendente do Serviço Gráfico

25 DE MARÇO DE 1959

**OBRA CONJUNTA DOS CONSELHOS
NACIONAL DE GEOGRAFIA E NACIONAL DE ESTATÍSTICA**

DIRETÓRIO CENTRAL

Dr. ALBERTO I. ERICHSEN
Dr. ALBERTO R. LAMEGO
Dr. ARMANDO M. MADEIRA
Prof. C. M. DELGADO DE CARVALHO
Dr. E. VILHENA DE MORAES
Cel. RENATO BARBOSA RODRIGUES
Maj.-Av. ODAIR FERNANDES DE AGUIAR
Cel. F. FONTOURA DE AZAMBUJA
Dr. HÉLIO CRUZ DE OLIVEIRA
Dr. RUBENS GOUVÊA
Dr. FLÁVIO VIEIRA
Cap.-de-Mar-e-Gueita ALEXANDRINO
DE PAULA FREITAS SERPA
Capitão-de-Fragata ARNALDO DA
COSTA VARELLA
Dr. J. F. DE OLIVEIRA JÚNIOR
Cel. OMAR EMIR CHAVES
Min. J. GUIMARÃES ROSA
Gen. JACYNTHO D. M. LOBATO
Gen. JAGUARIBE DE MATTOS
Dr. JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES
Dr. ROMERO ESTELITA
Dr. MURILO CASTELLO BRANCO
Dr. PERICLES M. CARVALHO

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

Dr. ALBERTO MARTINS
Dr. AUGUSTO DE BULHÕES
Cel.-Av. FAUSTO AMÉLIO DA SILVEIRA GERPE
Ministro JOSÉ OSVALDO MEIRA PENNA
Cônsul RAUL DE SÁ BARBOSA
Dr. ANTÔNIO FONSECA PIMENTEL
Dr. NIRCEU C. CEZAR
Dr. PAULO MOURÃO RANGEL
Cap.-de-Mar-e-Gueita PAULO OLIVEIRA
Dr. RUBENS D'ALMADA HORTA PORTO
Dr. RUBENS GOUVÊA
Dr. DOMINGOS SABÓIA DE ALBUQUERQUE FILHO

PRESIDENTE DOS CONSELHOS

Prof. JURANDYR PIRES FERREIRA

VICE-PRESIDENTE

Prof. CARLOS DELGADO DE CARVALHO

Secretário-Geral

Prof. SPERIDILÃO FAISSOL

Secretário-Assistente

JOSÉ DE ALMEIDA

Secretário-Geral

HILDEBRANDO MARTINS

Secretário-Assistente

OSWALDO ALMEIDA FISCHER

Na Chefia do Gabinete da Presidência

WLADIMIR PEREIRA

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

XXXI VOLUME

RIO DE JANEIRO
1959

CURITIBA — PR

Mapa Municipal no 10.º Vol.

HISTÓRICO — Um dos principais objetivos do povo português ao lançar-se à tarefa do descobrimento de novas terras, cruzando os mares e circunavegando o globo terrestre, consistia em encontrar ouro e pedrarias preciosas.

À época do descobrimento do Brasil vigorava em Portugal e nos principais países da Europa o regime comercial denominado mercantilismo. Na vigência desse regime comercial o dinheiro e o ouro representavam riqueza com que Portugal, Espanha e muitas outras nações européias adquiriam as especiarias, produtos industriais e mercadorias que não possuíam e de que necessitavam para a sua própria sobrevivência.

Ao descobrirem o Brasil os lusitanos não encontraram, de imediato, nem ouro nem pedras preciosas. Em vista disso o governo de Portugal resolveu arrendar o Brasil ao judeu-português Fernando de Noronha, que se dedicou a exploração do pau-brasil, sem se preocupar com as jazidas de ouro, de prata e de pedrarias preciosas existentes no território do país recém-descoberto.

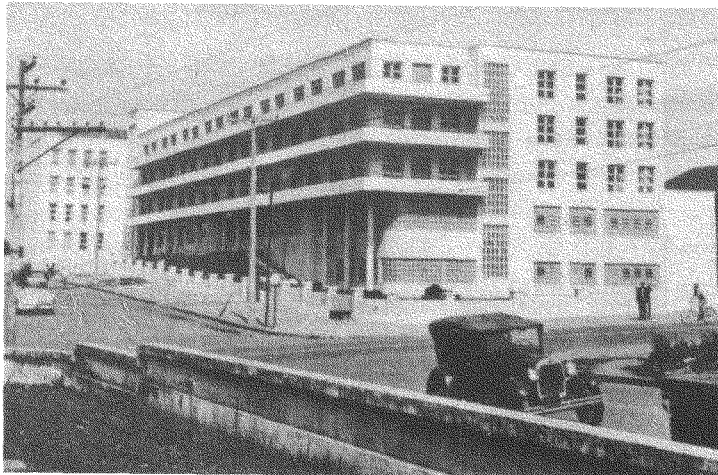
Sòmente a partir de 1531, quando aportou a São Vicente, Martim Afonso de Souza, baseado em informações prestadas por Francisco de Chaves, português que se lhe apresentou em Cananéa, resolveu lançar ao interior brasileiro uma bandeira ou expedição em busca de ouro.

Em 1554, o Padre Anchieta, em carta escrita de São Paulo, anunciava, como que indo ao encontro do desejo lusitano: ...“agora finalmente, descobriu-se uma grande cópia de ouro e outros metais até aqui inteiramente desconhecidos, como afirmam todos”.

Assim, ao longo do século XVI, todos viam ou supunham ver ouro nas terras do Brasil. Em 1578 Pizarro sonhou com a exploração de ouro em Paranaguá. Pedro de Almeida Peres Leme é de opinião que foi Afonso Sardinha o primeiro a encontrar ouro no Brasil, isso, em 1590. Afonso Sardinha teria encontrado ouro na serra de Jaguambaba (Mantiqueira), na de Jaraguá (térmo da vila de São Paulo), na Ventura (térmo da de Parnaíba) e na Ibitaçoaba (térmo da de Sorocaba).

Todavia, ao invés de ter encontrado ouro, sabe-se que Afonso Sardinha explorou e fundiu ferro.

De qualquer maneira, nada indica que durante o século XVI os portugueses houvessem encontrado e explorado minas ou jazidas de ouro em território brasileiro.



Hospital Militar



Estádio Durival de Brito

Ao despontar o século XVIII, a 15 de agosto de 1603, o governo da metrópole expediu o primeiro Regimento das Terras Minerais do Brasil e fazia as primeiras concessões a descobridores de minas auríferas.

Posteriormente, por Alvará de 2 de janeiro de 1608, o governo português nomeava D. Francisco de Souza para o cargo de Governador e Capitão-general do Distrito do Sul do Brasil, que compreendia as capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente, com atribuições especiais a respeito das minas. Ao mesmo tempo eram nomeados seus auxiliares: um procurador, um tesoureiro, dois mineiros de prata, um mineiro de ouro de bêta, um ensaiador, um mineiro de pérola, um mineiro de esmeralda, um mineiro de salitre e dois mineiros de ferro.

As minas, porém, não correspondiam às previsões e aos desejos da coroa portuguesa. Tanto assim que a 8 de agosto de 1618 um segundo Regimento de Terras Minerais era expedido pela metrópole, ampliando as disposições do Regimento de 1603.

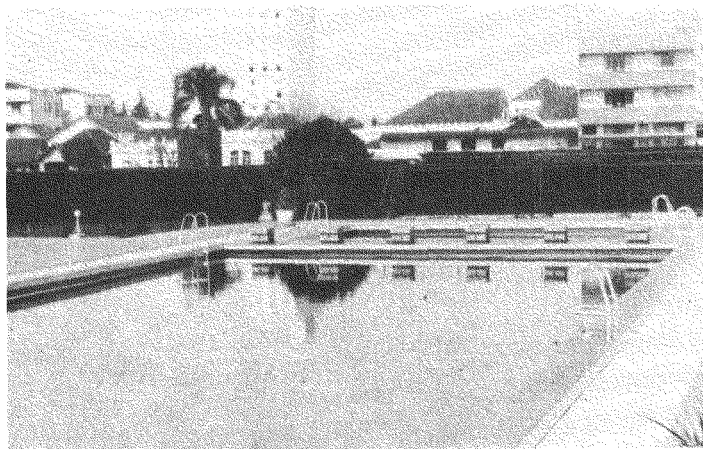
Euzébio de Oliveira, citado por Romário Martins, diz: “Em virtude dessas novas concessões, as entradas se sucederam, contando-se, porém, os insucessos pelas tentativas feitas”.

Os lusitanos, todavia, jamais esmoreceram na tarefa insana de pesquisar e caçar ouro, principalmente na região sul do Brasil. Assim, dentre as localidades onde primeiro surgiram notícias do descobrimento de minas de ouro e que maiores esperanças despertaram, figurou Paranaguá.

Gabriel de Lara, que chegara a Paranaguá em 1617, integrando a bandeira de Antônio Pedroso, sòmente em 1646 encontrou, nas encostas da Serra Negra, as lavras de Peruna ou Ibiteruna, comunicando o fato à Provedoria de São Paulo. Simultaneamente eram divulgados descobrimentos semelhantes em Iguape, Cananéa e nos sertões da Ribeira (Apiá) e nos sertões do Açungui, compreendendo o sertão das Furnas e os campos de Curitiba.

“As duas zonas principais de penetração de mineradores e pesquisadores de minas — segundo Romário Martins — ao mesmo tempo ou com pequena diferença, foram as do vale do Ribeira de Iguape, compreendidos o Ribeirinha e o Açungui, suas principais nascentes; e no Cubatão, atual Nhundiaquara, onde, em 1653, já estavam assinaladas onze jazidas auríferas.

“Ambos êsses rumos eram tradicionalmente conhecidos. Pelo Ribeirão-Açungui, penetravam os bandeiran-



Piscina do Círculo Militar

tes nas regiões do Tibagi, Piquiri, Iguaçú e mais tarde Uruguai, desde os primeiros tempos de suas incursões caçadoras de índios”.

Euzébio de Oliveira, em *Geologia e Recursos Minerais do Paraná*, assim descreve o trabalho dos mineradores:

“O processo de extinção de ouro com a “batéia” era o geralmente seguido; mas por vèzes desviavam temporariamente o curso dos ribeiros e atacavam o leito descoberto retirando do fundo tanto minério quanto podiam”.

Com o descobrimento das minas de Paranaguá, por Gabriel de Lara, em 1646, iniciou-se eficientemente o ciclo da mineração no Paraná e até mesmo na Colônia. Antes que a exploração se iniciasse regularmente, porém, o governo português, por intermédio do Governador Geral do Rio de Janeiro, nomeava Administrador e Provedor para o seu desenvolvimento, pesquisas de novas jazidas e defesa fiscal dos quintos reais.

Com êsse objetivo, em 1645-1647, Duarte Corrêa Vasqueanes, Governador Geral do Sul do Brasil, enviou a Eleodoro Ébano Pereira, como Entabulador e Administrador nos Distritos do Sul e o Provedor da Fazenda Real, Pedro de Souza Pereira a Mateus de Leão para seu delegado em Paranaguá, onde apenas haviam sido descobertas as primeiras minas, ignorando-se, ainda, se eram ou não produtivas.

Na zona do litoral foram notáveis, pelo menos em vista da esperança que despertaram, as minas de Peruna (Santa Fé), de Dom Jaime, as das serranias da baía dos Pinheiros e as que se localizavam às margens do rio Cubatão (Nhundiaquara).

Fora do litoral, na região do interior do Paraná, a área da exploração proveitosa da aluvião aurífera atingiu, principalmente, a vasta zona do Açungui, de Jaguariaíva do Tibagi e do planalto de Curitiba.

Foi então que, de Paranaguá, através da estrada do Cubatão, começaram a chegar aos campos de Curitiba os primeiros homens, as primeiras expedições ou bandeiras, que vinham à cata de ouro e das pedrarias preciosas.

Notícias de 1645 e 1647 informam que havia longas explorações das famosas lavras do Itaimbé (Açungui), talvez o início da caça ao ouro no Brasil, ao mesmo passo que nas minas da Ribeira de Iguape, a cuja bacia hidrográfica pertencia.

As três principais investigações sôbre as lavras do Itaimbé figuram entre as primeiras levadas a efeito nos

distritos auríferos do sul do Brasil. A primeira, por Ébano Pereira, entre 1645 e 1647; a segunda, por Agostinho de Figueiredo, em 1670; e a terceira, por Don Rodrigo de Castello Branco, em 1679.

Ainda na região do Açungui (Campos de Curitiba) foram notáveis as minas de Nossa Senhora da Conceição, da Cachoeira e do Ribeirão, exploradas durante mais de 20 anos, por Salvador Jorge Velho e seu genro Antônio Pires de Campos, a partir de 1678 até 1699, quando entrou na sociedade seu irmão Simão Jorge Velho.

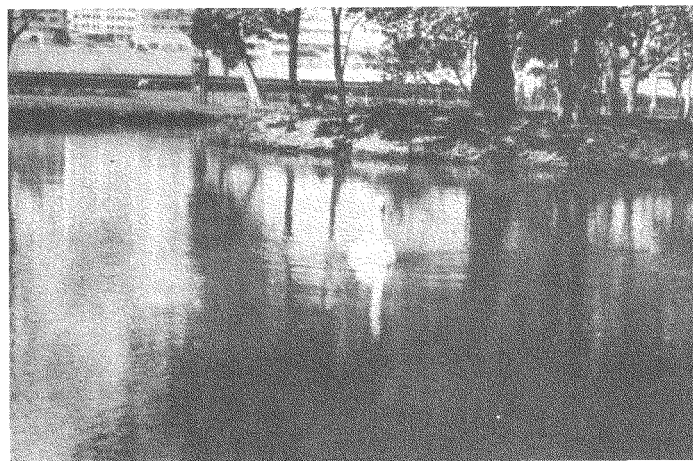
“Em São José dos Pinhais há vestígios de grandes trabalhos de mineração nas lavras de Saraiva, nas da serra que forma os vales dos rios Guaratubinha e da Prata. Em Lavrinhas, no sítio conhecido pela denominação de Fazendinha, em Campo Largo, há indícios de exploração de ouro em veio de quartzo; e em lugar incerto, ainda em 1712, o Capitão-mor João Rodrigues de França garimpava com grande sucesso.

“As minas do Arraial Grande (São José dos Pinhais) formadoras de um dos núcleos de origem do povoamento efetivo de Curitiba pelo grupo de Balthazar Carrasco dos Reis, poucos anos antes de 1661, ainda em 1741 eram satisfatoriamente exploradas pelos descendentes dêsse políada seiscentista, Gaspar Carrasco dos Reis e Balthazar Veloso da Silva e por Salvador de Albuquerque”. (Romário Martins, *História do Paraná*.)

A primeira expedição oficial coordenadora dos serviços de exploração de minas de ouro nos Distritos do Sul (inclusive Curitiba) foi chefiada por Eleodoro Ébano Pereira, da qual fizeram parte seu filho Gibaldo Ébano Pereira, Sebastião Teixeira de Azevedo e outros.

Os Distritos do Sul, ao tempo em que aqui chegou a expedição de Eleodoro Ébano Pereira, se compunham dos distritos de Iguape, Cananéa e Paranaguá e dos distritos auríferos que lhe eram correspondentes, das minas da Ribeira e das do Açungui, no planalto de Curitiba.

Crônicas e documentos históricos, muito raros, pertinentes ao início do ciclo da exploração das minas de ouro de Paraná, atestam que Ébano Pereira desempenhou-se admiravelmente, de suas funções. Movimentou os serviços de exploração das minas descobertas e promoveu o descobrimento de outras; organizou o trabalho e o arraialamento de garimpeiros, de forma a garantir a boa ordem dos serviços de exploração, assegurando aos grupos de mineradores o direito regimental às minas que descobrissem; dando, finalmente, diretrizes sociais e econômicas a um serviço



Passeio Público

que se ia iniciando desordenadamente, como era natural, em lugares até então fora das vistas de qualquer autoridade pública.

Graças ao êxito de sua administração e ao relêvo de sua atuação, como primeiro Administrador das Minas do Sul, Ébano Pereira é considerado o fundador de Iguape e Cananéa, apesar de tais localidades já serem vilas, no seu tempo.

Em Curitiba, não obstante já existirem moradores brancos, quando aqui chegou, foi Eleodoro Ébano Pereira quem realmente presidiu o advento social, preparando e conjugando os seus arraiais, estabelecendo entre êles a coesão e a ordem.

Ébano Pereira, que aportou aos campos de Curitiba em 1645, é o pioneiro do nosso povoamento e da nossa civilização. Foi a primeira autoridade em assuntos de descobrimentos, coordenação e mineração de ouro, sua fundição e cobrança dos quintos devidos ao Rei de Portugal.

Além do Mapa dos campos de Curitiba traçado pelo próprio Eleodoro Ébano Pereira, não há outro documento sôbre o povoamento inicial de Curitiba. Êsse mapa, descoberto pelo Dr. Moisés Marcondes na Biblioteca de Lisboa, foi publicado em "fac-simile" na obra de sua autoria "Contribuições para a História do Paraná".

De qualquer maneira, porém, é certo que muitos anos antes da vinda de Ébano Pereira, já aqui se encontravam numerosos moradores, pois o "Arraial de Curitiba", assinalado no mapa de sua autoria, já devia contar cêrca de 20 anos, àquela época.

O planalto curitibano era "terra de todos", de quantos nêle se estabeleciam para minerar ou para mascatear víveres com os garimpeiros. Antes de Ébano Pereira nenhuma autoridade havia visitado oficialmente a região, onde se localizava o "Arraial de Curitiba" e onde surgiria, muitos anos mais tarde, a grande e progressista cidade, que seria a Capital do Estado do Paraná.

A atuação de Eleodoro Ébano Pereira, na alvorada dos dias históricos dos distritos auríferos de Iguape, Paranaguá e Curitiba, confere-lhe o título de fundador da vila. Com relação a Curitiba, melhor do que às outras localidades se ajusta, em Ébano Pereira, a primacialidade dêsse título.

A expedição ou bandeira oficial movimentadora e coordenadora dos serviços de exploração das minas do sul foi conduzida por Ébano Pereira, por determinação de Duarte Corrêa Vasqueanes, Governador Geral do Rio de



Estação da Rêde Viação Paraná—Santa Catarina

Janeiro, entre os anos de 1645 e 1647 — conforme já foi dito — na época em que Vasqueanes governou, pela segunda vez, o sul do país.

Os distritos auríferos cuja administração foi confiada a Ébano Pereira e nos quais exerceu a sua missão oficial compunham-se de Iguape, Cananéa e Paranaguá, na costa; e nos sertões, correspondentes às regiões das minas da Ribeira, do Açungui de Cima, no então chamado sertão dos Pinhais.

Após a expedição comandada por Ébano Pereira, o Governador da Fazenda Real, atendendo aos interesses da boa arrecadação dos quintos reais, criou, para efeito de fiscalização, postos fiscais em Iguape, Cananéa e Paranaguá. Para o cargo de provedor do pôsto de Paranaguá foi nomeado Mateus de Leão, por Provisão de 2 de abril de 1647.

As minas do planalto de Curitiba ficaram subordinadas à autoridade de Mateus de Leão, na Provedoria de Paranaguá.

Até o ano de 1649 Paranaguá contava com reduzido número de povoadores efetivos, mas já aspirava a sua elevação à categoria de vila, conduzida que era por indivíduos de "boa nota", dentre os quais se sobressaía Gabriel de Lara, que foi representante dos donatários da Capitania e cuja autoridade se estendia por "40 léguas da parte do sul", fidalgo de boa linhagem castelhana, e filho de Don Diogo Orodenez de Lara, morador em São Paulo, e que teve papel proeminente na fundação e povoamento de Curitiba.

Os bandeirantes conheceram desde os tempos primitivos, quando de suas arrojadas excursões de assalto aos índios ao ocidente da serra do Mar, o caminho pré-cabralino que, em território paranaense percorria o vale do Açungui em demanda do Tibagi, por onde várias das suas bandeiras penetraram no território da antiga província espanhola de Guaíra.

Essas veredas pré-cabralinas precederam as que do litoral de Paranaguá vinham ter ao planalto através da serra do Mar. As do sul da Ribeira foram, por certo, as únicas percorridas pelos bandeirantes dos dois ciclos de penetração do interior do continente: o da caça ao aborígene e o da primeira fase da mineração aurífera.

Estas foram o caminho fluvial do Cubatão que, navegado por canoas, se constituía de duas secções: Pôrto do Rocio de Paranaguá até o de Barreiros e, dêste, pelo rio



Vista parcial da Praça Tiradentes, ao fundo a Catedral Municipal

Nhundiaquara (também chamado Cubatão) até o Pôrto de Cima, onde se interrompia a navegação. Daí por diante, rumo ao planalto, o caminho era percorrido a pé, até Curitiba, pelas diversas picadas da Serra. Havia duas secções dêsse caminho, para efeito tarifário, sendo uma de Paranaguá a Morretes e outra de Morretes ao Pôrto de Cima.

Antônio Vieira dos Santos, em "Memórias Históricas de Paranaguá", escreve:

"Em 1772 o Tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, Comandante da Expedição a Guarapuava, fêz abrir um caminho que, a partir de Barreiros, margeou a esquerda do rio Cubatão, a fim de transportar os trens de guerra dessa expedição vindos de Paranaguá.

"No caminho da Serra, de Pôrto de Cima à Borda do Campo, fêz também melhoramentos, avivando os "trilhos" e desbastando as matas laterais. Nesses serviços empregou uma companhia de Ordenanças e outra de Auxiliares.

"Foi nessa ocasião que se fêz o caminho pelo cume da serra, rompendo o grande penedo do Cadeado a fogo e pólvora, fazendo pela beirada dêle um trânsito estreito à beira de um precipício medonho, quando o primeiro caminho era fraldeando a Serra, mas o tempo o arruinou".

Todavia, um dos mais antigos e históricos caminhos que ligava Curitiba a São Paulo era o Caminho de Sorocaba. A secção meridional dêsse Caminho, isto é, de Curitiba aos campos de São Pedro do Rio Grande do Sul, é mais moderna que a de São Paulo a Curitiba. Primitivamente essa via de comunicação chegava a Curitiba, passando por Campo Largo e São José dos Pinhais; porém, com a abertura da Estrada da Mata, do Rio Negro para o sul, as próprias tropas lhe foram dando curso mais direto, seguindo da Lapa para o rio Iguaçu.

Dêsse caminho, ao longo de suas duas margens, foi que se originaram várias povoações do planalto paranaense, tais como Jaguariaíva, Pirai do Sul, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Campo Largo e muitas outras, que outrora foram simples "pousos" ou currais, lugares de descanso ou invernadas de gado.

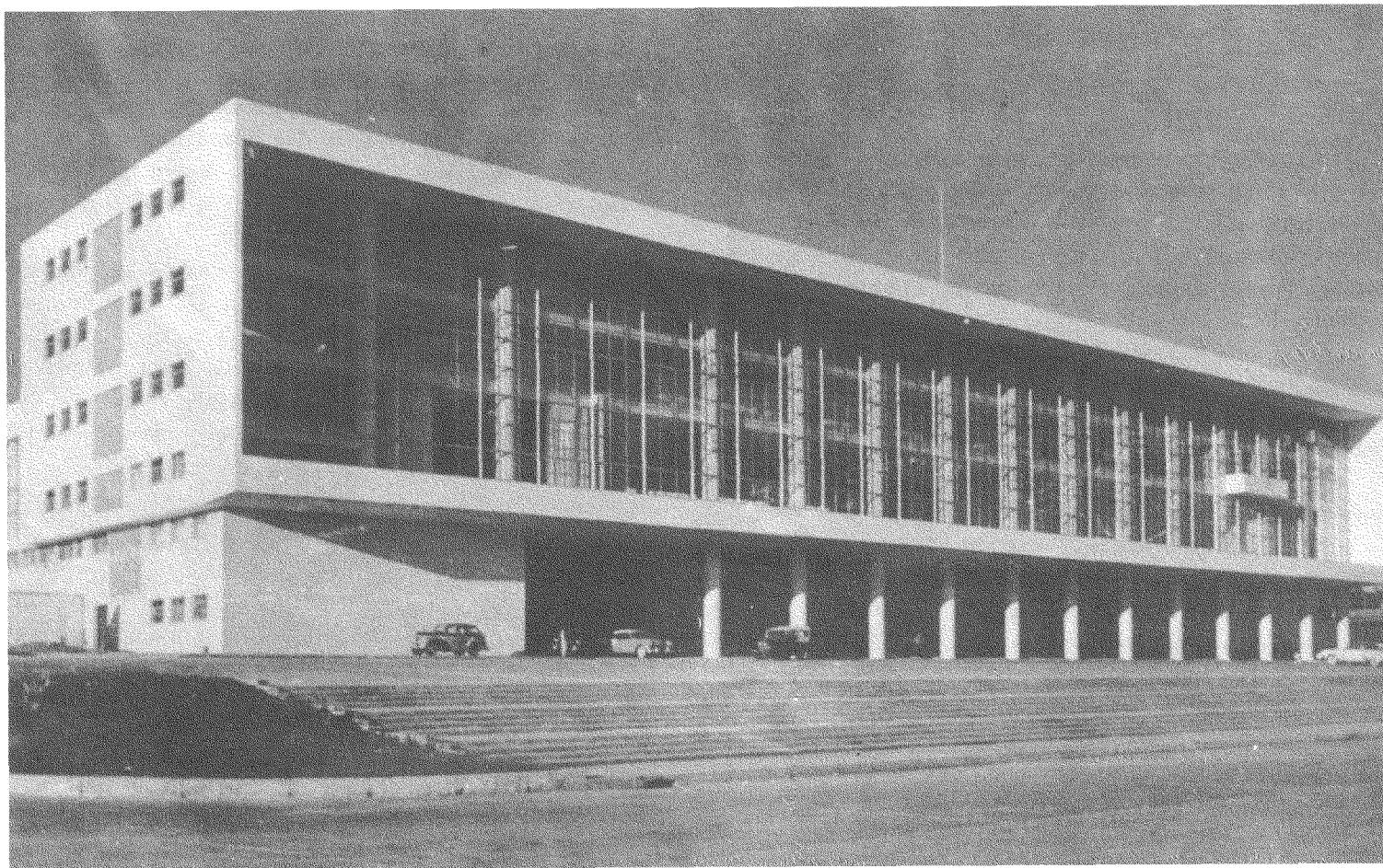
Rocha Pombo assim descreve o histórico caminho de Sorocaba—Viamão:

"O caminho para São Paulo, pelos Campos Gerais, foi aberto desde os primeiros tempos do povoamento. O traçado cortava apenas alguns capões (onde os viajantes descansavam ou faziam pousadas), preferindo-se em geral o campo aberto onde a conservação dos caminhos era muito mais fácil. Desde que se saía de Curitiba, andava-se fazendo uma enorme curva até o passo de Itararé para São Paulo. Sôbre êsse caminho primitivo se foram formando povoados, tornando-se mais notáveis aquêles onde as caravanas (tropas) costumavam fazer pernoite"

Martim Afonso de Souza, que foi o primeiro português a comandar uma expedição ao Brasil, alguns anos após o seu descobrimento, já então com o título de donatário da feitoria de São Vicente e Cananéa, aportou em território paulista em 1530.

Tão logo chegou em São Vicente, Martim Afonso de Souza velejou para o sul, percorrendo a costa brasileira até o cabo de Santo Agostinho. Já em agosto do mesmo ano atingia a costa na altura de Cananéa. Prosseguindo viagem rumo ao sul, atingiu o rio da Prata, onde tomou posse da terra para a coroa portuguesa.

A 20 de janeiro de 1532 abrigou-se Martim Afonso de Souza, com a sua frota, em São Vicente. A respeito dêsse fato, diz Rocha Pombo:



Palácio Iguaçu (sede do Governo)



Vista parcial da Avenida João Pessoa

“Aquêles dias em que os portugueses levantaram ali na praia de Itararé o estandarte cristão têm para nós (paranaenses) uma como que solenidade de culto.”

Reforçando essa opinião do grande historiador brasileiro, acrescenta Oswaldo Pilotto:

“A gente do Paraná guarda, como os paulistas, com especial referência, o culto dêsse acontecimento, porque em São Vicente começa a nossa história regional”.

Conforme assinalam vários historiadores nacionais, quando Martim Afonso de Souza chegou a São Vicente, já encontrou gente branca, que vivia em boa política com os índios carijós e tupiniquins.

E foi naquelas paragens que tiveram início a colonização e o povoamento da terra, realizações que encontraram em João Ramalho, que ali teria chegado por volta de 1530, o elemento de aproximação e harmonia por excelência.

Comentando a ligação dêsses fatos com a penetração lusitana em terras do Paraná, diz Oswaldo Pilotto:

“As incursões que a gente branca fazia pelas terras da marinha atingiam o litoral paranaense”. E, citando Rocha Pombo, acrescenta:

“Tanto por terra como por mar, varejando os esteiros, os varadouros, os recôncavos das baías, ou fazendo caminhos pelas praias, a gente de Ramalho ia até Paranaguá e São Francisco, e é provável mesmo que até a Ilha dos Patos (Santa Catarina), onde viviam também muitos espanhóis e portugueses”.

Ratificado o Tratado de Tordesilhas (1492) cuidou a Espanha de tomar posse e assegurar o domínio das terras que, em decorrência do referido tratado, lhe pertenciam, neste lado do Atlântico.

Em vista disso, D. Álvaro Nunes Cabeza de Vaca, nomeado pelo Rei de Espanha para o cargo de “adelantado” (governador) da província do Paraguai, aportava, com um grande séquito militar, em Cananéa e São Francisco, na sua viagem para Assunção.

De Cananéa, Cabeza de Vaca, acompanhado por 250 homens e orientado por alguns selvagens, penetrou no sertão, atravessou a Serra do Mar e veio atingir o rio Iguaçu, os Campos Gerais e o “plateau” curitibano; tudo em vista do equívoco em que caíra, por entender que as terras do Paraná pertenciam aos domínios espanhóis, no Paraguai.

Esse expedicionário castelhano atravessou o território paranaense, fundando cidades, abrindo picadas e traçando

rumos para o futuro povoamento da terra. Do Iguaçu, Cabeza de Vaca demandou o rio Tibagi, rumando em seguida ao rio Ivaí. Dêsse ponto transpôs a Serra da Esperança, dirigiu-se para o Iguaçu, para atingir, finalmente, Assunção em 1542, de onde os espanhóis garantiam os seus domínios na América Latina.

Na sua trajetória pelo sertão, o “adelantado” Cabeza de Vaca fundou as cidades de Ontiveros, “Ciudad Real del Guaira” e Vila Rica do Espírito Santo, as quais passaram a constituir-se em sentinelas avançadas dos domínios de Espanha em terras americanas.

Até então o único dono da terra era o selvagem indômito, agressivo e feroz. Das margens do Paranapema às barrancas do rio Paraná, ao ocidente das feitorias de Piratininga, viviam numerosas nações indígenas, entre as quais a dos guaranis, dos caingangues, dos tupis, dos tinguis, dos carijós, dos tupiniquins, dos cuminunguaras, dos iratins e milhares de outras grandes e poderosas tribos.

Antes da extraordinária empresa realizada por Cabeza de Vaca cruzaram pelos Campos de Curitiba Aleixo Garcia, que comandou a primeira bandeira paulista aos sertões do Tibagi, em 1526; e alguns anos mais tarde, em 1531, Pero Lôbo e Francisco Chaves, à frente de grandes expedições, também penetraram o sertão guairenho, atingindo a região dos Campos Gerais.

Posteriormente, em 1552, Ullrich Schmiedel, vindo de Assunção, com destino a São Vicente, acompanhado de quatro soldados alemães e vinte índios paraguaios, cruzou a região dos Campos Gerais, em território curitibano.

Êstes expedicionários precederam, no tempo e no espaço, às “entradas” dos mineradores e povoadores da zona, onde se situam a cidade e o município de Curitiba, e as incursões que realizaram através do sertão ignoto e agreste foram feitas pelos antigos caminhos pré-colombianos e pré-cabralinos dos aborígenes da Serra do Mar; dos tropeiros da célebre feira de Sorocaba; das hordas guaranis da baía do Paranapanema; dos flibusteiros oriundos de tôdas as latitudes e dos habitantes do litoral quando, instigados pela caça do ouro, começaram a subir o planalto, pelas picadas abertas na floresta virgem.

Concomitantemente à eclosão dêsstes fatos, enquanto portugueses e lusitanos se digladiavam na defesa dos seus direitos, na exata localização do Meridiano de Tordesilhas, batendo-se pela posse e dominação da terra virgem do Brasil, o planalto de Curitiba ia crescendo, isolado do litoral e do mundo, no “plateau” da região das araucárias,



Vista parcial aérea da cidade

onde se formavam “pousos”, “currais”, “arraiais” e invernadas de tropeiros e mineradores.

Os primeiros nomes que aparecem na história de Curitiba, depois de Eleodoro Ébano Pereira, são os de Balthazar Carrasco dos Reis e Matheus Martins Leme.

Balthazar Carrasco dos Reis fêz parte da bandeira de Antônio Domingues, levada em 1648 ao rio Uruguai, vindo mais tarde, pouco antes de 1661, residir nos Campos de Curitiba, por onde passara a expedição de Domingues em 1648. Quando, em 1668 Gabriel de Lara veio tomar posse da localidade, encontrou Balthazar Carrasco dos Reis acompanhado de parentes, amigos e índios seus agregados, formando um dos grupos povoadores, que se achava estabelecido em redor de uma capela de pau-a-pique e em sítios a pequenas distâncias da sede da povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

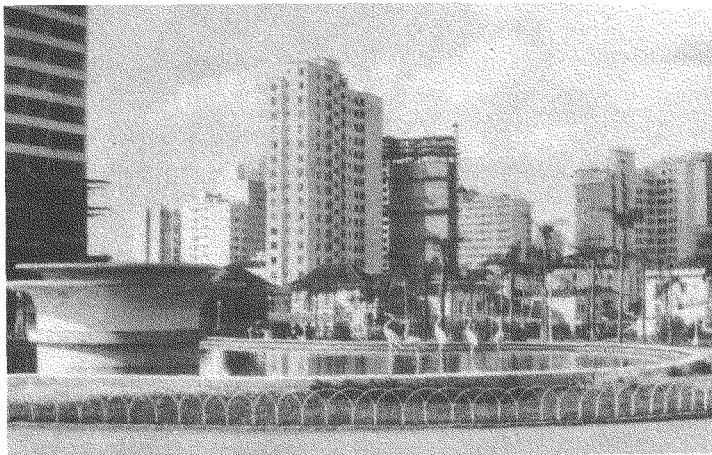
Todavia, assevera Romário Martins:

“Mas não foi êsse o primeiro grupo povoador do planalto curitibano. Antes dêle houve os que fundaram arraiais de mineradores mais ou menos estáveis na região aurífera atravessada pelos caminhos do Açungui e do Arraial Queimado (atual cidade de Bocaiúva do Sul), e a seguir na Borda do Campo (Atuba, Vilinha, Vila dos Côrtes) e no Arraial Grande (São José dos Pinhais), próximo ao flanco ocidental da Serra do Mar.

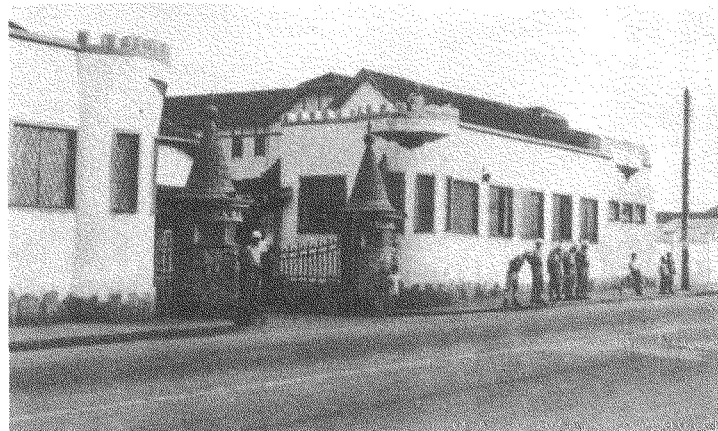
“Antes que surgisse o núcleo escasso e valoroso dos dezessete homens representativos da sociedade que Lara, em 1668, encontrou na povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, elevada à Vila em 1693, Curitiba andou pairando naqueles arraiais de garimpeiros, — ora no divisor das águas auríferas do Capivari e do Açungui, ora à beira do campo que desce para a chapada do Cubatão e, finalmente, à fralda da Serra por onde os homens de aventura do Arraial Grande romperam caminho para o litoral, melhorando as aspérrimas veredas das antas e dos índios.

Tudo leva a crer que a primeira entrada e acampamento de gente branca no lugar onde seria fundada Curitiba teria ocorrido na região meridional da Ribeira, isto é, no Açungui, por onde passava o caminho pré-cabralino que ia ter ao Tibag e ao Piquiri: — “o clássico caminho do Guaíra”, como diz Alfredo Ellis Júnior, citado por Romário Martins, e que tinha um ramal para o sul até o Campo dos Biturunas (Palmas) e para o Tapes, na futura província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

“Não seriam, contudo, pelo que se sabe, dêsses dias iniciais de Curitiba, Eleodoro Ébano e os de seu grupo de



Vista parcial da Praça Rui Barbosa



Entrada principal da Base Aérea de Curitiba

mineradores e entaboladores do serviço das minas, os primeiros que irromperam no planalto curitibano. Outros investigadores e exploradores das riquezas minerais da terra os teriam precedido, em tempos sem memória, nessa época de aventura em que o sertão era o grande fornecedor de possibilidades e de ilusões e o de Paranaguá era então de mais fácil acesso para os paulistas, por trilhos conhecidos de múltiplas bandeiras, que os percorreram para o oeste e para o sul”. (Romário Martins — *História do Paraná.*)

Por falta de nomes e datas, deixam de aparecer na história de Curitiba os esforços anônimos e as datas iniciais das origens do povoamento, isto é, de quando os primeiros sertanistas vadearam a Ribeira de Iguape, subiram os vales do Açungui e do Ribeirinha, infletiram sôbre as nascentes do Capivari e fundaram o primeiro pouso de suas fadigas com as pepitas retiradas do escrínio das águas que descem das serras de Itaiacoca, do Brumado e de Sant’Ana.

Sòmente são conhecidos os grupos povoadores, que figuram em primeira plana na história de Curitiba, chefiados por Eleodoro Ébano Pereira, em 1647; o de Balthazar Carrasco dos Reis e Matheus Martins Leme, que em 1661 residiam no Barigui, fora dos arraiais dos garimpeiros; o grupo dos dezessete povoadores que assistiram a elevação do pelourinho em 1668; o de Salvador Jorge Velho, que entre 1678 e 1680 movimentava as lavras do Ribeirão e de Nossa Senhora da Cachoeira na região do Açungui; e dos “três povos” que erigiram a Vila em 1693.

Segundo outros, o grupo povoador de Balthazar Carrasco dos Reis teria sido instalado no Atuba, e foi êsse grupo que deu origem à formação do povoado de Curitiba.

“A história oficial de Curitiba — diz Romário Martins — se inicia ininterruptamente, em 1668, quando Gabriel de Lara, Capitão-mor de Paranaguá e Procurador do Donatário da Capitania, tomou posse da povoação que estava surgindo nos Campos de Curitiba, “em terras e limites da demarcação do senhor Marquês de Cascais”, nela encontrando dezessete moradores representativos da sociedade que aí se estava constituindo e que lhe requereram a instituição da Vila”.

Todavia, Gabriel de Lara não é o fundador de Curitiba. Alguns historiadores atribuem o fato a Eleodoro Ébano Pereira, que teria fundado a primeira povoação em 1654. A êsse respeito demos a palavra ao prof. Oswaldo Pilotto:



Agência dos Correios e Telégrafos

“Eleodoro Ébano Pereira teria sido o nome consagrado na fundação de Curitiba, não fôra a guerra que lhe fizera Gabriel de Lara, na ânsia de ser o homem da capitania de Paranaguá.

Ébano Pereira fôra nomeado provedor das minas. E as havia nos campos de Curitiba. Ele, entretanto, se esmaece ante o autoritarismo de Gabriel de Lara que desejava ficar só, digamos, temia a sombra de alguém que lhe poderia ter ofuscado o nome.

“O fato é que, apesar da consagração que Ébano Pereira recebeu do historiador Romário Martins, o seu nome se ofusca na história de Curitiba, embora esteja escrito por Vieira dos Santos que Ébano Pereira fundou Curitiba em 1654”.

Ainda de acôrdo com um documento citado por Vieira dos Santos, não se sabe ao certo a data em que um paulista de nome Soares do Vale, em virtude de indisposição com o governador da Capitania de São Paulo, se teria exilado para os Campos Gerais e chegando aos Campos de Curitiba, desceu a serra até Paranaguá, para daí escrever ao sôgro que lhe mandasse a espôsa e a filha. Mais tarde, conhecendo ali uns tais Andrade, entusiasmou-os a virem em sua companhia para o planalto curitibano.

Em consequência, Lourenço Rodrigues de Andrade, com sua mulher e filha casada com um cidadão de sobrenome Seixas, vieram com aquêlo fugitivo instalar-se nas proximidades do Atuba.

Sôbre êsse grupo primitivo que, ao que tudo indica, é o mesmo de Carrasco dos Reis e Matheus Leme, assim se refere o historiador Romário Martins:

“Os grupos de Matheus e de Balthazar eram aparentados e constituíam a maioria representativa dos povoadores. Balthazar era neto afim de Matheus e Antônio, Matheus, Miguel e Salvador Martins Leme eram filhos do Capitão-povoador. André Fernandes, Gaspar e Belchior Carrasco dos Reis eram filhos de Balthazar, e Manuel Soares, Antônio Rodrigues Seixas e José Teixeira de Azevedo eram seus genros.

“Balthazar tinha cinco filhas e é de supor que casadas com povoadores da localidade.

“O patriarcado do Capitão-povoador Matheus Martins Leme foi indiscutível e indisputável em quase meio século de sua residência no planalto curitibano.

“A grei curitibana morava em sítios dispersos dêsse planalto, às vêzes distantes da praça onde erigira a modesta capela para os santos do seu padroado.

“Matheus Leme e Carrasco dos Reis moravam no Barigui, sendo que êste tinha também outro sítio no Botiatuva; o Capitão Antônio Rodrigues Seixas, escrivão da Vila em 1693, em Campo Magro; Mancel Soares e Aleixo Mendes Cabral, no Passaúna, “no caminho das minas do Itambé”; João Rodrigues Cid, no Cajuru; Antônio Rodrigues Cid, no Uberaba; etc.”.

Balthazar Carrasco dos Reis que em 1648 acompanhou a bandeira de Antônio Domingues levada aos Campos dos Biturunas, na bacia do Uruguai, vindo a estabelecer-se mais tarde em Curitiba, foi também dono de uma sesmaria, cuja carta de posse data de 1661, localizando-se essa sesmaria no Barigui, onde, segundo afirma em sua petição, já residia “há alguns anos” e era confrontante com Matheus Martins Leme. Ali possuía êle roça e currais de gado bovino, cavalar e lanígero.

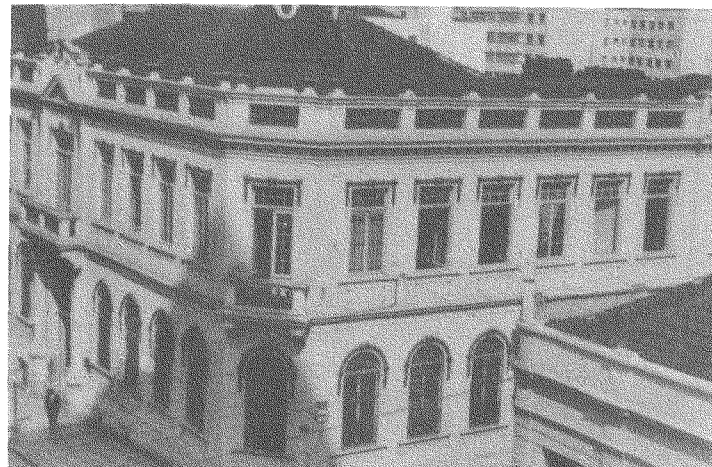
Antes de se transferir para Curitiba, Carrasco dos Reis, residia na vila de Parnaí, na Capitania de São Paulo, de onde saiu em 1645.

A respeito da fundação de Curitiba há uma lenda narrada por diversos historiadores, à qual estão ligados os grupos de primitivos povoadores, representados pelas famílias Seixas, Soares e Andrade. Êstes bandeirantes, em época incerta, teriam convidado o cacique dos campos do Tindiquêra, às margens do rio Iguacu, para que lhes indicasse o melhor local para a instalação definitiva da povoação.

E é ainda Vieira dos Santos quem conta que o cacique, à frente do grupo de povoadores, trazendo na mão uma grande vara, após andar muito, percorrendo grande extensão de campos, fincou a vara no chão e, virando-se para os bandeirantes, disse: “Aqui!” — e, nesse mesmo lugar, os povoadores erigiram uma capelinha para o culto religioso.

A capelinha foi construída de pau-a-pique, no mesmo local onde hoje se encontra a Catedral Metropolitana de Curitiba. Essa pequena eremida foi mais tarde substituída pela matriz construída de pedra e barro, e que serviu à comunidade curitibana desde o ano de 1714 até 1866, quando foi demolida para, em seu lugar, ser edificada a atual Catedral Metropolitana.

Não há, portanto, uma data exata para a fundação da povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, futura cidade de Curitiba. Contudo, levando-se em conta informações registradas pelo Dr. Raphael Pires Pardiniho, Ouvidor Geral da Vila, em 1721, pode-se admitir como iniciada a povoação por volta do ano de 1661.



Prédio da Secretaria da Fazenda

Notícias exatas e referências documentadas só existem a partir do ano de 1661, com a concessão da sesmaria a Balthazar Carrasco dos Reis, no Barigui e após a ereção do pelourinho, em 1668, por Gabriel de Lara.

Entretanto, Matheus Martins Leme e Balthazar Carrasco dos Reis são as duas figuras principais do povoamento e fundação de Curitiba.

“Além do núcleo principal de povoadores, dos elementos da elite seiscentista do sertão curitibano — diz Romário Martins — havia os grupos de aventureiros errantes arraialados nas regiões auríferas, ao sabor dos descobrimentos e das explorações, provindos dos primeiros dias da história da mineração; os gaúchos nômades, os índios e seus mestiços, gente egressa de bandeiras e de outros centros da população paulista; e os índios “administrados”, “peças do gentio da terra”, como diziam os povoadores”.

Daí a necessidade da constituição de autoridade na povoação. A falta de repressão desses elementos perturbadores da ordem pública; o progresso e desenvolvimento que ia tendo a localidade; a falta de autoridade do Capitão-povoador, já então velho e decrépito; e a distância e dificuldade de comunicações com a Capitania de São Paulo; tudo isso motivou e forçou a elevação do povoado à categoria de Vila, para que, com a criação da justiça, houvesse “paz, quietação e bem do povo”.

O pelourinho erguido em 1668 era o símbolo da autoridade regional, mas não tendo Gabriel de Lara dado prosseguimento à sua obra iniciada com a ereção do pelourinho naquele ano, para completar o seu ato instituidor da Vila, os problemas políticos e administrativos da povoação ficaram como antes, como se não tivessem tido início.

Envelhecido o patriarca de Curitiba, desmandados os povos, ameaçada a localidade de dissolução, Matheus Leme consultou em 1693 a Francisco da Silva Magalhães, então Capitão-mor de Paranaguá, sobre a legalidade de um ato que, à vista das requisições populares, autorizasse a constituição da vila de Curitiba. Tendo Magalhães lhe respondido que Lara, em 1668, já havia autorizado esse ato, tomou a deliberação de aquiescer à vontade do povo e às necessidades locais.

Foi então que o povo se dirigiu, em requerimento subscrito por quase todos os moradores da povoação, ao Capitão-povoador Matheus Martins Leme, pedindo a criação da vila e instituição da justiça, o que vale dizer, a organização do governo municipal.

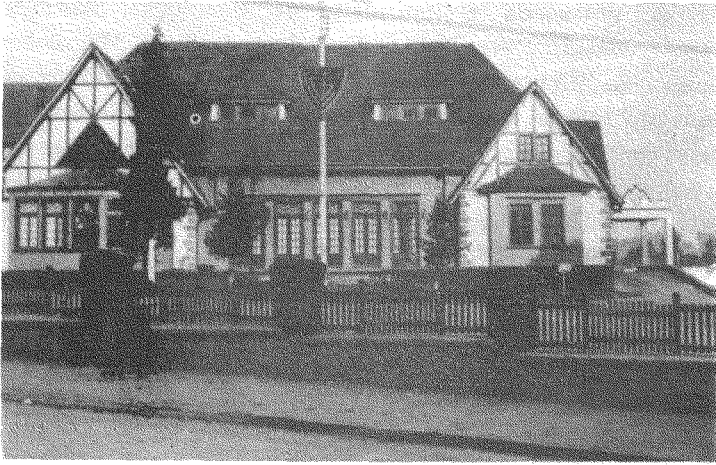
O histórico requerimento é do teor seguinte:

“Sr. Cappam Povoador.

Os moradores todos assistentes nesta povoação de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais que atendendo ao serviço de Deos e o de Sua Magestade, que Deos Guarde, paz, quietação e bem comun deste povo, e por ser ja oje mui crescido por pasarem de noventa homes, e quanto mais crese a gente se vão fazendo môres desaforos, e ben se vio esta festa andarmos todos com as armas na mão, e apeloizou-se dos outros mais e outros ensultos de roubos, como he notorio e constante pelos casos que tem susidido e daqui em diante será pior, o que tudo causa o estar este dito povo tão desenparado de governo e disciplina da justiça. E atendendo nós, que ao dyante será pior por não aver a dita justiça na dita povoação, nos ocorreremos a Vmc. como Capp.am e cabeça dela, e por ser ja decrépito e não lhe obedeserem, seja servido promittir a que aja justiça nesta vila, pois nela a gente bastante para



Vista aérea da cidade



Sede do Graciosa Contry Clube

eyxerser os cargos da dita justisa que faz numero de tres povos. E pela ordenasão ordena Sua Magestade que avendo 30 homes se eleja justisa, e demais de que consta que Vmc. por duas vezes percurou aos Capitais-móres das capitánias debayxo lhe viessem criar justisa na dita povoasão, sendo que não era necessario por ter avido ja aqui justisa na dita povoassão, sendo que não era necessario po ter avido ja aqui justisa em algum tempo criada pelo depunto Capp.am mór Gabriel de Lara, que levantou Pelourinho em nome do donatario o Snr. Marques de Cascais —; Pello que requeremos a Vmc. da parte de Deos e d'el-Re que visto o que alegamos e o nosso pedir ser justo e bem comum de todo este povo, o mande ajuntar e fazer eleysão e criar justisa e camera formada, pera que assim aja temor de Deos e d'el-Rei e por as coisas em caminho.

E Receberá Mercê”. (Seguem-se as assinaturas).

Matheus Leme exarou o seguinte despacho na petição acima transcrita:

“*Junte-se o povo. Deferirei o que pedem.* Pinhais, 24 de março de 1693. (a) *Leme*”.

Cinco dias após esta data histórica, reuniram-se os povoadores na igreja da localidade e aclamaram “seis homens de sã consciência”, para que êstes nomeassem as autoridades da Administração e da Justiça.

Sob juramento prestado perante o padre Antônio de Alvarenga, assim o juraram os seis eleitores aclamados, que foram Agostinho de Figueiredo, Luiz de Góes, Garcia Rodrigues Velho, João Leme da Silva, Gaspar Carrasco dos Reis e Paulo da Costa Leme.

No ensejo dessa reunião foi lavrada a seguinte ata, que assinala a elevação da povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais à categoria de Vila:

“Aos vinte e nove dias do mez de Março da éra de 1693 annos, nesta Igreja de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais por despacho desta petissão se ajuntou povo todo desta villa e pello Capp.am della lhe foi pruguntado o que todos lhe responderam a voz alta lhe quiriasse justisa para com isso, ver se ivitavam os muitos desaforos que nella se fazião, o que vendo o dito capitão hera justo o que pedião-lhe respondeu que nomeassem seis omens de sam comsiensa para fazerem os ofisiaes que aviam de servir,

o que logo nomearão para com o dito Capitam povador fazerem emlição, e como assim ourão todos por bem se asinaram com migo Antonio Rodrigues Seixas em falta do escrivão, que o escrevi. Matheus Martitns Leme, Antonio da Costa Veloso, Antonio Martins Leme, Manuel Soares, Domingos Rodrigues Soares, José Pereira Quevedo, João Leme da Silva, João Pereira de Avellar, André Rodrigues da Silva, Miguel Delgado, Diogo da Costa, Manoel Picam de Carvalho, Manoel da Silva Bayão, Agostinho de Figueiredo, Gaspar Carrasco dos Reis, Nicolau de Miranda Franco, Antônio de Siqueira Leme, João Alvares Martins, Miguel Fernandes de Siqueira, Braz Leme de Siqueira, Francisco de Mello, Jeronimo Roiz Side, Manoel Alvares Pedroso, Manoel Dias Cortes, Antonio Rodrigues Cid, Salvador Rodrigues, Amador Nunes de Bulhões, Salvador Martins, Antonio Luiz Tigre Leme, Paulo da Costa Leme, João Leme, Matheus Martins, Luiz Rodrigues, Antônio do Couto, José Martins Leme, Pedro Gonçalves Martins, Miguel Rodrigues, Caetano Leme Cabral, José Rodrigues Cid, Antonio dos Reis Cavaleiro, Fructuoso da Costa, João de Siqueira, Gonçalo Pires Lourenço Pinto, Pedro de Moraes de Monforte, Bertolomeo Nunes, Domingos André, Pedro Rodrigues, Balthazar Carrasco dos Reis, Luiz Leme da Silva, Antonio da Costa, João Velloso da Costa, Garcia Rodrigues, Innocencio de Medina, Roque Fernandes, Vicente de Góes, Placido de Ramos, Luiz de Siqueira, Antônio Garcia da Costa, Domingos Ribeiro de Abreu, José de Góes, João Felix Cavalgante”.

A propósito dos primeiros atos referentes à criação da vila de Curitiba e da capacidade dos homens que a promoveram, diz o grande e erudito poeta curitibano Euclides Bandeira:

“Vêzes incontáveis hei posto no papel que Curitiba nasceu alfabetizada, isto pela significativa circunstância de terem subscrito o têrmo inicial quase todos os homens do povoado. Muita gente deve ter sofrido do asserto... Pois, aqui está preciosíssimo “fac-simile” do famoso têrmo. É bem de ver: nem tôdas as firmas são modêlo de caligrafia, mas são legítimas, de próprio punho, com as respectivas



Vista parcial da Rua 15 de Novembro

letras, — o aranhol de riscos e rabiscos que as enfeita e autentica numa espécie de florida impressão digital...

Os seis eleitores escolhidos na primeira assembléia geral dos moradores realizada no dia 29 de março de 1693, dando cumprimento ao mandato que lhes foi outorgado, elegeram as seguintes autoridades municipais, que passaram a constituir o primeiro govêrno da vila recém-criada:

Juízes — Antônio da Costa Veloso e Manoel Soares.

Vereadores — Garcia Rodrigues Velho, Capitão Joseph Pereira y Quevedo e Antônio dos Reis Cavaleiro.

Procurador do Conselho — Capitão Aleixo Leme Cabral.

Escrivão da Câmara — João Rodrigues Seixas.

Estava satisfeita a vontade do povo. A petição da maioria e dos principais moradores da povoação havia sido atendida.

Os oficiais de justiça haviam de firmar, pela repressão aos “desaforos” e “outros insultos de roubos” e pela proibição de andarem nas festas “com armas na mão”, as bases de uma vida de trabalho, em ambientes de ordem e de harmonia.

A 1.º de maio de 1693 iniciaram os oficiais da Câmara as suas atividades na administração pública, dando início à medição do rocio da vila.

É o que informa o “têrmo de medição”, lavrado nesse dia. Mediram, a partir do pelourinho, meia légua de terra no rumo de nordeste, com uma corda de embira velha que media 25 braças, perfazendo a meia légua; “mandaram afincar por padrão dois paus de uvaranas verdes para que nascessem e brotassem e, ao fincar dois ditos paus, botaram terra para o ar tomando posse”

No dia seguinte lá foram, solenes, os mesmos oficiais marcar para sudoeste mil e quinhentas braças. Esse trabalho prosseguiu e somente foi concluído em setembro de 1693.

Assim ficou marcado o rocio, tendo por padrões varas verdes de uvaranas, para que brotassem e nascessem. O escrivão apregoava e, como não se contestasse a medição, a posse das terras da Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais se confirmou.

Ao eleger a nova vila as suas primeiras autoridades públicas, sua verdadeira sociedade era de apenas “três povos”, isto é, três grupos de trinta indivíduos cada povo e ainda com residências mais ou menos distantes do centro urbano.



Museu Paranaense



Quartel do C.P.O.R.

Nos arredores, dos lados do Barigui, do Passaúna, Capocu, do Juvevê, do Morungava, do Canguiri, do Botiatuva, do Cajuru, do Uberaba, de Tindiquera etc., era onde tinham os seus sítios de morada os principais políadas fundadores, os “homens bons do Conselho”, os “homens de sã consciência”, a elite de uma sociedade constituída de “gente sem temor de Deus nem d’El-Rei” — índios, negros e seus mestiços, gaúchos nômade, escravaria das minas, salteadores, devassadores do sertão, ao léu de objetivos, — a escória que subia à tona do cadinho, onde eferveciam as primeiras combinações étnicas e sociais do Brasil seiscentista.

Os indivíduos que formavam os “três povos” primitivos de Curitiba constituíram a nata social do tempo e entre eles havia gente de certa linhagem, portugueses e espanhóis: os Leme, Carrascos dos Reis, Costa Veloso, Figueiredo, Góes, Garcia, Rodrigues, Soares, Quevedo, Cid, Seixas etc.

Os Leme dominavam o Barigui com suas fazendas; os Carrascos dos Reis, o Barigui e o Botiatuva; os Soares, o Passaúna; os Cid, o Uberaba e o Cajuru; e assim por diante, constituindo uma aristocracia rural que, por mais de um século, foi a feição da nossa sociedade fundamental.

Quando foi instalada a vila o estado social do planalto curitibano era, em linhas gerais, o seguinte: uma elite criadora de situações estáveis e pacíficas e a gente alçada do sertão que, por fim, foi vencida pela força moral dos grupos de seleção e acabou contribuindo com a sua valentia e o seu sangue, para defesa e dilatação territorial do Brasil.

Essa gente, dispersa nos campos do planalto, entregue à sua paixão aventureira, foi a preparadora inconsciente da futura grandeza do país. De tal maneira ela caracterizava um tipo étnico aparte do das populações litorâneas como todo o habitante de regiões fronteiriças, que o governador da Capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, recomendava “essa gente da Curitiba como a mais própria para esse efeito (a defesa de Iguatemi, em Mato Grosso) por ser criada amansando cavalo e mui parecida aos castelhanos nos costumes, como mui semelhante ao gentio que habita para essas bandas”, os índios guaicurús, cavaleiros e amigos dos castelhanos, para que “se unam com esses e os possam meter em paz”.

Com a eleição, juramento e posse das primeiras autoridades, ficou constituído e organizado o govêrno da vila



Obelisco Municipal

de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais de Curitiba. Entretanto, somente em 1721, com os provimentos ou posturas municipais redigidos pelo Ouvidor-Geral Dr. Raphael Pires Pardini, ficaram definitivamente estabelecidas as normas de governo da nova comunidade.

Raphael Pires Pardini, primeiro Ouvidor-Geral de Curitiba, chegou a Paranaguá em agosto de 1721 tendo permanecido em Curitiba — “remota terra” — de setembro de 1721 a fevereiro do ano seguinte, e, conforme as suas próprias palavras, todo esse tempo fôra necessário para atrair a êle “aquêles homens ainda um tanto fora da lei e dos bons costumes”.

Em carta datada de Paranaguá, em 30 de agosto de 1721, endereçada ao Rei de Portugal, Pires Pardini, na qualidade de primeiro magistrado a pisar o solo curitibano, presta contas da correição que fêz “à vila de Curitiba” e diz que esta “fica nos campos por detrás da Serra de Paranapiacaba, distante 15 léguas da localidade onde escrevia: as primeiras seis navegadas por uma destas baías e por um rio (Cubatão ou Nhundiaquara) que vai quase ao pé da serra e em que há várias itaipavas e cachoeiras que se passam com risco. As outras 5 em se subir a Serra é de matos que nela há; e as últimas 4 de campos até chegar a vila que fica em bastante assento ao pé de um ribeiro, com casas de pau a pique cobertas de telha e Igreja de pedra e barro, que os freguêses reedificaram há poucos anos”.

Assim, dava o Ouvidor Pires Pardini notícias das dificuldades de acesso de beira-mar à última vila nesse tempo localizada no planalto ao sul do país.

Rememorando sua criação, diz Pires Pardini que ela se originara em povoação fundada haveria 80 anos daquela data (1721) e por alguns moradores subidos de Paranaguá, com algumas cabeças de gado vacum e algumas éguas, que se multiplicaram em suficientes currais àquele tempo, disso vivendo os moradores de arredor da Vila, em distância até sete léguas e pelo caminho que vai para São Paulo, a partir de 1704, quando se “fabricavam” outros currais que muito multiplicavam suas produções.

Para Sorocaba e para as minas de Cataguases (Minas Gerais) levavam à mercância os curitibanos, uns por outros anos, de 800 a 1 000 cabeças de bois e cavalos.

Curitiba, São José e Senhor Bom Jesus do Perdão constituíam duas freguesias de um só têrmo, com 200 casais e mais 1 400 pessoas de confissão. Ainda êsse tempo, pelos “matos da Serra de Paranapiacaba” se trabalhava nas catas auríferas com algum proveito, embora a descoberta das minas de Cataguases e depois das de Cuiabá tivessem desviado muitos antigos mineradores paulistas.

É esta, em síntese, a descrição de Curitiba, feita pelo Ouvidor Raphael Pires Pardini a El-Rei, em carta de 30 de agosto do ano de 1721.

Quanto ao trabalho desempenhado por êsse magistrado, destacam-se as suas célebres posturas ou provimentos municipais, que constituíram, por assim dizer, a primeira legislação que orientou e dirigiu os destinos da nova cultura e civilização que estava se formando no planalto curitibano.

Em 129 itens, foi previsto nos setores de administração, justiça, culto divino e mais o que pudesse exigir o estabelecimento de normas de ação.

O item terceiro das posturas justificava que, “sendo a primeira correição na Vila, teriam mais extensão êstes capítulos para que, observando-os se evitassem as desordens em que até agora alguns tropeçavam por ignorância, e os maliciosos não se desculpavam de ignorantes”.

As determinações estabelecidas nas primeiras posturas municipais eram claras, enérgicas e positivas. O primeiro provimento do Ouvidor-Geral Pardini estabelecia normas muito enérgicas, que passamos a comentá-las por alto.

As obrigatoriedades de acompanhar a procissão do Corpo de Deus, de proceder a limpeza dos caminhos e muitas outras, deviam ser obedecidas sob pena de multa.

Eram condenados em uma “pataca” os que faltassem à festa de Nossa Senhora da Luz, padroeira da vila, realizada anualmente no mês de setembro, época em que quase a totalidade dos habitantes se reunia na Vila.

A propósito do trabalho de Pires Pardini, escreve o historiador Vieira dos Santos:

“Isto foi em janeiro, sendo que em junho do mesmo ano o Ouvidor-Geral estava em correição na vila de Paranaguá, onde foram lidos os 178 capítulos dos seus provimentos, achando-se presentes 115 cidadãos principais que os assinaram, os quais depois foram confirmados por El-Rei D. João V”.

Estava, assim, regulada a vida pública nas vilas de Curitiba e Paranaguá.

Desde os recuados dias da fundação do povoado, ou melhor dizendo, do "arraial de Curitiba, na segunda metade do século XVI, naquêlo mesmo local indicado pelo chefe índio que disse: "Aqui!" até a criação do município de Curitiba, por despacho e autorização do Capitão-povoador Matheus Martins Leme, passaram-se muitos anos de uma quase estagnação na vida da comunidade que se iniciava, decorrente, por certo, das dificuldades de acesso ao planalto e das longas distâncias que separavam os primeiros homens aqui aportados, provindos do litoral, onde ficaram, por assim dizer, isolados do resto do mundo.

Conforme já foi acentuado no início do presente trabalho, tôdas as atividades dos primeiros povoadores do território paranaense, pelo espaço de mais de dois séculos, se exerceram exclusivamente à beira dos rios auríferos e no pastoreio do gado.

As minas de ouro atraíram os primeiros moradores que aqui chegaram, trazendo os grupos iniciais de povoadores brancos que lhes possibilitaram a existência durante quase um século, no litoral e em certas regiões do planalto.

A caça, a pesca, os frutos silvestres e as roças de emergência foram o primeiro apoio possibilitador da vida dêsses homens de aventura, que aos poucos foram penetrando o sertão e lhe domando a agressividade e lhe desencantando os mistérios.

Onde quer que os grupos de mineradores e garimpeiros tocassem em zona rica de aluvião aurífera e nela se arraialavam demoradamente, iam-se constituindo os primeiros lares indo-europeus, mais ou menos fixos e as roças se iam estabilizando e se multiplicando.

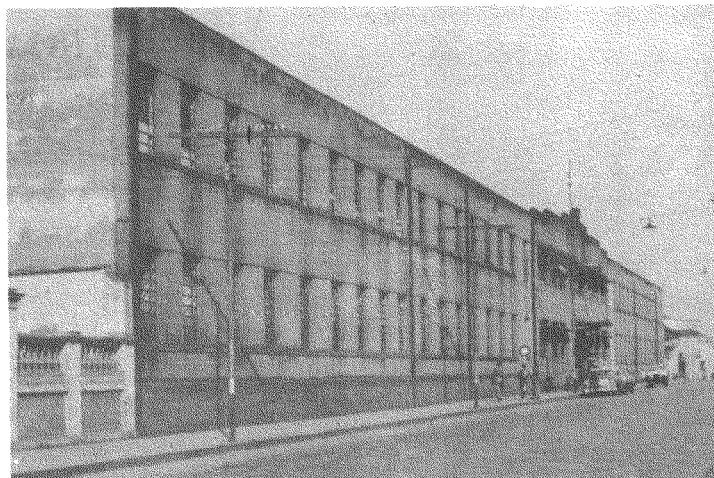
Nos arraiais do planalto curitibano, dois séculos após a fundação do núcleo populacional de Curitiba, ainda se cuidavam dos trabalhos das minas, encontrando-se em plena atividade numerosos "arraiais" nas proximidades da vila.

À medida que os novos descobrimentos e as produções das minas iam escasseando, os grupos povoadores dos Campos de Curitiba passaram a explorar o pastoreio, novo gênero de vida, que foi exigindo esforços sedentários, fixados em tôrno dos "currais" da criação e foram surgindo os sítios e nas zonas dêstes os "arraiais" estáveis, nebulosas de futuras aldeias, vilas e cidades.

Devido ao surto de novos descobrimentos de ouro noutras regiões do país, principalmente, nas Minas Gerais,



Secretaria de Saúde Pública



Quartel da Polícia Militar

a criação se desenvolveu, e, aos Campos de Curitiba vinham os aventureiros da Vila de Sant'Ana do Paranaíba, centro de compra e venda de ouro e de formação de bandeiras descobridoras, a fim de comprar aqui e transportar o gado necessário às suas entradas e permanência nos sertões de Sabará e Ouro Preto.

Foi assim se desenvolvendo a criação nos campos do planalto curitibano, o que contribuiu para a vinda de novos mineradores e bandeirantes de melhor estirpe social que os primeiros, os quais se foram dedicando a êsse gênero de atividade e constituíram o grupo dos fundadores da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em 29 de março de 1693.

Os homens do grupo de Matheus Martins Leme, sem se descuidarem dos trabalhos das minas, para os quais dispunham de índios "administrados", designação correspondente, na época, a "escravizados", se foram transformando em criadores de gado, e as populações que os sucederam não tiveram, no planalto de Curitiba e na região dos Campos Gerais, até o século XIX, mais rendoso meio de vida.

No século XVIII, de quando em quando, os governadores da Capitania de São Paulo ordenavam aos oficiais da Câmara de Curitiba que intimassem perante o Juiz Ordinário os desencaminhadores dos quintos reais "a declararem por suas consciências" as importâncias sonegadas aos quintos reais.

Por uma dessas declarações, feita em 1725, podem-se conhecer alguns dados do movimento da mineração naquêlo ano, no Distrito de Curitiba, bem assim, os nomes dos respectivos mineradores.

Assim, em 1725, declaram "por suas consciências": João Veloso da Costa, haver extraído 200 oitavas; Zacarias Dias Côrtes, 200 oitavas; Manoel Soares da Silva, dever 12 oitavas; Manoel Duarte de Camargo, dever 5 oitavas; Francisco Xavier dos Reis, dever 10 oitavas; Bento Soares de Oliveira (das minas de Catanduvas), dever 17 oitavas. Marcelino Rodrigues, Ângelo Pedroso e outros, descobridores e exploradores de 12 ribeiros auríferos no Tibagi, sem ordem legal, foram processados.

Conforme um outro documento, o "Registro da Entrega de Ouro, em Curitiba ao Juiz Ordinário, com destino à Casa de Fundação de Paranaguá, a 12 de setembro de 1731", se verifica o declínio das extrações de ouro em



Assembléia Legislativa Municipal

pó no terraço curitibano, nas minas de *Arraial Grande*, *Canguiri*, *Uvaporanga* e *Purunã*.

De acôrdo com êsse documento, os mineradores abaixo relacionados remeteram as seguintes quantidades de ouro, em oitavas:

Joan da Costa Borges (Arraial Grande), 120; Miguel Rodrigues Ribas (Arraial Grande), meia libra; Frei Lauriano da Silva, 78 oitavas; Manoel Gonçalves Corrêa, 20; Manoel Rodrigues da Mota, 105; Agostinho Lopes (negociante), 15; Miguel Rodrigues Ribas (mercador no Arraial Grande) 81 1/2; Manoel Pinto do Rêgo, 20; Pedro Gouveia (ourives em Curitiba), 42; Manoel Rodrigues da Mota, 25; Joan da Cruz Borges, 83; Frei Lauriano da Silva, 1 1/2; Alferes Manoel Moreira — (pagamento dos mineiros das Minas Velhas do Arraial Grande), 20; Antonio de Aguiar (viajante), 18; Miguel Rodrigues Ribas (mercador de fazendas nas Minas Velhas do Arraial Grande), 30; Joseph Dias Côrtes (mineiro nas Minas Velhas do Purunã) 31; Miguel Rodrigues Ribas (mercador nas Minas Velhas do Arraial Grande), 232; Padre Francisco Tomaz de Assunção Braga (mercador de fazendas no Arraial Grande), 116. Diversos mineiros fizeram mais de uma remessa, na mesma data.

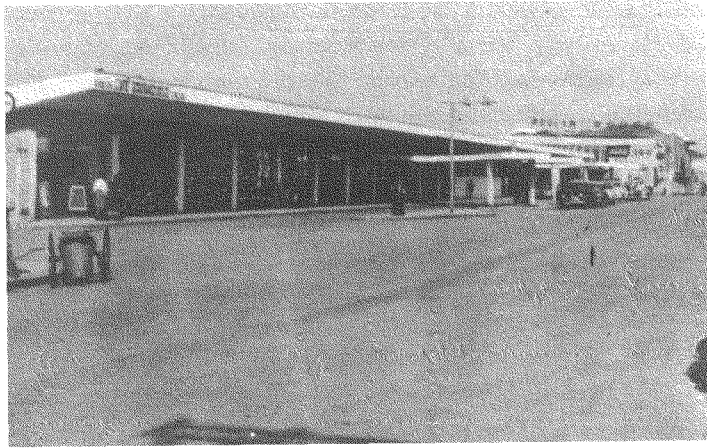
Mas não eram apenas as pessoas enumeradas nesse documento que se dedicavam à extração e comércio do ouro em Curitiba. Pela remessa de ouro dos quintos à Casa de Fundição de Paranaguá, feita no período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1731, verifica-se que diversas outras pessoas residentes no planalto curitibano se dedicavam a essa atividade.

É a seguinte a relação, com a localização das minas e respectiva quantidade, em oitavas, encaminhadas à Casa de Fundição em Paranaguá durante o ano já mencionado:

Joan da Cruz Borges (mercador no Arraial Grande), 47; Capitão Braz Domingues Veloso (viajante, morador em Paranaguá), 32; João Pereira Braga (morador nos Campos Gerais), 30; Miguel Rodrigues Ribas (negociante na vila de Curitiba), 336 1/2; Frei Lauriano da Silva, 40; Antonio de Aguiar, 44; Juan Dias Côrtes (minerador nas lavras do Canguiri e Uvaporanga), 112 1/2; Agostinho Lopes (negociante na vila), 77 1/2; Manoel Rodrigues Ribas (arraial Grande), 73; Capitão Antonio Luiz Tigre, 50; Frei Lauriano da Silva, 80; Zacarias Dias Côrtes (mineiro nas Lavras Velhas do Purunã), 25; Juan da Cruz Borges, 280; Guilherme Paulo, 200; Manoel da Costa Filgueira, 50; Miguel Rodrigues Ribas, 54; Manoel Alves Fontes, 60; Sebastião dos Santos, 14; Manoel Rodrigues da Mota, 100; Manoel Martins de Faria, 78; Pedro de Gouveia (ourives na vila), 24; Sebastião dos Santos Pereira, 85; Francisco Diniz Pinheiro, 90; Miguel Gonçalves Lima, 80; Manoel Gonçalves Lima, 23; Francisco dos Reis, 20 1/2.

A mineração que tanto movimentou as ambições nos tempos coloniais, era feita pelo braço escravo e, por isso mesmo, gratuitamente. Assim, não só economicamente foi possível executar êsse trabalho, como também trouxe como seu melhor resultado prático a conquista e o povoamento do sertão.

Além disso, já naqueles tempos, se verificava que os mercadores e comerciantes de gêneros alimentícios, de tecidos e armarinhos ganhavam mais que os garimpeiros. Pode-se depreender isso da lista acima referida, de paga-



Estação Rodoviária

mentos de quintos reais, pois enquanto audazes sertanistas, homens célebres na história do bandeirantismo, como os irmãos Jorge Velho, os Côrtes, os Tigres e outros, pagavam insignificantes quotas de quintos reais, os mercadores, como o Padre Francisco Tomaz, com as suas “fazendas secas”, trocadas por ouro em pó, os Rodrigues Ribas, os Juan da Cruz Borges, os excediam de muito, no pagamento desses direitos fiscais.

“A mineração — diz Romário Martins — ainda assim, a quase toda a gente seduzia, porque qualquer que fosse o capital acumulado, representava, sempre, uma fortuna”.

Ainda, segundo as informações desse grande historiador, eram os seguintes os valores, em moeda sonante, do ouro extraído nas lavras do planalto curitibano:

“A oitava de ouro, em 1703, valia, na Casa de Fundição do Rio de Janeiro, 1\$200 (mil e duzentos). Nestas condições, 1 000 oitavas, que se acumulavam com sacrifícios fáceis de imaginar, não passavam de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis), ou seja, mil e duzentos cruzeiros. Mas esta quantia era “in illo tempore”, uma riqueza. Da do porte, talvez, da de Salvador Jorge Velho, que Azevedo Marques diz ter levado de Curitiba para São Paulo, e que mereceu ao historiador paulista o qualificativo de “considerável”.

Até aí e, ainda, por muitos anos, a indústria da mineração cresceu paralelamente às atividades pastoris, com a descoberta de novas minas e a fundação de arraiais de garimpeiros.

Mas, a partir de 1668, os moradores de Curitiba começaram a desenvolver a criação de gado vacum, cavalar e ovino. Já então diversos habitantes do planalto curitibano possuíam pequenos rebanhos. A região oferecia condições favoráveis ao desenvolvimento da pecuária, mas a criação em grande escala, em Curitiba, era impossível devido ao seu isolamento dos demais centros produtores do país.

A ligação de Curitiba com São Paulo e com o Rio Grande do Sul, através do caminho de Sorocaba — Viamão, até então mal esboçado no sertão, somente se deu a partir do ano de 1730.

O comércio e a criação de gado tiveram, pois, influência decisiva no povoamento do território paranaense, muito maior, certamente, que a mineração do ouro, que não fixava populações senão muito excepcionalmente como são os casos de Paranaguá, Curitiba e São José dos Pinhais.

Foi o governador da Capitania de São Paulo Antônio Caldeira Pimentel quem, em 1728-1730, sugeriu a ligação

de Curitiba com os pampas de Vacaria, no Rio Grande do Sul, fazendo sentir aos curitibanos as possibilidades e vantagens que adviriam dessa ligação, menos aleatória do que as decorrentes do árduo labor do descobrimento e da exploração das minas.

Uma nova fase para a vida de Curitiba exsurgiu com a mudança de atividade de grande número dos seus habitantes. Alguns mineradores se fizeram tropeiros, inverna-dores e criadores de gado e retiraram das minas o pessoal necessário a êsses misteres.

Os curitibanos se adaptaram, desde logo, a êsse novo meio de vida. A propósito diz o Capitão-mor Lourenço Ribeiro de Andrade:

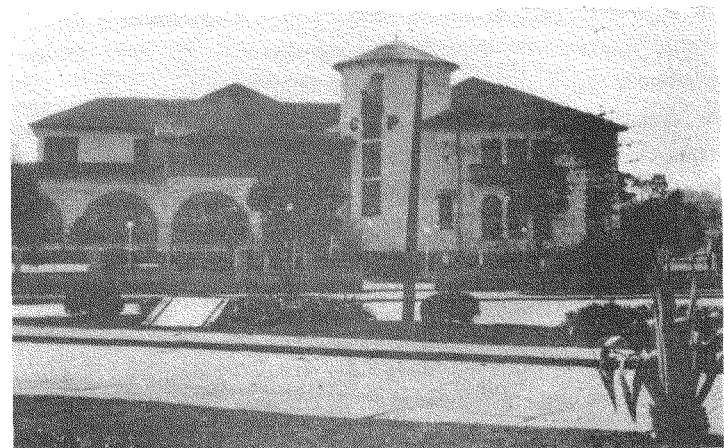
“Os mais ágeis dos antigos mineradores, se fizeram comerciantes de gados, comprando-os no Rio Grande e vendendo-os em Sorocaba e em São Paulo e criando-os por sua própria conta em fazendas que estabeleceram nos Campos Gerais e nos de Curitiba.

“Nos primeiros tempos os lucros foram os mais animadores, valendo um cavalo 25\$000 e um boi 8\$000. A grande produção levada aos mercados compradores, porém, no fim do século XVIII havia determinado sensível baixa de preços, vendendo-se então um cavalo por 4\$000 e um boi por 2\$000.

“Assim mesmo, porém, a indústria do transporte e da criação de gado se manteve com resultados satisfatórios para as poucas necessidades da vida rural desse tempo, visto ter penetrado profundamente nos costumes e nos hábitos da população. Por sua vez, os índios e mamelucos, aos quais o trabalho da mineração não seduzia, encontraram na vida agitada dos campos de criação e na condução de tropas a longas distâncias, ocupações à feição de sua índole, a esse mister se afeiçoando de tal maneira que o governador da Capitania, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, os preferiu para a realização das entradas que lançou a tôdas as partes do sertão do sul, recomendando aos auxiliares “essa gente cavaleira de Curitiba como a mais própria para enfrentar índios e castelhanos com os quais se confundia”.

Documentos da época registram a agitação que a mudança de atividade prática do povo curitibano promoveu, saindo do ciclo da mineração para ingressar na da exploração pastoril.

Um exemplo disso foi o ato da Câmara Municipal de Curitiba, atestando, em 4 de maio de 1734, “que João Alvares de Castro em sua vida descobriu uns campos



Círculo Militar

agrestes entre o Guaraúna e Imbetuva e assim que os descobriu logo começou a queimar e botar nêles gado e cavalgaduras e começou a fabricar sítios e fazer aterrados, passagem das ditas criações, e haverá 15 anos pouco mais ou menos e sempre os conservou em sua vida, sucedendo-o sua viuva e o segundo marido desta Francisco da Silva Xavier, “pagando sempre dizimos aos rendeiros dizimeiros”.

Em 1735 o comércio de tropas entre Curitiba, Itu e Sorocaba estava estabelecido com certa intensidade e ao que parece um tanto hostil ao pagamento dos direitos reais, como se depreende de um “bando” mandado publicar nessas três vilas pelo governador da Capitania de São Paulo, exigindo fiança para os comboios de tropas que as percorressem. Nesse tempo, um dos maiores criadores e tropeiros curitibanos devia ter sido Cristovam Pereira de Abreu, citado no “bando”, que em 1731 conduziu de uma só vez, de Curitiba a Sorocaba, 800 cabeças de gado vacum e cavalar.

Essa nova atividade do povo curitibano e a constituição, no Termo de Curitiba, de Companhias de Auxiliares que obrigavam a população mōça a revistas mensais, incompatibilizou grande parte do povo com os trabalhos da mineração ainda remanescente e com a criação e o transporte de gado que se iam fazendo promissores.

Decorrente dêsses fatos, por volta de 1768, as duas indústrias entraram em tal decadência, que o governador da Capitania, Francisco da Cunha Menezes, suspendeu o recrutamento daquêles que se ocupassem da agricultura, mister que conciliava os interêsses da defesa militar com os relativos aos meios de subsistência da população local.

Dêsse estado de coisas resultou proveito para a população e para a localidade. O Capitão-mor Lourenço Ribeiro de Andrade informa, em 1797:

“Não posso afirmar que o povo, no tempo presente, com a lavoura esteja mais rico do que no tempo da mineração. Porém, mais luzido é manifesto”.

Acrescentam historiadores que as principais fazendas pertenciam a pessoas residentes em Paranaguá, Santos e São Paulo, sendo que aos habitantes de Curitiba apenas pertenciam as pequenas propriedades do rocio da Vila.

A lavoura e a criação produziam excessos de trigo, feijão, milho, fumo e toucinho, que, com a erva-mate (então chamada Congonha) eram exportados para a Maranhã e dali reexportados para os demais mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e capitânicas do norte do Brasil.

A mineração, a criação e o comércio de gado e, finalmente, a roça, formaram, sucessivamente os três ciclos do povoamento do território curitibano.

Enquanto os primeiros moradores do planalto curitibano andaram catando ouro pelas vertentes das serras, não constituíram senão acampamentos provisórios que se deslocavam ao sabor de novos descobrimentos de grupiarras. Foi o ciclo da caça ao ndio para o trabalho das minas, em que o acampamento era o concentrador de arraiais provisórios.

“Quando o ouro escasseou — diz Romário Martins — deixando menos fortuna que desilusões, os arraiais dos nossos imensos sertões servidos apenas de trilhos selváticos para as comunicações com as vilas mais próximas e que

ainda assim jaziam a centenas de leguas de Curitiba, ficaram em grande parte agremiados na região do planalto, entre a Serra do Mar e o sertão próximo e presago. Foi então que procuraram salvar-se das contingências do próprio meio social que haviam criado, fundando os órgãos mais precisos à justiça e à administração pública, investigando as veredas mais acessíveis a outros centros de populações e se dedicando à criação e ao comércio do gado. Foi o ciclo pastoril e tropeiro, mais criador de êxitos felizes que os que deram origem a entradas de preadores de índios e de caçadores de pepitas auríferas.

“Foi o ciclo da criação pastoril que iniciou a vida doméstica, a atividade prática, o estabelecimento da ordem nos nossos turbulentos e instáveis “arraiais” de mineradores. Foi a criação — no dizer de João Ribeiro — “o quase único aspecto tranquilo da nossa cultura; por ela abriram-se comunicações terrestres iniciadas pela conquista e conservou-se, como ainda hoje se conserva, nas estâncias sertanejas, o verdadeiro ou único tradicionalismo da vida nacional”.

Concomitantemente à influência da criação do transporte de gado para que as populações se agremiassem em determinados locais de “pouso” e de “currais”, a formação de “roças” com fins industriais, isto é, com excessos comerciais, foi fixando essas e outras populações em lugares certos e estáveis e dando origem às fazendas, às freguesias, às vilas e às cidades, como aconteceu com Jaguariáiva, Piraí do Sul, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Campo Largo Rio Negro etc.

A criação de gado, a lavoura de milho, feijão, trigo e outros cereais, a industrialização e comércio do mate a partir do ano de 1722 (data da Resolução Régia que permitiu que o comércio de Congonha fôsse feito com o rio da Prata), obrigaram à vida sedentária os antigos homens de aventura, os nômades do ciclo da mineração; e as comunicações mais fáceis e seguras, pelo caminho das tropas ponteados de povoados, animaram as entradas de outros povoadores.

Os vários climas do planalto, as pastagens abundantes e fartamente irrigadas, a terra fértil, o caminho mais curto a meio termo do mercado de gado de Sorocaba com a região grandemente produtora dos campos de Vacaria (Rio Grande do Sul), a floresta repleta de materiais de fácil comércio decorrente da erva-mate e da indústria incipiente do pinho, eram outras tantas condições especialíssimas para as preferências dos que, no século XVIII, buscavam a vida estável, as atividades pacíficas, a segurança, as expectativas da fortuna, no sul paulista, onde os sucessos dos primeiros povoadores acenavam às esperanças como estrêlas guidoras no firmamento verde dos pinheirais” (Romário Martins, *História do Paraná*).

Durante a viagem que empreendeu através do território brasileiro, o notável sábio francês Saint-Hilaire esteve em Curitiba, dando uma completa descrição de sua situação em 1820, resumida nas seguintes palavras:

“Curitiba está situada a mais de 110 leguas de São Paulo, mais ou menos a 25° 51' 42” de latitude Sul (indicação de Pizarro) e deve o seu nome à prodigiosa quantidade de araucária brasiliensis que cresce nos seus arredores. Em guarani “curiti” significa pinho e “tiba” reunião, igual a reunião de pinheiros.

“Na época de minha viagem todo o mundo contava nessa cidade que os primeiros habitantes da região se estabeleceram primeiro num lugar denominado Vila Velha, que é mais próximo da Serra de Paranaguá e onde construíram somente palhoças.

“Não sei se sua estadia nesse lugar tinha inconveniente para eles, mas aí não ficaram muito tempo. Segundo antiga lenda a imagem de Nossa Senhora da Luz, padroeira, tinha tódas as marchãs os olhos voltados para o lugar que hoje Curitiba ocupa e foi por essa razão, segundo a lenda que os colonos para ali se transportaram. Por si mesmos eles proclamaram cidade (aliás, vila), seu novo centro, inquietando-se pouco com direitos e autoridade de seu soberano.

“Curitiba foi construída numa das partes mais baixas dum vasto plano odulado que apresenta agradável alternativa de campos e bosques e que do sul ao nordeste se limita pela Serra do Mar.

“Essa cidade tem a forma quase circular e se compõe de 220 casas pequenas e cobertas de telhas, quase tódas só ao rés do chão, porém, em grande número construídas de pedra. Cada casa, como em Minas e Goiás, tem o seu quintal, mas aqui não se vê nessas espécies de jardins, nem bananeiras, nem mamoeiros, nem cafeeiros: são macieiras, pecegueiros e outras árvores frutíferas da Europa que se costuma plantar.

“As ruas são largas e quase regulares. Algumas foram inteiramente calçadas, outras o são unicamente na frente das casas. A praça pública é quadrada, muito grande e coberta de grama.

“As igrejas são em número de três, tódas construídas de pedra. A que mais merece ser citada é a igreja paróquial, dedicada a Nossa Senhora da Luz. Foi construída isoladamente na praça pública, porém, mais próxima de um que dos outros lados, prejudicando a sua regularidade. Não tem tórres nem campanario. A capela-mor e os dois altares laterais são bonitos e bem ornamentados, a nave é elevada e tem trinta passos de comprimento, mas não tem abóboda e é sem teto e desnuda.

“Curitiba não é menos deserta durante a semana, que a maioria das cidades do interior do Brasil. Quase todos os habitantes são aqui agricultores que não ocupam suas casas senão aos domingos e nos dias de festas, quando se desobrigam dos seus deveres religiosos.

“Não se conta em Curitiba e nos arredores senão poucos homens ricos. Vi o interior das principais casas da



Hospital São Lucas

cidade e posso dizer que nas outras sedes de comarca ou mesmo de têrmo, não havia nenhuma pertencente a homens honoráveis, que fôsse menos ornamentada. As paredes eram simplesmente caiadas e o mobiliário das salas de visita compunha-se apenas de uma mesa e alguns bancos.

“Em nenhuma outra parte do Brasil eu havia visto tantos homens verdadeiramente brancos, como no distrito de Curitiba. Os habitantes daqui pronunciam o português sem a alteração que revela mistura da raça caucásica com a vermelha. São grandes e bonitos, têm os cabelos castanhos e a tez rosada, maneiras agradáveis, fisionomia aberta e nada têm do sarcástico humor (bazófia) que frequentemente torna insuportáveis os empregados e os comerciantes da Capital do Brasil.

“As mulheres têm traços mais delicados que as das outras partes do Imperio por onde viajei. Elas se escondem menos e conversam com desenvoltura.

“A hospitalidade dos curitibanos não é sobrepujada pela dos mineiros. Se não são inteligentes como éstos, têm mais consistência e participam mais da natureza dos seus ascendentes europeus”.

Esta descrição feita por Saint’Hilaire, diz bem o que era Curitiba em 1820, isto é, 127 anos após a sua elevação à categoria de vila, quando já haviam desaparecido os homens que promoveram a sua fundação, estruturando os seus fundamentos em bases jurídicas e sociais, em 1693.

Após a proclamação da independência do Brasil, em 1822, Curitiba continuou integrando a Capitania de São Paulo.

Data de 1723 a criação da comarca de Paranaguá, para a qual foi nomeado, em 1724, o Dr. Antônio Alves Lanhãs Peixoto.

Entretanto, somente a 10 de fevereiro de 1725 foi efetivada a divisão da capitania em duas comarcas. O fato se deu em reunião havida em São Paulo, na casa do governador-geral Rodrigo César de Menezes, estando presentes o ouvidor-geral Francisco da Cunha Lôbo, da comarca de São Paulo e Lanhãs Peixoto confirmado na ouvidoria geral da comarca de Paranaguá.

À nova comarca deviam pertencer a vila de Iguape, a vila de Cananéa, a de São Francisco, a Ilha de Santa Catarina, a vila de Laguna e daí por diante até o rio da Prata, e, Serra Acima, a Vila de Nossa Senhora dos Pinhais de Curitiba, correndo até o lugar das Furnas, inclusive.

Por Carta régia de 1747 foi determinado ao governador-geral Gomes Freire de Andrade, que o ouvidor de Paranaguá passasse ao Rio Grandê e aí criasse “uma vila dividida da de Curitiba pelo sertão e Serra Acima”.

Em virtude de resolução do Conselho Ultramarino, em 1749 foi criada a ouvidoria da ilha de Santa Catarina.

Muitos anos mais tarde, em virtude do Alvará de 19 de fevereiro de 1812, foi determinado que os ouvidores da comarca de Paranaguá passassem a residir na vila de Curitiba, nova sede da comarca que passou a denominar-se comarca de Paranaguá e Curitiba.

Por Alvará de 16 de dezembro de 1812, foi criada a comarca de São Pedro do Rio Grande do Sul e Santa

Catarina, ficando, assim, a comarca de Paranaguá com seus limites na parte sul marcados, na costa, pela barra sul do São Francisco e, no interior, pelo rio Negro.

A vinda da Família Real, para o Brasil, em 1808, refletiu de maneira extraordinária, em todos os recantos do território nacional.

A comarca de Paranaguá à qual estava subordinada Curitiba, recebeu ordem do governador da capitania Antônio José de França e Horta, enviada através da Câmara de Vereadores, para publicação de editais anunciando que deveria haver “nove dias de liminárias pela feliz chegada de Sua Alteza Real ao Brasil e sua Augusta Família e que os párocos fizessem cantar um *Te Deum*.”

Vieira dos Santos informa que em verença de 11 de abril “a Câmara fez publicar editais que, no dia 19 dêste mês, se havia de fazer uma festa solene em ação de graças pela feliz chegada do Augusto Príncipe Regente e sua Real Família, e se poriam luminárias nos dias 17, 18 e 19; e que no dia 24 dêste mês e no dia 1.º de maio podiam fazer os brinquedos que quisessem os Oficiais da Ordenança e no dia 8 sairiam os alfaiates, no dia 15 os carpinteiros, no dia 22 os sapateiros debaixo da direção dos respectivos juizes de ofício e no domingo do Espírito Santo e dias sucessivos há de haver Ópera, e Entremezes; e nomearam o Sargento-mor Manoel Antonio da Costa para diretor da função”.

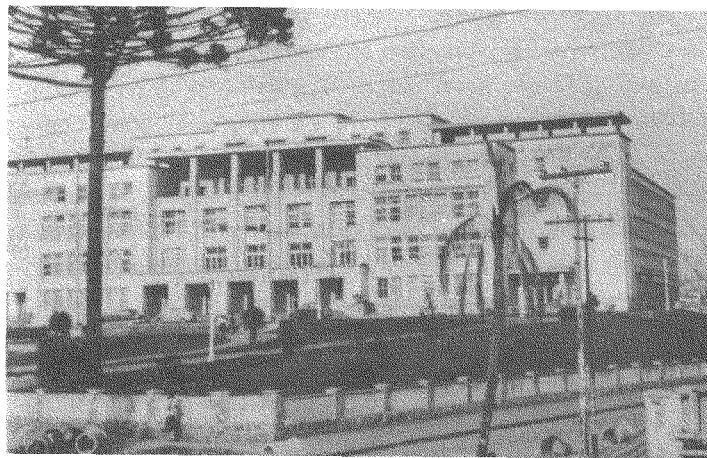
Em Curitiba as festas seriam somente as da igreja. Em verença de 8 de maio, a Câmara aprovava a compra de uma arrôba de cêra para as festas reais e notificava o “fabeiro e mais tesoureiros das igrejas para fazerem luminárias nas mesmas”. A 6 de agosto a Câmara aprovou o pagamento de seis mil e quatrocentos réis ao Reverendo Tomé de Castro pelo “sermão que pregou nas festas reais”.

Ao que se sabe, D. João VI foi grato a tôdas as manifestações de aprêço que o povo paranaense lhe tributou.

Em setembro de 1808 mandava providenciar sobre a petição que lhe fôra remetida a respeito da “fatura do caminho novo da vila de Antonina para Curitiba e da conservação do caminho velho de Morretes para a dita vila de Curitiba”.

É de julgar a importância que a êsse tempo já era dada à comunicação entre Curitiba e o litoral. Delineava-se a constituição de uma região cujas populações, embora separadas pela aspereza da serra do Mar, se interdependiam e haviam de se empolgar por uma aspiração comum, qual fôsse o govêrno próprio.

Em 1811 apareceu a primeira manifestação nesse sentido. A 6 de julho, reunida a Câmara de Paranaguá, resolveu endereçar ao Príncipe Regente uma representação sobre a questão. Longo é o documento que alega não ter a comarca “um govêrno que observe e veja tudo de mais perto, animando a agricultura, fazendo trabalhar alguns ociosos e dando trabalhos a outros que sendo diligentes e podendo utilizar o Estado e aumentar os rendimentos dos cofres reais, são ocupados em coisas insignificantes que não sendo úteis ao real serviço são prejudiciais a êles, ao Estado e à Real Fazenda, diminuindo os dízimos e os mais direitos e tributos que se pagam anualmente”.



Colégio Estadual

Continua a representação em considerações relativas à pouca atenção que o govêrno da capitania dispensava aos problemas e aos reclamos dos seus habitantes.

Pondera que a comarca é a de melhores portos e surgiduros sem fortificações algumas e que se faz “govêrno de cada uma das vilas desta comarca que são Paranaguá, Cabeça de Comarca, Iguape, Cananéa, Antonina, Guaratuba, Curitiba, Vila Nova do Príncipe e Lajes em uns comandantes faltos de instrução e sistema político para governar e não cuidam do aumento dos povos e da agricultura, sendo êste o primeiro móvel de felicidade do Estado”.

E é Oswaldo Pilotto quem diz:

“Depois de outras considerações justificativas terminava a petição rogando ao Príncipe, se dignasse “olhas compadecido para esta comarca, mandando-nos um governador, que sua residência seja nesta vila, Cabeça de Comarca, independendo do General da capitania de São Paulo, e que para criação do dito govêrno é necessário um sujeito sábio e prudente e instruído no modo de governar, saber procurar todos os meios de felicitar os povos, aumentar a agricultura e comércio, cuidar da arrecadação e aumento dos direitos reais e aumentar a população estamos bem informados de que tôdas estas circunstâncias, e o mais que deve ter um bom governador, concorrendo na pessoa do ilustríssimo Pedro Joaquim de Castro Correia e Sá, rogamos a Vossa Alteza Real, seja servido separar esta comarca da capitania de São Paulo, ficando independente daquêle governador e capitão-general”.

Era o primeiro brado pela emancipação política do Paraná.

A Correia e Sá, proposto para o cargo de governador da nova comarca, foi enviada cópia da representação.

A 25 de abril de 1812 endereça-lhe a Câmara longo ofício solicitando suas diligências no sentido de se efetivar a almejada separação. Acredita-se que Correia e Sá houvesse trabalhado, com base no relatório que lhe enviara a Câmara, pela causa dos filhos de Paranaguá, indicado que estava para o govêrno da nova unidade. Entretanto, a representação não surtiu o efeito desejado.

O povo paranaense e principalmente de Paranaguá aguardou nova oportunidade, para insistir na autonomia da província. A 15 de julho de 1821 devia ser feito o juramento das “bases da constituição, elaborada pelas Côrtes de Lisboa em face da revolução de 1820.



Hotel Iguaçu



Mariluz Hotel

Nesse dia, o Sargento-mor Francisco Gonçalves da Rocha e o Capitão Inácio Lustosa de Andrade procuraram o Primeiro-Sargento de Milícias Floriano Bento Viana, informando-o sobre os planos que tinham de aproveitar a solenidade do juramento para dar o brado de separação.

Os dois milicianos “expuzeram-lhe como diz Vieira dos Santos — os grandes vexames que estavam sofrendo com as arbitrariedades e despotismos praticados pelos comandantes militares daquela vila e de outras autoridades, por falta de pronto recurso que havia ao governo da Província na distância de cento e dez leguas; e que além disso caminhavam diariamente, para a mesma capital, muitos recrutamentos, longe de sua Pátria e famílias, ficando estas com a tristeza e miséria quando lhes era arrecadado um filho para estas conscrições; que muitas vezes era aquêlo o único que lhes servia de amparo; e, além de tudo, grandes somas de capitais desta comarca seguiam para o Depósito da Junta da Fazenda, anualmente, ficando esgotada a mesma Câmara de moeda girável; e outras muitas razões ponderáveis e justificáveis; afinal se declararam dizendo-lhes: — “Se você quiser dar o brado de separação nós todos dentro da Câmara o apoiaremos e ficávamos assim desmembrados de São Paulo”.

A resposta de Bento Viana a estas considerações teria sido: “Conheço demais o que me expõem, e se em mim está o bem da minha Pátria, amanhã às horas competentes darei o brado de convite para nossa separação de São Paulo, contanto que me não enganem”.

No dia 15 de julho chegara, finalmente, a hora do cumprimento da palavra dada, do juramento solene. Em frente à casa da Câmara estava formado o batalhão e o povo que se juntara para assistir o juramento da constituição.

Houve a solenidade de juramento na sala do Conselho e a seguir o juiz de fora, Dr. Antônio de Azevedo Melo e Carvalho e os membros da Câmara, com o respectivo estandarte, assomaram à sacada, tendo então esse magistrado proferido o termo de juramento. Do lado de fora, o povo e os milicianos responderam: “Assim o juramos” Em seguida explodiram vivas à religião, à constituição e ao Rei D. João VI.

Logo que terminou a solenidade, Floriano Bento Viana, que formava junto com o seu batalhão, deu um passo à frente e formulou o requerimento combinado:

“Ilustríssimos senhores, temos concluído com o nosso juramento de fidelidade, agora queremos que se nomeie um governo provisório que nos governe em separado da Província; tornam-se os nossos recursos morosos e cheios de desespero e que de tudo dê-se parte à Sua Majestade”.

O despacho do júri foi este: “Ainda não é tempo, com vagar se há de representar a Sua Majestade”. A esse despacho do juiz, o intrépido e corajoso sargento retrucou: “O remédio logo se aplica ao mal quando este aparece e, portanto, não há ocasião melhor nem mais oportuna”.

Em face do pronunciamento incisivo do juiz, ninguém mais ousou insistir, apesar do plano anteriormente combinado de apoio integral à proclamação de Bento Viana.

Já tinham sido escolhidos até os nomes das pessoas que deveriam constituir o governo da nova província. De acordo com uma carta de D. Córdula Rodrigues de França endereçada ao seu filho Capitão José Martins Araújo que explica: “E já até com deputados aqui nomeados sendo autores de tudo o Sargento-mor Rocha e o Sargento-mor Lustosa; para presidente tinham o governador e o ouvidor para vice-presidente. O Sá, dessa, para Secretário da Guerra; para o Interior, José Luiz Pereira. Deputados, pela Agricultura, Bento Gonçalves e José Gonçalves; pelo Comércio, Cap-mor e Bentote; pela Marinha, o Cap. Amaral, do Pilar e pela tropa do coronel dessa, Jacinto e Sargento-mor Bastos e pelo Clero o Padre Antonio dos Morretes e Padre Manoel”.

Francisco Negrão, com a sua autoridade de pesquisador e genealogista, esclarece que o presidente seria o Sargento-mor José Vitorino da Rocha; o vice-presidente, o Dr. José Carlos Pereira de Almeida Tôrres, então ouvidor-geral e corregedor da comarca de Curitiba e Paranaguá; o Secretário da Guerra, o Coronel Inácio de Sá Sottomaior, comandante do Regimento de Cavalaria de Curitiba; Secretário do Interior, Capitão José Luiz Pereira; deputado pela Agricultura, Bento Gonçalves Cordeiro do Nascimento e José Gonçalves do Nascimento; deputados pelo Comércio, Capitão-mor Manoel Antônio Pereira e Capitão Bento Antônio da Costa; deputados pela Marinha, Capitão Amaral de Antonina; deputado pela tropa, Capitão Jacinto Xavier das Neves e Sargento-mor Bastos; deputado pelo Clero, Padre Antônio Rodrigues de Carvalho, de Morretes e Padre Manoel Antônio da Costa Nogueira.

O Desembargador José de Azevedo Cabral recebeu ordem de abrir inquérito a respeito do movimento que passou à história do Paraná com o nome de “Conjura Separatista”. Todavia, Bento Viana nada sofreu. Conforme observa Vieira dos Santos, aquêlo magistrado “nada achou que lhe fôsse culpável a este cidadão, como órgão da vontade geral de pugnar pela emancipação de sua Pátria”.

É bem possível que tenha havido naturais temores da parte daquêles que na hora solene jogaram à fogueira o sargento cuja confiança nos maiores estipulou a sua coragem. “Contanto que me não enganem” — tinha dito êle.

A resposta pronta e solene do magistrado foi água na fervura. Mas Floriano Bento Viana se projetou na história do Paraná pela sua corajosa atitude, principalmente, de retrucar o juiz que não deferira o seu pedido.

A idéia, porém, não morreu. Em 1832 e 1834 a Câmara de Vereadores fez representações contra a situação

dominante. Em vista disso, em 1835 a Secretaria dos Negócios do Império solicitou informações a respeito das condições em várias regiões da comarca. As informações prestadas não surtiram efeito, mas ficaram acentuadas as esperanças do povo paranaense de que um dia a mesma se transformaria em realidade.

A idéia separatista nascida com Bento Viana em 1812 jamais desfaleceu e, durante longos anos foi o sonho do povo paranaense, que, aos poucos foi tomando corpo e dominando o pensamento dos habitantes da então Quinta Comarca de São Paulo.

A 17 de maio de 1842 rompeu em Sorocaba o movimento revolucionário chefiado pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar. A região sul do país, por sua vez, desde o ano de 1835 estava agitada com a deflagração da guerra dos farrapos.

Curitiba era ponto delicado em face desses dois movimentos revolucionários. O Barão de Monte Alegre, então governador de São Paulo, mandou sondar o ambiente na Quinta Comarca, e o encarregado da tarefa foi João da Silva Machado, mais tarde Barão de Antonina, já conhecido da gente curitibana, como fundador, em 1829, da colônia alemã da Capela da Estrada da Mata, futura cidade de Rio Negro.

João da Silva Machado, que era comerciante de gado, percorria freqüentemente a estrada que do Rio Grande do Sul conduzia para Sorocaba, passando por Curitiba (Caminho de Sorocaba—Viamão).

Tendo dado fiel cumprimento à sua missão de auscultar o pensamento dos homens da Comarca de Curitiba, Silva Machado escreveu a 23 de julho de 1842, minuciosa carta ao governador, dando conta do que observara. Um dos trechos desse documento retrata a situação reinante naquela época:

“A notícia da rebelião de Sorocaba derramou aqui a confusão por haver chegado conjuntamente a primeira proclamação, ordens e cartas diversas; em consequência fizeram-se reuniões noturnas. Uns queriam fazer a separação, nomeando presidente; outros, um govêrno provisório de três membros; outros, finalmente, não sei o que, até a Câmara se reunir para dar posse aos empregados policiais; foi quando felizmente chegaram aquelas cartas que V. Exia. mandou pela Marinha com tanta prontidão, que, sendo uma para o Ten.-cel. Miguel Marques dos Santos, que ali se achava, publicou seu contexto à face da Câmara, e como além da recomendação d’ordem lhes assegurava a separação da comarca, elevando-a a Província, ficaram satisfeitos e desamotinaram-se”.

Informava ainda Silva Machado que havia empenhado a sua palavra no sentido de que Curitiba havia de ser Província e pedia a Monte Alegre que não o deixasse ficar em falta. Em outra carta enviada ao governador, mais tarde, insistia o futuro Barão de Antonina: “Os curitibanos estão firmes como uma rocha e nada há a temer; porém, minha palavra está empenhada; tendo-lhe prometido (debaixo da proteção de V. Exia.) que esta comarca em breve será separada por um decreto, ela já está de fato e seria espeznhada pela Assembléia provincial se não o verificasse de direito”

O Barão de Monte Alegre atendeu à observação de João da Silva Machado, pois, a 30 de junho propôs ao Ministro do Império a elevação da Quinta Comarca à categoria de Província. A 30 de setembro eram solicitadas informações sobre a comarca e a 4 de janeiro de 1845 a Câmara Municipal de Paranaguá respondia aos quesitos e protestava contra a pretensão que tinha a Câmara de Curitiba de fazer desta vila a capital da nova Província.

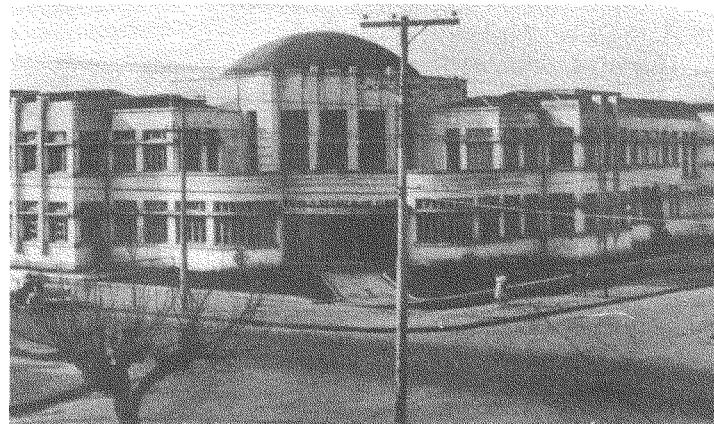
Igualmente, as Câmaras de Antonina e Morretes colaboraram no ideal de tornar autônoma a província do Paraná, manifestando-se também, junto ao govêrno da capitania de São Paulo. A idéia tomou tamanho vulto que já em abril de 1843 o assunto era ventilado no Congresso Nacional, provocado pela representação federal, com pedido de informações, que prontamente foi atendido pelo Ministro do Império.

Com base nessas informações, a 29 de abril de 1843, Carlos Carneiro de Campos, Visconde de Caravelas, apresentou o projeto de elevação da Quinta Comarca (Curitiba) à categoria de província, justificando-o ampla e documentadamente.

Henrique de Resende, deputado paulista manifestou-se contrário. Temia êle que a medida acarretasse grandes prejuízos para São Paulo, pois havia sido informado de que a maior renda da Província resultava dos direitos sobre o comércio de tropas que eram cobrados na comarca de Curitiba. Entendia ainda aquêle representante paulista que a revolução de Sorocaba é que tinha motivado a idéia de separação. Acabado o movimento não mais havia necessidade de pensar no assunto. Mas os deputados José Machado, paulista, e Bernardino Jacinto da Veiga, mineiro, se colocaram a favor do projeto. Carneiro da Cunha e Paulo Cândido o combateram.

O jornal paulistano “Governista”, colocou-se ao lado dos paranaenses, advogando a causa da Quinta Comarca. Atacando a iniciativa e manifestando-se contra o “Governista”, o Padre Diogo Feijó, saiu a público, bradando: “Unidos, somos paulistas mas divididos seremos prêsas do Govêrno”.

Enquanto no Congresso Nacional o assunto era discutido, debatido e modificado, Manoel Francisco Correia Júnior, Francisco de Paula e Silva Machado, interpretando os anseios do povo paranaense, não esmoreciam em suas propagandas, feitas por todos os meios, inclusive pelas colunas dos jornais da Côrte. Paula publicava e distribuía



Escola Técnica Municipal



Vista aérea da cidade

os seus escritos em boletins avulsos pelos habitantes da comarca.

Em 1850 retornou o assunto a ser debatido no Congresso, onde transitava o projeto de criação da Província do Amazonas. O senador Eatista Oliveira apresentou uma emenda fazendo-o extensivo à comarca de Curitiba o que se vencia para a do Alto Amazonas.

Carneiro de Leão, representante mineiro, colocou-se ao lado do Paraná. Opôs-se à emenda o senador Vergueiro, paulista, que a modificava no sentido de ser a comarca de Curitiba incorporada à Província de Santa Catarina. Finalmente, o projeto foi dividido em dois: um propondo a Província do Amazonas e o outro a do Paraná. O primeiro foi aprovado, pois era assunto proveniente da própria Câmara. O projeto relativo à criação da Província do Paraná foi enviado à Câmara dos Deputados para a necessária discussão.

Sòmente três anos depois, em 1853, o projeto entrava em discussão. Os deputados paulistas conselheiros Nébias e Barbosa da Cunha opinavam pelo adiamento do projeto. Mas, o deputado mineiro Cruz Machado foi o paladino da causa, colocando o problema na ordem de assunto nacional. "Trata-se — dizia êle — de criar um centro administrativo que possa trazer em resultado fortificações e povoações nas nossas fronteiras, antes que, algum tempo adiante,

sejamos apanhados desprevenidos, ou antes que apareçam conflitos a respeito do nosso território".

Os representantes paulistas, entretanto, faziam tudo para protelar a aprovação do projeto. O recurso seria a apresentação de emendas. Pacheco Jordão propôs o aumento do número de deputados indicado no projeto. O conselheiro Nébias emendava o projeto com a proposição de que fòsse anexada à Província de São Paulo a parte de Minas Gerais que já pertencia ao bispado de São Paulo. Encontrava-se já em terceira discussão o projeto, quando Ribeiro de Andrade passou a combatê-lo.

Ao iniciar um dos seus últimos discursos, dizia aquêlê deputado paulista: "Como o sacerdote acompanha o condenado ao patíbulo ou a vítima ao martírio, para cumprir sua sagrada missão, quero, nêste momento solene da mutilação da Província de São Paulo, proferir algumas palavras sentidas, para lastimar o retalhamento da Província que represento".

De nada adiantou, porém, a enérgica oposição dos representantes paulistas à aprovação do projeto. Depois de mais de quarenta anos do primeiro pedido de separação feito pela Câmara de Paranaguá ao Príncipe Regente D. João VI; decorridos trinta e três anos daquela corajosa atitude de Bento Viana, miliciano e paranaense dos mais ilustres, que, interpretando o desejo e as aspirações do Pa-

raná, requereu, no instante solene em que se procedia ao juramento da constituição aprovada pelas Côrtes de Lisboa, a separação da Quinta Comarca e sua elevação à categoria de Província autônoma; depois dos longos e persistentes trabalhos desempenhados por Paula Gomes, Silva Machado e Correia Júnior; depois de tudo isso, vencidos todos os obstáculos e superadas tôdas as dificuldades, finalmente, o Congresso Nacional aprovava o projeto de lei que criava a Província do Paraná, desmembrando-a da de São Paulo.

O fato auspicioso e há tanto esperado se registrava no dia 20 de agosto de 1853. Era o Projeto de lei n.º 704, que a 29 do mesmo mês e ano recebeu a sanção imperial e estava assim concebido:

“Art. 1.º — A comarca de Curitiba, na Província de São Paulo, ficou elevada à categoria de província com a denominação de Província do Paraná. A sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca.

Art. 2.º — A nova província terá como capital a cidade de Curitiba, enquanto a Assembléia respectiva não decretar o contrário.

Art. 3.º — A Província do Paraná dará um senador e um deputado à Assembléia-Geral; sua assembléia provincial constará de 20 membros.

Art. 4.º — O Govêrno fica autorizado a criar na mesma Província as estações fiscais indispensáveis para a arrecadação e administração das rendas gerais, submetendo depois o que houver determinado ao conhecimento da Assembléia-Geral para definitiva aprovação.

Art. 5.º — Ficam revogadas as disposições em contrário”.

Estava satisfeita a aspiração do povo de Curitiba. Foi uma idéia que nasceu, amadureceu e frutificou sob o calor e o entusiasmo do povo curitibano, da gente do Paraná e de notáveis líderes de outras unidades do Império. Cruz Machado, representante mineiro à Assembléia-Geral, foi o líder e o batalhador destemeroso da causa do Paraná. No senado, Honório Hermeto Carneiro de Leão, marquês do Paraná, garantiu o êxito do empreendimento.

Manoel Francisco Correia Júnior e Francisco de Paula e Silva Gomes foram os propagandistas incansáveis, que para tudo e a todos apelavam no sentido de que fôsse firmada a convicção da necessidade de ser a Quinta Comarca de São Paulo desmembrada e elevada à categoria de província independente.

João da Silva Machado, Barão de Antonina, o notável colonizador e batalhador pelo progresso do Paraná, foi, em todos os momentos históricos da grande cruzada, o homem certo das horas incertas, que garantiu a arrancada do ideal que advogou até que fôsse transformado em realidade.

Florianô Bento Viana, antigo sargento de Milícias, foi o herói da Conjura *Separatista*, aquêle que teve a bravura e o patriotismo de proclamar perante as mais altas autoridades lusitanas, no momento em que se procedia o juramento da constituição, a necessidade de autonomia de Curitiba, da instituição de um govêrno próprio e de ser decretada imediatamente a separação da província, porque “o remédio logo se aplica ao mal quando êste aparece...”

Pela sua coragem e intrepidez, Bento Viana é o herói do movimento que emancipou a Quinta Comarca e instituiu a Província do Paraná.

A notícia da aprovação do projeto pela Câmara dos Deputados e a respectiva sanção por D. Pedro II, correu célere, e dois dias depois, chegava ao conhecimento da Câmara de Vereadores de Curitiba. A êsse respeito escreve Oswaldo Pilotto:

“A 1.º de setembro reuniu-se a Câmara de Curitiba, convocada por “ter chegado a notícia dada por pessoas fidedignas da cidade de Paranaguá de haver, no dia 20 do mês próximo findo, passado na Assembléia-Geral a lei que eleva esta comarca à categoria de Província, pelo que propôs o Sr. Presidente que se devia convidar os habitantes desta cidade para iluminarem suas casas pelo espaço de três dias, bem como para assistirem no dia 4 do corrente, às 10 horas da manhã a um solene *Te Deum* que em ação de graças se há de entoar na Igreja Matriz; assim se resolveu se fizesse público por edital e autorizou-se ao Procurador para satisfazer as despesas necessárias, bem como que se ilumine a casa desta Câmara”.

É o que consta da ata da sessão extraordinária da Câmara de Curitiba, realizada no dia 1.º de setembro de 1853.

E foi assim que, pela Lei Imperial n.º 704, de 29 de agosto de 1853, a Quinta Comarca de São Paulo elevou-se à categoria de província e a antiga vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba passou à categoria de cidade e de capital da nova província, que surgiu com a denominação de Província do Paraná.

Decorrido pouco mais de um mês o povo curitibano e paranaense se preparava, com grandes solenidades e os maiores festejos embalados ao som das músicas etéreas dos pinheirais e pelo ritmo do entusiasmo avassalador, para receber o primeiro presidente da província, aquêle que, em virtude das disposições da Lei n.º 704, viria organizar o govêrno e dar estrutura jurídica às instituições da novel unidade administrativa do Império.

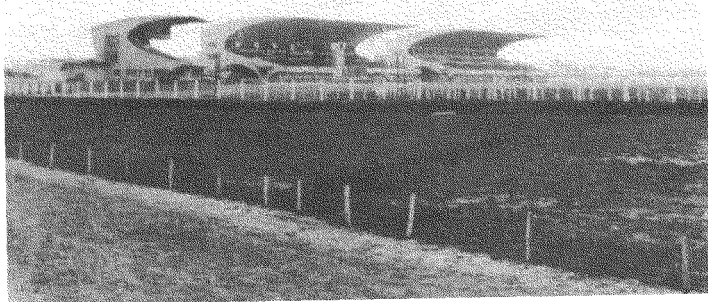
A 3 de outubro a Câmara de Vereadores, aquela mesma grande e notável instituição que, pelo espaço de quase três séculos geriu e administrou a coisa pública, assegurou a integridade da comuna e defendeu as liberdades públicas, aplicando o direito e distribuindo a justiça, em reunião dos seus membros, resolveu nomear uma “co-



Faculdade de Ciências Econômicas



Hospital das Clínicas



Hipódromo do Tatumã

missão encarregada de tudo que fôr tendente à recepção do Presidente”. Nessa mesma sessão, deliberou ainda a Câmara “retocar as tintas do edifício da cadeia”, autorizando o procurador a pagar as despesas caso não fôsse possível satisfazê-las por subscrição particular”. Ainda nessa sessão, “lavrou-se edital convocando os povos para caiar e limpar as frentes de suas casas, bem como o fiscal mandar limpar os arbustos que estão na entrada da estrada de baixo e aquêles que ficarem nos pátios públicos e ruas”

Antes de recordarmos as festividades e alegrias populares da instalação da província e organização do seu primeiro govêrno, com a chegada e tomada de posse do primeiro presidente, o conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, nos reportaremos aos primórdios da colonização estrangeira, à chegada a Curitiba de imigrantes europeus, que aqui se integraram e emprestaram a sua contribuição ao progresso e ao desenvolvimento do Paraná e de sua grande e progressista capital.

Demos a palavra a Newton Carneiro, para que fale a respeito dos primitivos movimentos migratórios, da contribuição européia, que haveria de dar uma nova feição à nossa cultura, à nossa vida e à nossa civilização:

“E surge, então, uma etapa nova em nossa morfologia política e social. Começam a chegar os homens louros que galgam os contrafortes do planalto na esperança de aqui respirarem um ar mais leve, uma atmosfera menos imobilizadora e mais propícia às atividades incontidas que o pioneirismo exige. Vêm aos pares, depois aos grupos, aqui fazem uma constatação inesperada e surpreendente: o clima era europeu, menos agrestes as ralas capoeiras dos arredores de Curitiba, bucólicas e pitorescas como as pastagens da Turingia e da Morávia os nossos Campos Gerais, e a rainha da nossa flora, a soberba “araucária brasiliensis”, tão inspiradora, decorativa e estética evocava — com sua majestade militar — as coníferas dos Cárpatos e da Boêmia.

“O fluxo imigratório adensa-se com a propaganda que daqui fazem os primeiros colonos e é tão maciça, tão volumosa essa torrente humana, que os nossos hábitos, o nosso gôsto, os nossos pendores vão — aos poucos — perdendo o seu cunho aporuguesado. A terra e a gente os acolhem aberta e generosamente.

“Ao em vez de moldarem-se ao nosso trato, são os mamelucos que se arianizam no amaneiramento europeizante. Não fôsse o repicar tristonho e intermitente dos

velhos sinos, lembrando os momentos de vida interior, evocando lastros espirituais amortecidos, comprometendo o ádvena numa saudade indefinida e morna, e êle se fundiria de pronto nesse cenário novo, ilimitado e hipnotizador.

“Mas também aos sinos no seu apêlo matinal e festivo, cumpria despertar — na repetição insistente do seu chamamento autoritário — cumpria sacudir, cumpria instigar, cumpria fazer polarizar as energias latentes, transformando-as no “elan” realizador que opera os mais surpreendentes cometimentos. Cumprirá lembrar-lhes que lá êles eram menos excedentes humanos, anônimos e supérfluos, aqui seriam os pró-homens de uma cultura nascente e — ainda mais — inspirariam uma nova heráldica, que afidalgaria seus rebentos e seus descendentes, com uma nobreza amadurecida no sazramento de um trabalho heróico e ininterrupto, amadurecido de forma lenta mas constante e humanizadora”.

De fato, os primeiros imigrantes europeus a chegarem em Curitiba eram alemães, e formavam apenas um casal. Procediam da colônia tedesca da Capela da Estrada da Mata, fundada em 1829 por João da Silva Machado, o ilustre Barão de Antonina a quem tantos e tão assinalados serviços deve o Paraná.

O primeiro alemão a aportar ao planalto curitibano foi Miguel Müller, que aqui chegou a pé, em companhia de sua noiva Ana Krantz, com quem se casou mais tarde. Corria o ano de 1833 e, até então, a não serem espanhóis e portugueses, nenhum outro elemento europeu havia atingido o território curitibano.

Graças à confiança e cooperação dos curitibanos, Miguel Müller conseguiu estabelecer-se em Curitiba com uma pequena ferraria.

No período de 1830 a 1840 Curitiba foi visitada por diversos imigrantes alemães, entre os quais Frederico Guilherme Wirmond, natural da cidade de Colônia e tronco de tradicional família lapeana.

Em 1838 chegaram aqui as famílias Pletz, Stresser e Pichet que, deixando o núcleo colonial de Rio Negro, vieram estabelecer-se em Curitiba. No período de 1833 a 1869 vieram cinquenta famílias alemãs, as primeiras se dedicaram aos trabalhos de chácaras, e as outras as mais diferentes atividades. As primeiras famílias se estabeleceram no Quarteirão das Mercês; as demais localizaram-se à margem da estrada que do Alto de São Francisco seguia para Santa Felicidade; no Barigui, ao lado esquerdo do Cemitério Municipal; na Estrada do Meio, também conhecida por Açungui Velha; na Estrada Nova do Açungui, no Aú, na Estrada da Graciosa; na Estrada da Graciosa, rumo à colônia Argelina; na Estrada do Portão e na Estrada de Mato Grosso.

Os primeiros esforços para aperfeiçoar a agricultura em Curitiba foram promovidos por Buddelmeyer, em 1856, o qual transportou da Colônia Dona Francisca, em Santa Catarina, em cargueiros, o primeiro carro de quatro rodas, puxado por cavalos e o primeiro arado. Diz o historiador Agostinho Ermelino de Leão que “foi um dia de sucesso, quando o Sr. Buddelmeyer, sentado no carro e guiando o cavalo, passou nas ruas da vilinha. A admiração foi muito grande, pois ninguém imaginava haver carros de quatro rodas e ainda mais, puxados por cavalos!”

Em Curitiba, os alemães se estabeleceram no rocio da cidade, formando o primeiro “cinturão verde” da Capital, que fornecia todos os produtos agrícolas de que necessitava a população curitibana.

O progresso foi rápido e vigoroso, em todos os sentidos. Em 1870, Leopoldo Recher Himdrich Pek, Ernesto Kaener e João Henrique Egilhard apresentaram-se ao vice-presidente da província, no exercício do cargo de presidente. Dr. Agostinho Ermelino de Leão, manifestando o desejo de se estabelecerem no Pilarzinho, nas imediações da Capital.

Era muito próspera a situação da colônia alemã, que se estendia por todo o rocio de Curitiba. O governo autorizou o estabelecimento solicitado, mandando demarcar 90 lotes no Pilarzinho, sendo que as despesas correram por conta do crédito de 10 contos de réis, consignados pela Lei n.º 243, de 20 de abril de 1870. O Dr. Agostinho Ermelino de Leão, então presidente, no seu relatório à Assembléia Provincial, diz o seguinte:

“Entendi que não devia perder a ocasião de atrair a emigração de tão bons colonos para a província, que luta com a falta de braços para a cultura de seus vastos e férteis terrenos”.

A colônia alemã do Pilarzinho ficou a cargo da Câmara Municipal de Curitiba. O governo proporcionou transportes a alguns colonos, de São Francisco a Paranaguá e forneceu alimentação de Antonina a Curitiba e, por mais dois dias, depois de sua chegada a esta Capital.

A partir de 1870 o governo provincial começou a impulsionar a colonização no Paraná. E foi a colônia alemã do Pilarzinho a primeira a contar com o apoio oficial. No ano seguinte nova lei era sancionada pelo presidente da província, com o objetivo de estimular e desenvolver a colonização. A Lei n.º 369, de 7 de março de 1871, instituiu um auxílio de oito contos de réis à Companhia Colonizadora que introduzisse na província colonos importados de qualquer país da Europa.

Nesse mesmo ano, o vice-presidente Agostinho Ermelino de Leão, grande incentivador da colonização estrangeira no Paraná, dizia, em seu relatório encaminhado à Assembléia provincial, referindo-se ao rocio de Curitiba:

“Povoado em geral por alemães, ostenta pontos cuidadosamente cultivados e, em suas ondulantes searas tôda a beleza da apurada cultura européia, e abastece de cereais, legumes e outros produtos próprios dos países frios a não pouca avultada população desta ativa e florescente cidade”

Em 1871 a população do rocio era de 2 000 pessoas, inclusive grande número de alemães.

O núcleo colonial alemão de Curitiba, como aconteceu com o do Rio Negro e os demais instalados no Paraná, não era formado apenas por agricultores, mas de profissionais de várias categorias, o que contribuiu sobremaneira para o progresso e desenvolvimento da província. Em Curitiba os alemães desenvolveram intensa atividade, trabalhando, inclusive na construção da Catedral Metropolitana e noutras obras de grande importância.

A partir do ano de 1871 apareceram em Curitiba os imigrantes poloneses e ucranianos. Calcula-se que no período de 1871 a 1934 entraram no Paraná 48 131 poloneses e 19 272 ucranianos. Em Curitiba, esses imigrantes cria-

ram os seguintes núcleos coloniais: Pilarzinho, em 1871; Abranches, 1873; Santa Cândida, 1875; Santo Inácio, Dom Augusto, D. Pedro, Tomás Coelho, Lamenha, Murici, Zacarias e Moema, em 1876.

Os núcleos italianos não são dos mais antigos, mas de maior evidência quantitativa e qualitativa. O geógrafo italiano Domênico Bartolotti (*Il Brasile Meridionale*), escreve a propósito: “A primeira colônia italiana foi constituída com cinquenta famílias embarcadas no veleiro “Ana Pizzorno”, em fevereiro de 1875. Localizou-se perto da costa, na proximidade de Paranaguá, dando ao lugar o nome de Alexandra. Em 1877 chegaram novos lavradores italianos, que se estabeleceram em torno de Morretes, achando uma colonização já iniciada”.

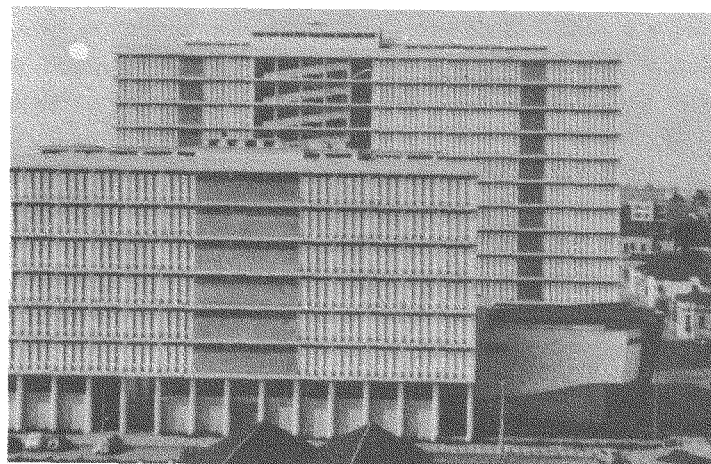
Dêses dois núcleos do litoral, os italianos vieram para Curitiba, aqui se estabelecendo e formando os núcleos coloniais do Açungui, Argelina, Santa Felicidade, Água Verde, Alfredo Chaves (Colombo), Nova Tirol (Piraquara) e outros.

Outros grupos étnicos de menor importância foram chegando e se estabelecendo nos arredores de Curitiba. Em 1847 vieram os franceses, que fundaram a Colônia Tereza e, em 1876, as Colônias Orleães e Nossa Senhora do Pôrto. A partir do ano de 1865 outros grupos menores aportaram ao território curitibano, tais como, austríacos, ingleses, suecos, holandeses e numerosos outros.

Voltando à criação da Província do Paraná, vamos encontrar a cidade de Curitiba regorgitando de júbilo, o povo azafamado, as autoridades que até então dirigiram os destinos da terra, jungidas ao bastão de comando do governo paulista, preocupadas com o futuro da terra e a própria natureza em festa perene, diante dos grandes acontecimentos vividos.

Por Carta Imperial de 27 de setembro de 1853, foi nomeado Presidente da Província do Paraná o Dr. Zacarias de Góes e Vasconcellos, figura que pelas suas qualidades de homem íntegro, administrador inteligente e político perspicaz, estava à altura de montar a administração da nova unidade política do Império.

Paranaguá recebeu o primeiro Presidente da Província com grandes festividades, manifestando-lhe o desejo que tinha de que fôsse ali instalada a capital. Sobre essa questão diz Rocha Pombo: “Os habitantes desta cidade se empenharam fortemente junto do delegado imperial para que logo ali fizesse a instalação da província e por



Outro aspecto da Faculdade de Ciências Econômicas

muito tempo aumentaram a esperança de que viesse a ser Paranaguá a capital escolhida”.

Mas Zacarias de Góes e Vasconcellos trazia instruções para o início do seu govêrno e, além disso, a Lei n.º 704 estabelecia que a sede provisória da província seria Curitiba. Assim, não restavam quaisquer dúvidas a respeito e, no dia 19 de dezembro de 1853 a cidade de Curitiba, engalanada e festiva, recebia os foros de capital da província do Paraná, com a sua instalação oficial, solene e brilhante.

As determinações da Câmara referentes aos retoques de pintura do edifício da cadeia e limpeza das ruas foram cumpridas.

Na sala da Câmara foi feito “um gradil, estrado e dois reposteiros”. O dinheiro obtido por subscrição não foi suficiente para pagar tão importantes aprestos. Finalmente, no dia 19 de dezembro, ao conselheiro Zacarias “achando-se presente às onze horas da manhã sendo recebido com tôdas as formalidades do estilo, a Câmara por seu presidente deferiu-lhe o juramento dos santos evangelhos, — depois de ser lida pelo Secretário a Carta Imperial de sua nomeação”.

Disso se vê que às Câmaras de Vereadores se conferiam poderes verdadeiramente admiráveis. A Câmara de Curitiba, até então, único órgão do poder público, emanado do povo, assistindo o juramento e dando posse ao primeiro mandatário da Província, a mais alta autoridade regional, de livre escolha e nomeação do Imperador!

Em seguida realizou-se solene *Te Deum* na Igreja Matriz, em ação de graças, ao qual compareceram, além do Presidente Zacarias de Góes, tôdas as autoridades locais e grande número de populares.

A ata da sessão solene da Câmara Municipal, realizada no dia 19 de dezembro de 1853, é do teor seguinte:

“Aos desenove de Dezembro de mil oito centos e cincoenta e trez anos n’esta cidade de Curitiba na salla das Sessões Municipaes presentes os Senhores vereadores Ferreira — Enéas — Bandeira — Lustosa de Andre. — Paula Guims. — Borges de Macedo — Moraes — Silveira — e Ferreira da Luz — abriu o Sr. Presidente a presente Sessão e declarou ser motivo d’ella o tomar em consideração o Aviso do Ministerio do Imperio de desenove de Setembro do corrente anno — que foi lido — em que comunica a Camara o achar-se nomeado por Carta Imperial de desesete de Setembro do corrente anno o Exm.º Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos para Presidente d’esta Província do Paraná que foi creada pela Lei n.º 704 de 29 de Agosto ultimo — para que se desse posse e deferisse juramento por seu Secretario sua nomeação solicitando tomar posse no dia de hoje — achando presente as onze horas da manhã — sendo recebido com todas as formalidades do estilo — a Camara por seu Presidente deferiu-lhe o juramento dos Santos Evangelhos — depois de ser lida pelo Secretario a Carta Imperial de sua nomeação — findo o acto retirou-se o Exm.º Presidente com as m.mas

formalidades. A Camara Municipal deliberou que se fizessem as Camaras Municipaes da Província as convenientes participações — afixando-se igualmente os respectivos Editaes — e concluida a presente Sessão foi a Camara acompanhar o Exm.º Presidente da Prov.ª ao *Te Deum* e Missa Solemne que em Acção de Graça se celebra na Igreja Matriz — E para constar fiz esta acta em que assinão o Sr. Presidente e Vereadores da Camara Municipal. E eu Laurindo Abelardo de Brito — Secretario a escrivi. (ass.) Ferr.ª — Moraes — Lustosa d’Andrade — Borges de Macedo — Bandeira — Ferr.ª da Luz — Paula Guims — Enéas — Silveira”.

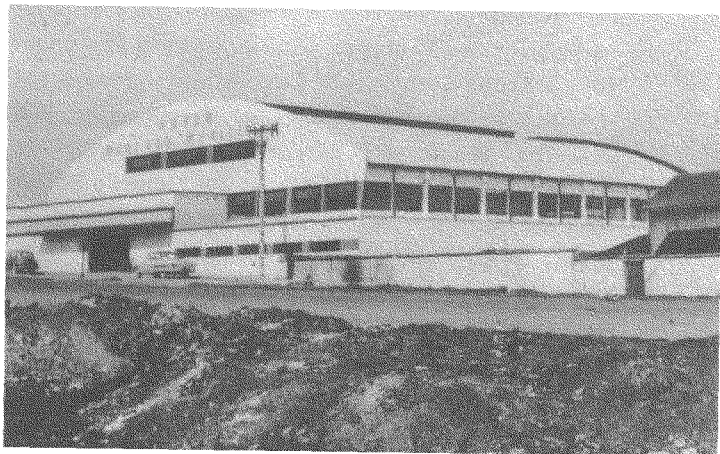
A respeito desta ata e do Têrmo de Juramento e posse do Presidente, lavrados por um bacharel que para isso fôra especialmente nomeado, há um particular interessante: o homem não era paranaense. Viu as vibrantes solenidades com os olhos desinteressados do official burocrata, que se limita a cumprir fielmente a missão para a qual o designaram. Daí por que ambas as peças saíram lacônicas, insípidas e sem a refulgência que o acontecimento impunha.

O segundo e importante documento está vasado nos seguintes têrmos:

Termo de Juramento e posse dados ao Illm.º Exm.º Sr. Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos — Presidente desta Província — como abaixo se declara.

“Aos desenove dias do mez de Dezembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e trez no Paço da Camara Municipal d’esta Cidade de Curitiba — achando-se o Presidente e Membros da Camara — sendo presente o Exm.º Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos — que participou a esta Camara achar-se nomeado por sua Magestade o Imperador por Carta Imperial de desesete de Setembro do corrente anno para o cargo de Presidente d’esta Província do Paraná — o que foi comunicado por Aviso do Ministerio do Imperio — de desenove de Setembro do corrente anno — tomou posse e jurou aos Sanctos Evangelhos bem e fielmente cumprir os deveres do cargo para que foi nomeado. E para constar fiz este termo em que assignão com o Exm.º Presidente juramentado o Presidente e Membros da Camara Municipal. E eu Laurindo Abelardo de Brito — Secretario que o Escrevi. (ass.) Zacarias de Góes e Vasconcellos, Manoel Antonio Ferreira, Joaquim José Pto. Bandeira, Francisco de Paula Guimaraens, Antonio Ricardo Lustosa d’Andrade, Vicente Ferr.ª da Luz, João Silv.ª de Mird.ª, Benedicto Enéas de Paula, Ignacio José de Moraes, Francisco Borges de Macedo”.

Francisco Negrão, porém, o cuidadoso pesquisador e estudioso de nossa história, paranaense, inflamado e entusiasta, não perdoou a frieza do documento e comentou-o com estas palavras:



Super Mercado Municipal

“O Dr. Laurindo Abelardo de Brito foi nomeado e empossado no cargo de Secretário da Câmara, especialmente, para lavrar a ata da sessão de posse e o termo de juramento e posse do Dr. Zacarias, no cargo de Presidente, no entanto, o que vemos?

“Essas atas são simplesmente banais, e sem a magnificência que devia revestir a solenidade tão empolgante, e que tão vasto influxo veio trazer a vida da nova Província que se vinha de instalar.

“Nenhuma referência ao regozíjo popular, às festividades públicas e particulares, às iluminações feéricas das ruas e casas particulares, ao apresto dos brilhantes preparativos da Casa da Câmara e do Palácio do Governo, feitos por subscrições populares.

“Parece que o Dr. Laurindo não sentiu emoções com êsse fato de tão grandiosa relevância”. “Nem a ata foi assinada pelas pessoas gradas e povo, como era de praxe”

No dia seguinte ao da posse do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos, voltou a Câmara Municipal a se reunir em sessão extraordinária, com o fim de estabelecer relações oficiais com o Presidente da Província, fazendo-lhe uma visita por intermédio de uma Comissão especialmente designada.

Eis o inteiro teor dêsse documento:

“Aos vinte de Dezembro de mil oito centos e cinquenta e trez annos n'esta cidade de Curitiba na salla das Sessões Municipaes presentes os Srs. vereadores Ferr.^a — Bandr.^a — Enéas — Ferr.^a da Luz — Moraes — Lustoza de Andr.e — Borges de Macedo — Silveira — (Manoel Antonio Ferreira, Joaquim José Pinto Bandeira, Benedito Enéas de Paula, Vicente Ferreira da Luz, Inácio José de Moraes, Antonio Ricardo Lustoza de Andrade, Francisco Borges de Macedo, João Silveira de Miranda) “abrio o Sr. Preside a presente Sessão e declarou ser motivo della o nomear uma Comissão para felicitar o Exm.^o Preside da Província e protestar adhesão a sua administração e posto em discussão deliberou a Camara enviar uma Comissão de trez membros para a qual forão nomeados os Senhores Bandeira — Enéas — e Silveira, resolvendo mais a mesma que a Comissão levando a S. Ex.^a a sua Carta Imperial de nomeação pedisse em nome della o original do discurso recitado pelo Exm.^o Preside da Província na occasião de sua posse na salla da Camara, o que sendo cumprido pela Comissão levantou-se a Sessão por em quanto — e voltando a Comissão participou ter sido rece-

bida pelo Exm.^o Presidente com especial agrado, e que o havia enviar immediatamente o seu discurso”. Leo-se um Officio do Sr. Chefe de Policia comunicando haver tomado posse no dia 19 do corrente — Ficou a Camara inteirada e deliberou que se respondesse — Leo-se um officio do Fiscal da Camara pedindo providencia sobre dois lampeões que se achão na casa de residência do Exm.^o Presidente e que pertencendo a ella devião ser acesos a custa da mesma. Foi posto em discussão, e discutido suficientemente a Camara deliberou que o Procurador fornecesse com os meios para conservar acesos os referidos lampeões — não excedendo a quantia de vinte mil reis — athe que a Camara podesse receber authorização para essa despesa — a que agora só accede por conhecer sua urgente necessidade”.

No mesmo dia (20 de dezembro) o Presidente comunicava a tôdas as Câmaras Municipais a sua posse e dava início à sua administração. O Chefe de Polícia, Dr. Antônio Manoel Fernandes Júnior, nomeado por Carta Imperial de 20 de outubro, tomou posse no dia da instalação do governo e dava já as suas primeiras providências oficiais.

Ao partir da Côte com destino ao Paraná, onde vinha assumir a chefia do governo da nova província, Zacarias de Góes e Vasconcellos recebeu instruções por escrito, que constituíam verdadeiro programa de governo. Essas instruções consubstanciadas em diversos itens estavam assinadas pelo Ministro do Império, Luiz Pereira de Couto Ferraz e dispunham sôbre os seguintes problemas de ordem administrativa e política: preenchimento de cargos; expedição de ordens no sentido de serem procedidas eleições de deputados à Assembléia Provincial e de um deputado e um senador à Assembléia-Geral; dar informações a respeito da instrução pública, agricultura, comércio, indústria, propondo medidas para o desenvolvimento de tais atividades; mandando conservar em bom estado as estradas, fazendo examinar por engenheiro hábil as mesmas e especialmente a da Graciosa; ter atenção com as estradas que ligam Curitiba com São Francisco e com Guarapuava; propor o que parecesse mais acertado para a criação de núcleos coloniais, promovendo assim o aumento da população livre; informar sôbre a colônia militar do Jataí e a possibilidade da comunicação fluvial com Cuiabá; informar ainda sôbre os aldeamentos indígenas nos campos de Guarapuava e Palmas, lembrando providências para aumento do número dos mesmos; indicar, finalmente, as necessidades da Província, em qualquer ramo do serviço público e cuja solução dependesse do Governo ou do Poder Legislativo Federal.

Estava demonstrado nesse documento o interesse que tinha o Governo do Império na prosperidade da nova província, de cujas possibilidades de desenvolvimento e riqueza muito se falava naquela época. Os dois principais problemas com que se preocupou Zacarias de Góes e Vasconcellos, desde a sua chegada a Curitiba, foram a ordem pública e as vias de comunicações e transportes.

Coube à Chefia de Polícia estabelecer os distritos policiais da província e obter das respectivas autoridades informações a respeito das várias regiões do Paraná, do que resultou a descrição geral que fêz das cidades, vilas e

freguesias do território paranaense, com esboço geográfico das várias regiões e notícia sobre as belezas naturais.

Pelo relatório do primeiro titular da Chefia de Polícia do Paraná, Dr. Antônio Manoel Fernandes Júnior, sabe-se que, no ano de sua instalação a província se constituía das cidades de Curitiba e Paranaguá; das vilas de Guaratuba, Antonina, Morretes, Príncipe (hoje, Lapa), Castro, São José dos Pinhais e Guarapuava; das freguesias de Campo Largo, Palmeira, Rio Negro, Ponta Grossa, Jaguariaíva e Tibagi; e das capelas curadas de Guaraqueçaba, Iguaçu, Votuverava e Palmas.

Rodrigo Júnior dá a seguinte descrição de Curitiba no ano da instalação da província do Paraná:

“Vila pobre e modesta, tornada cidade em 1842 e capital da nova província por lei de 29 de agosto de 1853, Curitiba era, no ano em que a focalizamos (1853), uma povoação pequena e insignificante, destituída das galas que hoje a exornam.

“Cidade *in nomine* apenas, constituía um colégio eleitoral com eleitores paroquiais. No conselho de jurados estavam qualificados 226 cidadãos. Contava 5 819 habitantes, dos quais 762 de cor preta. Consoante se deduz do exíguo número dos seus moradores, não passava de um pugilo de casas, mal alinhadas e “separadas umas das outras por cercas de tábuas e extensos muros de pedra e taipa”. Eram as casas em número de 308, estando 52 em construção.

“Três sobrados, somente três sobrados, dominavam a casaria térrea da cidade: um situado no Largo da Ordem, próximo à Capelinha (igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas), outro pertencente a D. Angélica do Biang, e o terceiro, que, mais tarde se chamou irônicamente “Palácio de Cristal”, fronteiro à futura rua do Assungui (Mateus Leme dos nossos dias), lado do local batizado pelo povo “Bica do Campo”, posteriormente Largo Dezenove de Dezembro.

“Ressentiam-se as ruas da falta de calçamento, e, em muitas delas, ostentavam-se caldeirões temerosos. Estendiam-se, apenas, sobre o leito dessas *calles* primitivas, algumas pedras, desiguais, mal ajustadas, mal unidas, inclinando-se, de um lado e de outro, para o seu meio, formando uma espécie de vala a fim de dar vazão às correntezas pluviais.

“A rua Fechada (atual José Bonifácio) era a que apresentava melhor aspecto: pedras em forma de lajes, mais bem assentadas, mais bem dispostas, desciam de ambos os lados para o centro da via pública, com declividade suficiente para dar escoamento às águas abundantes que, nos dias tempestuosos, por ali transitavam, em enxurradas, vinda dos pontos mais elevados dessa parte da urbe.

A rua mais movimentada, contudo, era a do Comércio (hoje Marechal Deodoro), onde se achavam estabelecidas lojas de fazendas e armarinhos, negócios de secos e molhados. Existia então na cidade, localizada no pátio da Matriz, uma única padaria, que foi a fornecedora de pão ao Conselheiro Zacarias.

Sob as chuvas de inverno ou de janeiro, transmudavam-se as vias públicas em verdadeiros pantanais, que unicamente, o heroísmo da gente necessitada ousava arrotar, ali patinando, a atolar-se às vezes, até os tornozelos.



Tribunal de Justiça

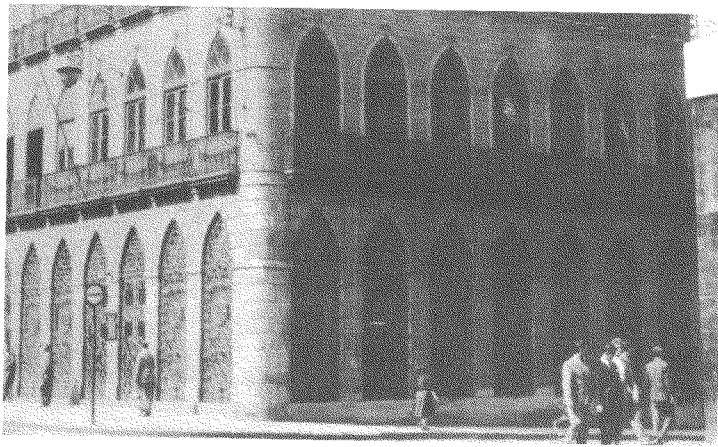
De resto, é isto bem compreensível, sabendo-se que grande parte da cidade se encontra assentada num buraco, em local, então, em extremo alagadiço, referindo Jesuíno Silva que, em anos precedentes à época em foco, o futuro Largo do Chafariz (agora Praça Zacarias) tinha uns vislumbres de brejo estendido até a ponte existente sobre o rio Ivo (situada em frente da atual Rua Marechal Deodoro), com vasto lameiro defronte à residência do Brigadeiro Franco, “onde havia sido montado antes um engenho de socar erva-mate, que já encontramos de todo arruinado”. (Refere-se ao engenho do ajudante João Gonçalves Franco). Mais tarde, apesar da pouca solidez do terreno, é que, naquêl largo, se edificaram as primeiras habitações (flanco correspondente à Rua Emiliano Pernetta do nosso tempo); depois que, por meio de valas abertas, foi possível conseguir-se a ressecação do aludido banhado.

Em 1853 a Câmara Municipal de Curitiba funcionava quase junto a cadeia (havia um espaço de permeio), situada no pátio da Matriz, na esquina fronteira à atual relojoaria Berta Gomes. Compunham a governança da cidade os vereadores Benedito Enéas de Paula, Fidélis José da Silva Carrão, Manoel José da Cunha Bittencourt, Floriano Berlintes de Castro, Francisco de Paula Guimarães, Inácio José de Moraes, Francisco Borges de Macedo e Antônio Ricardo Lustoza de Andrade. sob a presidência do coronel Manoel Antônio Ferreira.

Não se reuniam êsses “homens bons” em dias determinados, havendo semanas inteiras em que deixavam de aparecer na sede da edilidade; provavelmente a urgência de certos despachos, ou negócios de certa relevância a tratar é que lhes motivava a convocação arbitrária. No mês de junho só se realizou uma sessão, no govêrno da urbe, e esta mesmo extraordinária, por haver precisão de se informar ao Juiz Municipal qual o número de presos existentes na cadeia, e de tratar dos consertos que o mau estado desta prisão estava exigindo.

Era também no pátio da Matriz que se encontrava o mercado de então, chamado pelo povo “as casinhas”, sito no local do sobrado em cujo andar térreo vemos hoje o empório de comestíveis “Colombo”.

Era constituído de pequenas casas “quase em ruínas” baixas, sem soalho nem fôrro, esburacadas e de “triste aparência”. A edificação daquêl lado da futura Praça Tiradentes era tôda formada de moradias de pau-a-pique, achatadas, cobertas de telhas goivas, e esclarecidas por



Banco do Estado do Paraná

janelas baixas. Êste o estilo arquitetônico português, transportado de Lisboa para o nosso país; em Curitiba, desde os tempos da vila, seguiam-no à risca, obedecendo, assim, aos ditames absolutistas da moda.

O perímetro edificado da cidade era delimitado da seguinte forma: ao norte, ao lado do “Palácio de Cristal”, a Bica do Campo (posteriormente Praça Dezenove de Dezembro); ao sul, a rua do Comércio (Marechal Deodoro) com a ponte do Ivo e, a seguir, a rua da Entrada (atual Emiliano Pernet), onde havia algumas casas; a leste, a rua da Carioca (Riachuelo), existindo, ao sul desta, onde estão hoje o Clube Curitibano e o baldio à esquerda de Marechal Deodoro, um extenso banhado; e a oeste a rua da Ladeira (Dr. Murici), onde a casa de Ana do Ivo (então existente, em parte, entre o canto atual da “Maison Blanche” e a esquina da “Casa dos Três Irmãos”) fechava por êsse lado a rua das Flôres (15 de Novembro).

Circunscrito assim o âmbito citadino, enumeramos-lhe as ruas: a partir do norte para o sul da cidade, em sentido transversal: — rua Nova do Saldanha (atual Presidente Carlos Cavalcanti), rua dos Alemães (13 de Maio), rua do Fogo (São Francisco), rua da Cadeia (mais tarde Praça Municipal), rua Alegre (Cândido de Leão), rua das Flôres (15 de Novembro), rua do Comércio (Marechal Deodoro) e rua da Entrada (Emiliano Pernet); em sentido longitudinal, a partir de leste para oeste da cidade: — rua da Carioca (Riachuelo), rua do Louro (Barão do Sêro Azul), rua Fechada (José Bonifácio), rua do Rosário e rua da Ladeira (Dr. Murici).

A rua Êbano Pereira (anteriormente Borges de Macedo) existia apenas em projeto, tendo a Câmara deliberado em sessão de 14 de outubro de 1853, que fôsse uma comissão demarcá-la, ali deixando marcos indicadores.

Contavam-se as seguintes travessas: — a da Ordem, mais conhecida por Travessa da Capelinha, entre o largo da Ordem e rua dos Alemães; a da rua Fechada (travessa Iranai); a da Igreja Matriz (Monsenhor Celso). Havia um único bêco: — o bêco do Inferno (hoje do Marumbi), que, segundo Romário Martins, em 1863, dez anos mais tarde, só possuía uma casa.

Quanto a praças, eram só três as que a cidade possuía: o largo da Ordem (praça Coronel Enéas), denominado pelo vulgo “pátio da Capelinha”; o largo da Matriz, com a designação popular de “Pátio”; e o largo da Ponte (atual praça Zacarias).

Refere Jesuíno Silva que poucas famílias, naquêles ditosos dias, deixavam de ter em casa uma ou mais vacas, as quais, a fim de se lhes tirar o leite de manhã, eram, à tarde, reconduzidas pelos escravos do campo próximo, onde costumavam pastar. Muitos dêsses animais permaneciam, à noite, deitados nas frentes das casas ou nas praças da cidade. Ótimo pasto era-lhes oferecido pelo pátio da Matriz, onde a grama verde se ostentava sempre viçosa.

A cidade, como já dissemos, ainda não possuía iluminação, e, após a morte do dia, ali vagavam, em plena treva, as cabras, bois e cavalos — costume êsse que só foi derogado, muito tempo depois, em 1875, na administração do Dr. Lamenha Lins, e isto por ter êste distinto Presidente, ao atravessar o largo da Igreja, caído, em grave risco, por cima de uma vaca, que se achava, com muito confôrto, mas pouca reverência, deitada em plena rua da cidade. . . .”

A 8 de maio de 1854, finalmente, as atas da Câmara Municipal já nos fala de “deputados provinciais”, o que demonstra já terem sido realizadas eleições a estar prestes a iniciar suas atividades o outro ramo do Legislativo, o de âmbito provincial, com o qual o Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos teria, daí por diante, mais diretas e constantes relações administrativas.

Da sessão do Legislativo Municipal realizada no dia 8 de maio de 1854, constou, entre outras providências, a autorização ao Procurador para satisfazer a despesa de 16\$000 (dezesesseis mil réis) “pela impreção de trinta exemplares para servirem de Diplomas aos Deputados Provinciais”.

Ainda na mesma sessão “foi presente uma circular do Exm.^o Presidente da Prov.^a declarando ter adiado a Assembléia Legislativa Provincial para o dia 15 do futuro mez de Julho, ficou a Camr.^a enteligenciada e se officiou ao mesmo Exm.^o Senr., accusando o seu recebimento”. Noutro trecho da ata se encontra esta passagem importantíssima:

“Forão assinados e remetidos os officios com os diplomas a Deputados Provinciaes, bem como ao Excelentissimo Senr. Presidente da Prov.^a a copia authentica da acta da apuração para Deputados Provinciaes na forma determinada pelo art. 88 da lei regulamentar de Eleições”.

Eleitos os deputados e instalada a Assembléia Provincial, ficou determinado, pela Lei n.^o 1, de 26 de julho de 1854, que fôsse Curitiba a capital da Província. Paranaguá pleiteara ser a sede do govêrno. A Câmara de Guarapuava representou ao Presidente no sentido de que fôsse ali instalada a capital. Mas a primeira lei provincial, votada pela Assembléia e sancionada por Zacarias de Góes e Vasconcellos, ratificou a Lei Imperial n.^o 704 e resolveu o problema.

Estava montada e em pleno funcionamento a máquina administrativa da província a cuja frente se encontrava a figura extraordinária de homem público e administrador, que foi o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos.

Curitiba, a antiga vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, por determinação de lei, era a capital da novel e esperançosa unidade política do Império Brasileiro.

Logo após a instalação da província — um ano depois — surgia em Curitiba o primeiro jornal, fundado sob os auspícios do presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos. Foi o “Dezenove de Dezembro”, fundado, dirigido e redatoriado por mais de meio século, por Cândido Martins Lopes, o pioneiro da imprensa no Paraná.

Euclides Bandeira, reportando-se à importância e significação desse fato, diz: “A instalação da Província do Paraná e o advento da imprensa curitibana coincidem”; e Osvaldo Pilotto acentua que “a história da imprensa paranaense começa com a história do Paraná”.

A 5.^a Comarca de São Paulo até então não contara com os inestimáveis serviços da imprensa. Coube a Cândido Martins Lopes, tipógrafo, natural do Rio de Janeiro, acompanhar Zacarias de Góes, com o propósito de instalar uma tipografia em Curitiba.

Tendo transportado o prelo e todo o material tipográfico necessário, conseguiu instalar a sua tipografia, e a 1.^o de abril de 1854 saía à luz o primeiro número do primeiro periódico paranaense: “Dezenove de Dezembro”, jornal que, pela sua vida longa e pela inflexível diretriz traçada pelo seu fundador, entrou, com dignidade, para a história da nossa imprensa, como o fixador de todos os instantes da vida e do progresso da província do Paraná. Completara seus trinta e seis anos de existência cheia de glórias, com altivez e suportando os dias amargos em que o Partido Liberal, a que se filiara, caía do poder.

No dia 9 de abril de 1890, depois dos mais altos e notáveis serviços prestados ao Paraná e ao Brasil, deixava, finalmente, de circular o “Dezenove de Dezembro”, em virtude dos acontecimentos políticos então ocorridos. Nesse dia o jornal saiu com a primeira página ocupada pelo Decreto de 29 de março, que sujeitava a imprensa ao regime do Decreto n.^o 83, de 23 de dezembro de 1889, que limitava a livre manifestação do pensamento.

Em nota inserta no rodapé explicava: “À vista deste decreto, o “Dezenove de Dezembro” suspende temporariamente a sua publicação até que se restabeleça a plena liberdade de imprensa”. As outras três páginas estavam em branco.

O capitão Cândido Martins Lopes, além de fundador, proprietário e diretor do “Dezenove de Dezembro”, exerceu diversas e importantes funções públicas, entre as quais de Procurador interino da Tesouraria Provincial, Juiz de Paz, Subdelegado de Polícia e Vereador à Câmara Municipal de Curitiba.

O “Dezenove de Dezembro” prestou relevantes serviços à administração da província e mereceu inteiro apoio dos primeiros dirigentes do Paraná. O espírito esclarecido do Presidente Zacarias foi solícito em emprestar o concurso eficiente do seu esforço, no sentido de dar continuidade de vida e ação dinâmica do semanário de Cândido Martins Lopes.

O próprio Presidente orientava a sua publicação e redigia artigos e informações que eram publicados no “Dezenove de Dezembro”. Para custear as despesas decorrentes da publicidade de matéria de interesse da administração, o governo lhe concedia uma subvenção mensal de 60\$000 (sessenta mil réis).

Até o ano de 1857 era o único jornal existente em Curitiba. No dia 20 de setembro desse ano, circulou a primeira edição do “Jasmim”, primeiro órgão literário da província e que teve vida longa e brilhante.

No ano de 1861 surgiu novo jornal de caráter político — o “Mascarado” — e mais tarde, outros órgãos de imprensa foram aparecendo, principalmente, após a proclamação da República.

Outro fato histórico que contou com destacada atuação do povo curitibano foi a guerra do Paraguai, declarada em 1864 por Francisco Solano Lopes, depois de haver aprisionado o vapor brasileiro “Marquez de Olinda” e invadido a província de Mato Grosso.

A força de linha da guarnição de Curitiba, composta de 153 praças e 9 oficiais, tão logo irrompeu a guerra, seguiu para São Paulo, incorporando-se às forças expedicionárias do coronel Manoel Pedro Drago.

Por aviso de 4 de agosto de 1865 foi mobilizada a Guarda Nacional, determinando, ainda, o mesmo Aviso, que 800 homens dessa Guarda seguissem imediatamente para a fronteira. Na mesma ocasião foi nomeado para organizar, instruir e comandar, o tenente-coronel José Maria Barreto Falcão.

Esses guardas nacionais constituíram um batalhão de infantaria, um esquadrão de cavalaria e uma companhia de artilharia, corpos esses que “atingiram a um alto estado de disciplina e eficiência”, de acordo com informações contidas nos relatórios oficiais.

Ainda em 1865 seguiram para o Rio de Janeiro os primeiros voluntários da pátria que, em número de 78 praças e 3 oficiais, foram incluídos no 4.^o Batalhão de Infantaria, que dali seguiu para o teatro da guerra, e um Batalhão de quatro companhias, da Guarda Nacional, com 318 praças e 7 oficiais que, a 24 de maio seguiu para Santa Catarina, em trânsito para Montevidéu, sob o comando do major em comissão José Artur de Murinelly.

Até o fim de 1865 o Paraná havia contribuído para a guerra com o total de 1 239 soldados, assim distribuídos: 517 da Guarda Nacional, 416 Voluntários da Pátria, 221 da Força de primeira linha e 85 recrutas.

Com o perpassar dos anos a cidade de Curitiba foi aumentando, sempre e cada vez mais. O “rush” do progresso não cessou jamais de seguir-lhe os passos, acompanhando-a sempre pelo tempo em fora.

Uma descrição sucinta mas completa do que era a capital do Paraná no recuado ano de 1878 foi feita pelo historiador Ermelino Agostinho de Leão. Eis o que nos conta aquêlê ilustre e valoroso historiador paranaense:

“Devemos agora recordar o que era a nossa Capital, quando em 1878 cursávamos as aulas do Colégio Curitibano, no Alto de São Francisco.

A cidade já então apresentava indícios de crescente prosperidade; surgiam ruas novas como a dos Alemães, hoje 13 de Maio, a do Riachuelo e tantas outras. A cidade, propriamente dita, ficava compreendida entre as ruas Marechal Deodoro, então chamada rua do Imperador, antiga rua do Comércio e a rua de São Francisco; fechavam a quadra as ruas do Riachuelo e a do Rosário e Dr. Murici

até a praça Zacarias, de onde se prolongava o casario pela rua da Entrada, hoje Aquidaban (atual Emiliano Perнета).

Iluminada a querosene, sem calçamento algum, sem diversões permanentes, era Curitiba um vilarejo que mal merecia o nome de Capital da Província.

A rua 15 de Novembro, antiga rua das Flores ou da Imperatriz, era a principal da cidade. Com exceção dos sobrados Loureiro e Carvalho, as casas muito baixas, não sendo de estranhar o fato de terem alguns dos visitantes o hábito de colocar os chapéus sôbre os telhados.

As diversões bem raras, eram proporcionadas pelas companhias equestres, sendo frequente a visita da Companhia Circo Pery, que funcionava na Praça Municipal, no local onde hoje se ostenta a estátua do Barão do Rio Branco.

Desde os primeiros espetáculos formavam-se partidos pelas mais famosas artistas da Companhia: o entusiasmo ia num crescendo; as flôres rareavam nos jardins, as palmas ecoavam nas arquibancadas, chapéus eram jogados à arena. Os benefícios das estrêlas realizavam-se com estrondo.

No decorrer do espetáculo distribuíam-se versos em letras de ouro em honra da artista, sendo um exemplar impresso em cetim, entregue na arena, pela comissão dos partidários.

Não ficavam aí as homenagens: fazia-se a entrega de carta de alforria de algum velho escravo em regozijo do festejo: condecorava-se a artista com a medalha de ouro especialmente para êsse fim. Coroava-se com grinalda de flôres as mais lindas e raras, enquanto o entusiasmo explodia nas arquibancadas, chegando ao delírio.

Curitiba não possuía um teatro; assistimos espetáculos na rua do Riachuelo, entre as ruas 13 de Maio e São Francisco, num salão desprovido de todo o confôrto, com grosseiras tábuas servindo de balaustrada aos camarotes.

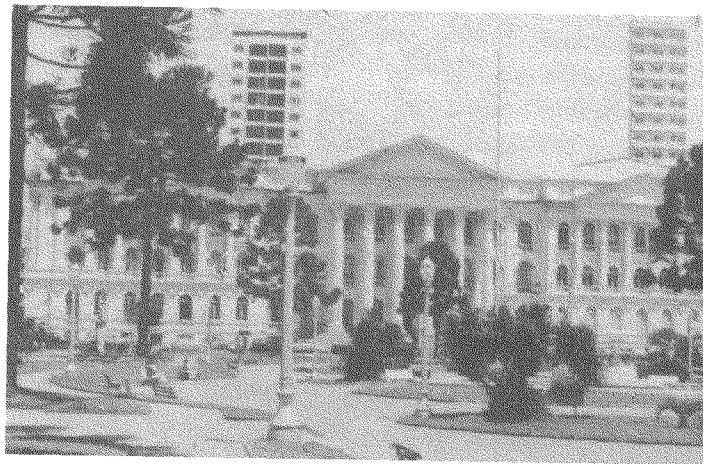
Depois abriu-se o salão Tivoly, também na rua São Francisco.

As "retraites" das bandas marciais, tinham como pontos de preferência as pontes dos rios Belém, na estrada da Graciosa, e do rio Ivo, na rua 15 de Novembro, pouco aquém do Teatro Central (hoje Cine "Broadway").

Eram extremos da cidade, pois além do rio Ivo, no local onde existem a avenida Luiz Xavier (avenida João Pessoa) e a praça Osório, havia uma restinga de mato. Onde hoje se desdobram numerosas ruas era então o potreiro do Bittencourt, muito abundante de araçás e guabiobas-do-campo, que constituíam as nossas alegrias infantis".

Quase todos os escritores, cronistas e historiadores que se referem à topografia de Curitiba do passado, são unânimes em descrever o terreno em que assentava a cidade como sendo alagadiço e até mesmo pantanoso.

Todavia, sômente em 1880 cuidou-se objetivamente do problema do saneamento. O Presidente da Província, por Ato de 12 de novembro de 1880, designou uma comissão composta dos engenheiros Drs. Francisco Antônio Monteiro Tourinho, Francisco Clementino e Santiago Dantas, a qual, pela primeira vez, realizou trabalho objetivo e efi-



Praça Santos Andrade e Universidade do Paraná

ciente no sentido de ser dada solução ao grave problema do saneamento de Curitiba, levando a bom térmo as suas atividades.

Ainda no dia 28 de agosto de 1880, o engenheiro Joaquim Rodrigues Antunes assinou contrato com o govêrno da Província, para proceder ao abastecimento de água potável à cidade de Curitiba.

No início do ano de 1880, quando ocupava o cargo de Presidente da Província o Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, registrou-se um dos acontecimentos da mais alta significação para a história de Curitiba: a visita do Imperador D. Pedro II e sua digna consorte, Imperatriz D. Tereza Cristina.

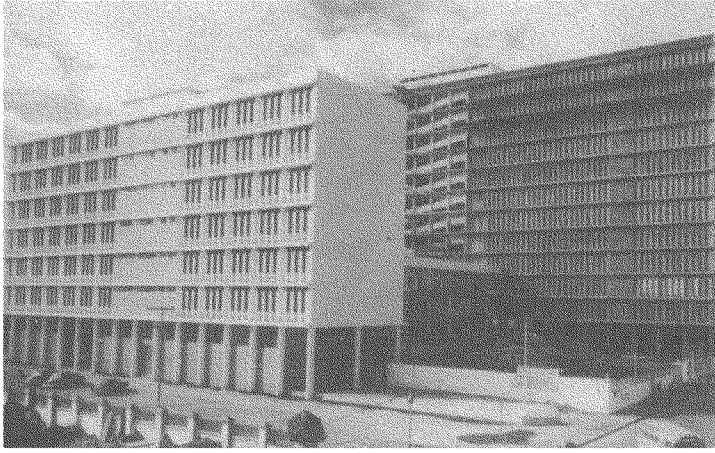
Tendo recebido comunicação de que havia sido designada a data em que o Imperador e sua real comitiva deixariam a Côrte com destino ao Paraná, as autoridades municipais e provinciais tomaram, imediatamente, tôdas as providências no sentido de serem condignamente recepcionados em Curitiba os imperiais visitantes, à sua chegada em Curitiba e durante todo o tempo de sua permanência no Paraná.

A Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 28 de janeiro de 1880 tomou importantes deliberações, mandando afixar o seguinte Edital:

"A Câmara Municipal de Curitiba convida a todos os moradores desta cidade para, no prazo de 8 dias, a contar da publicação dêste, mandarem cair as frentes de suas casas e limparem as valetas e ruas correspondentes às mesmas, sob pena de multa. Do que, para constar lavrou o presente Edital. Em 28 de janeiro de 1880. (as.) José Lourenço de Vasconcellos Chaves, Presidente".

No dia seguinte (29 de janeiro), a Câmara Municipal realizava nova sessão com o fim de tratar da elaboração do programa da visita do Imperador. Nessa sessão, o vereador Ferreira de Moura fêz a seguinte indicação, que foi aprovada por unanimidade:

"Indico que por tão faustoso acontecimento, se convide as Câmaras Municipais de Campo Largo, São José dos Pinhais, Arraial Queimado e Votuverava, para comparecerem no dia da chegada de Sua Majestade a esta cidade e pedir aquelas Câmaras que convidem a seus munícipes para também comparecerem na ocasião, dando-se prèviamente o necessário aviso do dia certo da chegada de S.M. o Imperador".



Universidade do Paraná, onde funcionam as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras

Todavia, por motivos alheios à sua vontade, o Imperador foi obrigado a adiar a visita ao Paraná. E as autoridades municipais e provinciais suspenderam, temporariamente, as suas atividades referentes à elaboração do programa.

Voltando às suas atividades, em virtude de haver sido designada a data da visita do Imperador, o governo provincial constituiu e nomeou a seguinte "Comissão de Recepção de Suas Magestades Imperiais": Dr. Luiz Barreto Corrêa de Menezes, Dr. Sérgio Francisco de Souza Castro, Dr. Agostinho Ermelino de Leão, Dr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, Dr. Francisco Alves Guimarães, Dr. Antonio Carlos Pires de Carvalho e Albuquerque, Dr. João José Pedrosa, Dr. José Lourenço de Sá Ribas, Dr. João Batista Ribeiro, Major Luiz Manoel Agner, Tenente-coronel Benedicto Enéas de Paula, Ildefonso Pereira Corrêa, Comendador Antonio Ricardo dos Santos, Antonio Martins Franco, Capitão Augusto Stellfeld, Alfredo Caetano Munhós e Antonio Ricardo Lustoza de Andrade.

Entretanto, só em 12 de maio de 1880 a Comissão de Recepção dava à publicidade o programa de recepção ao Imperador D. Pedro II, D. Tereza Cristina e sua imperial comitiva cuja chegada a Curitiba era aguardada para breve.

E já no dia 18 do mesmo mês, viajando pelo paquete "Rio Grande", depois das comunicações devidas, chegava ao Pôrto de Paranaguá o grande monarca brasileiro, sendo recepcionado naquela cidade pelo Presidente da Província, Presidente da Câmara Municipal, outras altas autoridades e enorme massa popular.

O Presidente da Província, que se encontrava em Paranaguá, no momento da chegada do Imperador Dom Pedro II, dirigiu ao Chefe de Polícia o seguinte telegrama: — "São tres e meia da tarde: estão entrando na barra os transportes em que entram SS.MM.II. conforme o sinal do telegrafo marítimo".

Pouco depois, novo despacho telegráfico era enviado ao Chefe de Polícia, pelo mais alto magistrado provincial, redigido nestes termos: — "Suas Magestades Imperiais acabam desembarcar seis e meia da tarde. Grandes demonstrações regozijos".

Por sua vez, o Delegado de Polícia de Paranaguá endereçou ao Chefe de Polícia o seguinte telegrama: — "SS.MM. chegaram às 5 e um quarto, embarcaram no ancoradouro da Cutinga e desembarcaram nesta cidade às

6 e meia. Muito regozijo no desembarque. haviam de 900 a 1000 pessoas. O temporal de chuva felizmente cessou"

No dia seguinte a comitiva imperial, deixando Paranaguá, rumou para Antonina, iniciando sua viagem para Curitiba, onde chegou à tarde do dia 21 de maio de 1880. A cidade estava engalanada. O povo curitibano, tendo à frente as suas mais altas autoridades, prestou as maiores e mais entusiásticas homenagens ao ilustre Imperador do Brasil e à Imperatriz D. Tereza Cristina.

Comissões de cavalarianos e de colonos alemães, com seus trajes característicos, foram "encontrar" e recepcionar a D. Pedro II e sua brilhante comitiva, em pontos distantes da cidade. Ao aproximar-se da capital a caravana imperial foi saudada com numerosas salvas de artilharia, havendo entusiástica queima de fogos, soltura de "balões" etc.

Após sua entrada solene e triunfal em Curitiba, o Imperador e a Imperatriz foram hospedados no Paço Imperial para isso preparado especialmente pela Comissão de Recepção e Festejos, numa casa situada na atual rua Marechal Deodoro, antiga rua do Comércio. Ali, no mesmo dia de sua chegada em Curitiba, os Augustos Imperadores recepcionaram as autoridades, pessoas e representantes dos vários municípios do interior. Estiveram presentes os representantes das Câmaras Municipais de Curitiba, São José dos Pinhais, Votuverava (atual Rio Branco do Sul), Pôrto de Cima, São José da Boa Vista, Ponta Grossa e Castro.

No dia 22 de maio, D. Pedro II, acompanhado de autoridades e membros de sua comitiva, visitou o Museu Imperial, fundado em 1876, onde foi recebido pelo Diretor e fundador daquela instituição, Dr. Agostinho Ermelino de Leão e pelo Dr. Constante Coelho, além de numeroso público, que ali se encontrava, a fim de render as suas homenagens ao máximo dirigente brasileiro.

Ainda no mesmo dia, presentes o Imperador D. Pedro II, o Ministro da Agricultura, o Presidente da Província e outras altas autoridades, procedeu-se à inauguração, com extraordinária pompa e brilhantismo, do Hospital de Caridade de Curitiba, construído por iniciativa do humanitário médico Dr. José Cândido da Silva Murici, um dos seus mais dinâmicos e esforçados fundadores.

No dia 23 de maio, no Museu Provincial, presentes o Imperador e a Imperatriz, foi feita a estréia, com enorme sucesso, do "Hino do Guaíra" (marcha triunfal), de autoria do Dr. João Manoel da Cunha e dedicado às Suas Magestades, como homenagem especial.

Em sessão extraordinária, realizada no dia 24 de maio de 1880, a Câmara Municipal de Curitiba, comemorando *ad perpetuam Rei memoriam* a visita do Imperador D. Pedro II e sua digníssima consorte, em homenagem a SS.MM. Imperiais resolveu denominar: 1) *Praça de Pedro II* — ao então Largo da Matriz; 2) *Rua da Imperatriz* — à então rua das Flôres; e 3) *Rua do Imperador* — à então Rua do Comércio.

Depois de importante programa desenvolvido em Curitiba, os nobres visitantes resolveram efetuar uma visita às vilas de Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Lapa e Castro. Assim, às 9 horas da manhã do dia 24 de maio de 1880, o Imperador e a Imperatriz, acompanhados





Vista aérea parcial da cidade

de brilhante comitiva, deixaram a capital do Paraná, partindo com destino à vila de Campo Largo.

Na dia 31 do mesmo mês, depois das visitas feitas às vilas mencionadas, a comitiva imperial retornava a Curitiba, onde chegou após a meia noite.

A 2 de junho foi feito o lançamento oficial da pedra fundamental da Penitenciária do Paraná, em solenidade presidida pelo Imperador D. Pedro II e com a presença do Presidente da Província Dr. Souza Dantas Filho e demais altas autoridades.

Finalmente, no dia 4 de junho, às 14 horas, D. Pedro II e D. Tereza Maria Cristina, depois de haverem cumprido importante e histórico programa em território paranaense, partiram de Curitiba, com destino ao Pôrto de Antonina, de regresso de sua longa viagem ao Paraná. Ao bota-fora de Suas Majestades Imperiais, que esteve concorridíssimo, compareceram o Presidente da Província, Dr. Manoel Pinto de Souza Dantas Filho, o Presidente da Câmara Municipal, da Assembléia Provincial, demais altas autoridades e grande massa popular.

Conforme noticiaram os jornais da Côrte, a 30 de junho de 1880, o Ministério do Império encaminhou ao Arquivo Público do Império, para ser guardada, a *Chave da Cidade de Curitiba* entregue ao Imperador D. Pedro II, na ocasião de sua visita ao Paraná.

Já no tempo da visita de D. Pedro II à província do Paraná, havia sido iniciado e se encontrava em plena efervescência o movimento abolicionista. A propósito, conta-se a história do Major Ferreira, abastado fazendeiro dos Campos Gerais, que hospedando em sua casa o Imperador, depois da refeição, que não brilhou em requintes de fartura, teria dito: "Senhor Imperador, eu poderia ter matado mais um peru, mais um leitão para obsequiar V.M. Mas não quis: preferi que, em comemoração à honra da visita, V.M. concedesse as cartas de alforria aos meus escravos, que aqui entrego, pois penso que assim serei mais agradável à V.M." Esta atitude do fidalgo fazendeiro dos Campos Gerais lhe valeu o título de Barão de Guaraúna, com que D. Pedro II o condecorou.

Por um motivo ou outro de satisfação ou homenagem o número de libertos ia crescendo.

Assim foi que, em homenagem aos Augustos Imperadores do Brasil, ainda no ensejo de sua visita ao Paraná, a Baronesa de Tibagi, progenitora do Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, ex-presidente da Província, ex-senador do Império, ex-Ministro da Agricultura etc., concedeu liberdade aos seus escravos de nome Manoel e Raqual, matriculados sob os números 212 e 220, assegurando-lhes alimentos e vestuários durante a sua vida, desde que desejassem permanecer em sua casa.

Mas, foi em Paranaguá que nasceu o movimento abolicionista paranaense. Os jornais abolicionistas e republicanos "Operário da Liberdade" e "Livre Paraná", o primeiro surgido em 1870 sob a direção do jurista e poeta Dr. Antônio de Barros Júnior, e o segundo em 1883, dirigido por Fernando Simas, foram os arautos do movimento abolicionista do povo do litoral paranaense.

A 25 de março de 1888 foi fundada a Confederação Abolicionista Paranaense, que realizou intenso movimento pela libertação de escravos.

Coube a iniciativa dessa organização ao Clube Militar que obteve para isso o concurso da Câmara Municipal, de várias sociedades curitibanas e de órgãos da imprensa.

Presidia o Clube Militar o major Dr. Martins de Melo e a diretoria da Confederação era a seguinte: Presidente, major Frederico Solon Sampaio Ribeiro; vice-presidente, major Antônio Gomes Pimentel; orador, José Francisco da Rocha Pombo; 1.º secretário, Nestor Victor, dos Santos; 2.º secretário, Dr. Francisco Itaciano Teixeira.

Foi em tórno dessa Confederação que se desenvolveu toda a campanha abolicionista em Curitiba e no Paraná.

Igualmente empolgante foi o movimento republicano no Paraná.

Os jornais "Operário da Liberdade" e "Livre Paraná", em Paranaguá, foram os paladinos do movimento abolicionista e pugnaram também pela instituição do regime republicano no Brasil. O "Diário Popular", jornal fundado em Curitiba, em 3 de novembro de 1887, pelo jornalista e historiador José Francisco da Rocha Pombo, também contribuiu, de maneira extraordinária para a propaganda dos ideais republicanos.

A 15 de março de 1886 surgia o primeiro número da "A República", órgão do Partido Republicano Paranaense. Este periódico somente desapareceu da circulação em virtude da revolução de outubro de 1930.

O Clube Republicano fundado em Curitiba em 1885 intensificou a campanha republicana e prestou notáveis serviços à causa da implantação do novo regime. A respeito desse Clube escreve Romário Martins;

"O Clube Republicano de Curitiba não deixava apagar-se o fogo sagrado do seu ideal e promovia repetidas conferências e *meetings* que se realizavam no Salão Tivolí, à rua de São Francisco onde doutrinam e agitaram a opinião pública da cidade, entre outros, Correia de Freitas, Nestor Vítor, Otávio do Amaral, Emiliano Pernetá, Sebastião Paraná, Albino Silva, Vasconcelos etc."

Ao ser proclamada a República, a 15 de novembro de 1889, encontrava-se na presidência da província o Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, que foi destituído do cargo.

Os jornais "Pátria Livre", "A Ordem" e "A República", a 16 e 17 de novembro fizeram circular boletins que iam anunciando o correr dos acontecimentos no Rio de Janeiro. Esses boletins, publicando os poucos telegramas recebidos, eram avidamente procurados, como o seriam hoje, em circunstâncias análogas, as edições especiais, fartamente ilustradas e bombasticamente apregoadas pelas ruas.

A 17 de novembro, a Câmara Municipal de Curitiba investia no cargo de governador provisório do Estado o comandante da Brigada Coronel Francisco José Cardoso Júnior. Era Presidente do Legislativo Municipal Antônio Ricardo do Nascimento.

Desse ato lavrou-se a seguinte ata, documento altamente interessante, de um momento histórico, de relevância nacional:

"A Câmara Municipal da Capital da Província do Paraná, hoje Estado Federal do Paraná, o exército e o povo reunidos em sessão pública às onze horas da ma-

nhã do dia dezessete de Novembro de 1889 (mil oitocentos e oitenta e nove) na sala da Câmara aderiram ao Governo Republicano instalado no dia 15 do corrente na cidade do Rio de Janeiro sob a presidência do General Deodoro da Fonseca e os cidadãos Tenente Coronel Benjamin Constant e Quintino Bocaiuva, constituídos em governo provisório da República Federal Brasileira. E por assim terem resolvido e assentado foi pelo Povo, Exército e Câmara Municipal convidado o Sr. Coronel Francisco José Cardoso Júnior, Comandante da Brigada, a tomar posse, provisoriamente do cargo de Governador Geral do Estado do Paraná. Em ato contínuo o Snr. Presidente da Câmara Municipal, Antonic Ricardo Nascimento, declarou em uma das janelas da Câmara: — *“Está empossado e aclamado pelo Povo, Exército e Câmara Municipal o Snr. Coronel Comandante da Brigada Francisco José Cardoso Junior, do cargo de Governador Geral do Estado do Paraná”*.

E para constar lavrei a presente proclamação em que assinam o Snr. Cel. Francisco José Cardoso Junior, Governador Geral do Estado do Paraná, Câmara Municipal, Povo e Exército. Eu Antonic Ricardo do Nascimento, Presidente da Câmara Municipal da Capital do Estado do Paraná a escrevi. — (a.a.) Francisco José Cardoso Junior. — Antonio Ricardo do Nascimento. (Seguem-se numerosas assinaturas). ”.

No dia anterior a êsse histórico acontecimento, logo após haver a oficialidade da Brigada aqui comandada

pelo Coronel Francisco José Cardoso Júnior, aderido ao movimento revolucionário, tendo comunicado a sua adesão por telegrama expedido a 16, quatro oficiais foram comunicar ao Presidente Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, exibindo-lhe um telegrama do Marechal Deodoro da Fonseca, que incumbia o Coronel Cardoso Júnior da manutenção da ordem, o que valia por uma destituição do Presidente da Província.

Assim compreendendo, o Conselheiro Jesuíno Marcondes oficiou ao Coronel Comandante da Brigada, “declarando finda a sua missão presidencial e oferecendo todo o seu concurso para que a ordem pública não fôsse alterada”.

Deixando o poder, o Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, reuniu o Partido Liberal e aconselhou seus correligionários “a atitude imposta pelo patriotismo, de calma, prudência e leal cooperação na obra construtora do novo regime”.

Após se haverem sucedido vários governadores durante o ano de 1890, coube ao último destes, General Aguiar de Lima, presidir à realização das eleições. Nesse pleito venceu o Partido Liberal, que elegeu a maioria dos deputados à Assembléia Constituinte, a quem coube escolher o Presidente e o Vice-Presidente do Estado.

Foram assim eleitos, pelo Congresso Estadual, o Dr. Generoso Marques dos Santos e o Desembargador Joaquim Inácio Silveira da Mota, respectivamente, para êsses dois postos.



Câmara Municipal

Novos e importantes fatos ainda se desenrolaram na política paranaense, mas já então no âmbito estadual. A República, entretanto, estava feita, e, mais uma vez, coube à Câmara Municipal de Curitiba o primeiro e mais importante passo na instalação do novo regime: foi ainda a Câmara de Vereadores quem primeiro aderiu ao novo regime e deu posse ao primeiro Governador republicano do Paraná.

A Revolução Federalista de 1893, que rebentou no Rio Grande do Sul, sob o comando de Gumercindo Saraiva e motivada por sérios desentendimentos entre os dois grandes chefes políticos de maior evidência no extremo sul do país, teve grande repercussão no Paraná, onde se desenrolaram acontecimentos de suma importância e gravidade.

Durante vários dias, enquanto o General Gomes Carneiro, comandando as forças legalistas, combatia as tropas revolucionárias no histórico cerco da Lapa, Curitiba, a capital do Paraná se achava completamente dominada pelos revolucionários. O próprio comandante da praça, General Pêgo Júnior, sentindo a gravidade da situação, abandonou Curitiba, retirando-se para a cidade de Castro.

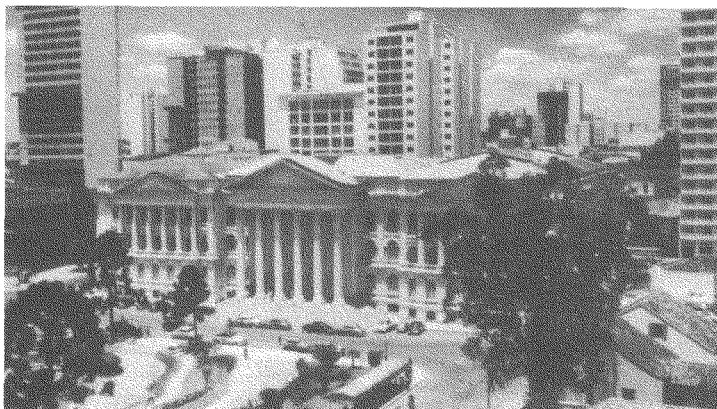
O Dr. Vicente Machado, vice-governador do Estado, no exercício de governador, resolveu também transferir-se para Castro, para onde mudou, por decreto, a capital do Estado.

Durante o período revolucionário, em menos de quatro meses sucederam-se no poder, nada menos de cinco governadores. Superada a fase revolucionária, voltou ao poder o Dr. Vicente Machado. Exercia o cargo de chefe do distrito militar o General Êverto Quadros.

Numerosas prisões foram então efetuadas. Entre os detidos figurava o Barão do Sêrro Azul, que a 20 de maio foi embarcado com destino a Paranaguá, com mais cinco prisioneiros, de onde deveriam seguir para o Rio de Janeiro.

Mas, à noite, no Quilômetro 65 da Estrada de Ferro Paraná—Santa Catarina o trem parou. O Barão do Sêrro Azul e seus companheiros foram aí fuzilados, no despeñadeiro, sem qualquer espécie de julgamento, no decurso dessa viagem sinistra. Eram seus companheiros Preciliano Correia, Balbino Mendonça, Lourenço de Matos Guedes, José Joaquim Ferreira de Moura e José Lourenço Schleder.

Nos cemitérios de Paranaguá e de Curitiba outras vidas toram roubadas. Ficaram, assim, abertas feridas profundas na família paranaense que relembra com horror os “dias fratricidas” da revolução federalista.



Universidade do Paraná, frente à Praça Santos Andrade

Em 1894 reassume o governo do Estado o Dr. Francisco Xavier da Silva, que se licenciara em 1893 e havia de ser o chefe de governo probo e realizador, ainda nos períodos iniciados em 1900 e 1908.

As vias de transportes e comunicações, que constituíram preocupação do governo de Zacarias de Góes e Vasconcelos, não tardaram a transformar-se em realidade positiva. Em 1873 foi entregue ao livre trânsito a Estrada da Graciosa. As indústrias da madeira e do mate tiveram, com êsse melhoramento, sentido novo para a balança econômica paranaense.

Depois, outra grande aspiração se realizou. Os irmãos Rebouças e o Dr. Teixeira Soares deixaram seus nomes ligados ao grande empreendimento que foi a Estrada de Ferro que, encravada nas encostas da serra do Mar, honrando, pelo arrôjo da obra que ela é, a engenharia nacional, vencia os socalcos da serra e atingia os altiplano do primeiro planalto, ligando o litoral, o Pôrto de Paranaguá a Curitiba.

A primeira fumarada da locomotiva que, em fevereiro de 1885 conduziu o trem inaugural, de Paranaguá a Curitiba, marcou ponto de alta projeção na ascendente linha que, na nossa história, a cronologia registrou.

A estrada da Graciosa voltou a preocupar o governo de Carlos Cavalcanti, elevado ao poder em 1912.

Um dos maiores e mais expressivos acontecimentos na história de Curitiba foi a fundação da Universidade do Paraná em 1912. Foram idealizadores e realizadores dessa grandiosa obra os Professôres Drs. Victor Ferreira do Amaral, Nilo Cairo e Pamphilo de Assumpção.

Sobre a concretização dessa gigantesca e monumental obra assim se exprime o Dr. Victor Amaral:

“A Universidade do Paraná surgiu quase “ex abrupto”, sem grande período de incubação: — foi o produto de um gesto quase impulsivo, uma obra de audácia, — “sudentes fortuna juvat” A prematura tentativa da fundação de uma Universidade feita pelo ilustre historiógrafo e fecundo jornalista paranaense, Sr. José Francisco da Rocha Pombo, em 1892, seguiu-se um largo período, em que ninguém, que se saiba, cogitou da fundação de uma Universidade em terras do Paraná”.

O documento que tornou realidade a patriótica iniciativa foi a “Ata da Assembléia Geral da Universidade do Paraná”, concebida nos seguintes têrmos:

“Aos dezenove dias do mês de Dezembro de mil novecentos e doze, no recinto do Congresso Legislativo, na cidade de Curitiba, reunidos todos os lentes catedráticos e substitutos da Universidade do Paraná, que constam do respectivo têrmo de posse, tomou a palavra o Snr. Dr. Victor Ferreira do Amaral para explicar os motivos da reunião e disse que, na qualidade de presidente da comissão organizadora da Universidade, cumpria-lhe expor aos colegas o assunto que ali os congregava. Há muito, falou o orador, fazia-se sentir em nosso próspero Estado a necessidade da fundação de escolas superiores, pois não sòmente já é hoje elevado o número dos patricios estudiosos que buscam em outros Estados as academias superiores, mas também é grande o de talentos que, por falta de recursos pecuniários suficientes para fazerem como os outros, aqui ficam estiolando-se e lamentando a falta dessas escolas

onde desejariam aperfeiçoar a sua cultura. Dêse estado de cousas, há muito surgiu a lembrança da fundação de uma Universidade no Estado, tendo tido a primeira idéia dela o Snr. Rocha Pombo, cujo projeto prematuro não pôde vingar. Depois dêle pensaram na hipótese o orador e o Snr. Pamphilo de Assumpção; e, após os ingentes esforços da comissão da qual agora faz parte o orador, como os do infatigável colega Dr. Nilo Cairo, parece, enfim, chegado o momento de vermos realizado o dourado sonho. Nesta reunião, prossegue, devem ficar lançadas as bases do grande empreendimento; mas também deve ficar bem consignado que não nos propomos fazer rótulos para dourar a ignorância, mas sim ministrar um ensino profícuo e sólido que prepare o aluno para a vida prática. Em seguida, o Dr. Nilo Cairo propõe à assembléa que aclame o Dr. Victor Ferreira do Amaral para presidir os trabalhos, no que é apoiado unânimemente, sob uma salva de palmas. Tomando assento na cadeira, depois de agradecer, o Dr. Victor do Amaral chama para secretários os Doutores Nilo Cairo e Daltro Filho e, ato continuo, concede a palavra ao Dr. Nilo Cairo para dar à casa uma explicação sôbre o projeto de Estatutos organizado pela Comissão e do qual êle fôra relator. Usando a palavra, o Dr. Nilo Cairo leu os principais artigos do referido projeto, estendendo-se em alguns dêles em detalhadas explicações; depois do que, tendo em vista a disposição dos Estatutos que permite suas alterações ulteriores pelo Conselho Superior da Universidade, propõe o orador que se o aprove sem modificações, a fim de evitar debates, para o que não haveria tempo. Posta em discussão e votação a proposta do Dr. Nilo Cairo, e ninguém tomando a palavra, é ela aprovada. Pede então licença para falar o Dr. Nilo Cairo e diz que vai apresentar à assembléa uma chapa de eleição da Diretoria que deve funcionar nos dois próximos anos, rogando, ao mesmo tempo, que lhe perdoem os colegas a imodéstia de se incluir na mesma. Posta em discussão e votação a chapa apresentada, é aprovada, sendo eleitos: Diretor da Universidade do Paraná: Doutor Victor do Amaral; Vice-diretor: Desembargador Doutor Euclides Bevilaqua; Secretário: Dr. Nilo Cairo; Subsecretário: Dr. Daltro Filho; Tesoureiro: Dr. Flávio Luz; Bibliotecário: Dr. Hugo Simas; Conselho Econômico: Drs. Pamphilo de Assumpção, Reynaldo Machado e Arthur Franco. Em vista do dispositivo dos Estatutos, e depois de agradecer a sua eleição, o Dr. Victor do Amaral declara que vai proceder ao sorteio das delegações das várias Congregações que deverão fazer parte do Conselho Superior da Universidade, o qual terá de funcionar durante o ano vindouro, sendo, desta feita, sorteados os Senhores Doutores Benjamin Lins, Vieira Cavalcanti, Afonso Camargo, Vieira de Alencar, Claudino dos Santos, Virgolino Brasil, Arthur Obino, Petit Carneiro, João Espíndola, Moreira Garcez, Adriano Gulin, Manoel Carrão, João Pernet, Plínio Tourinho, Cândido de Abreu, Niepce da Silva, Sebastião Paraná, Arthur Loyola e Generoso Borges, os quais são proclamados e empossados. Pede a palavra depois o Dr. Nilo Cairo para solicitar à casa que conceda uma licença de três meses a dois lentes que se acham na Europa e não podem comparecer, os Srs. Drs. Miguel Santiago e Mattos Azevedo, no que é apoiado. Ainda com



Teatro Guairá

a palavra, propõe que a assembléa dê plenos poderes à diretoria para providenciar sôbre a instalação dos cursos da Universidade e para adotar e publicar os programas de exames de admissão à matrícula o que, posto em discussão e votação, obtém unânime aprovação. Continuando com a palavra, o mesmo orador propõe que se aclame Diretor honorário o Snr. Dr. Carlos Cavalcanti, presidente do Estado, o que é aprovado por unanimidade. Logo após, o Snr. Presidente marca para as 7 horas da noite, no mesmo local, a sessão magna de instalação e distribuição de diplomas e nomeia as seguintes comissões: recepção de senhoras — Drs. Benjamin Lins, Niepce da Silva, Petit Carneiro, Sebastião Paraná e Arthur Obino; recepção de cavaleiros — Drs. Ericksen Filho, Julio Xavier, Generoso Borges, Pinto Rebelo e Emiliano Pernet. E depois de assinado por todos os presentes o térmo de posse, o Senhor Presidente declara encerrada a sessão. Em firmeza do que eu, Dr. Nilo Cairo, Secretário, lavrei esta ata que vai assinada por mim e pelo Snr. Diretor da Universidade”.

No mesmo dia e local procede-se à instalação solene da Universidade com a presença do mundo oficial e o fato é consignado na ata que a seguir se lavrou:

“Aos dezenove dias do mês de Dezembro de mil novecentos e doze, às sete horas da noite, no recinto do Palácio do Congresso Legislativo do Estado, nesta cidade de Curitiba, reunidos todos os lentes da Universidade, teve lugar a sessão magna, inaugural, de instalação da Universidade do Paraná. Abriu a mesma o Snr. Dr. Victor do Amaral, diretor, que convidou o Snr. Dr. Carlos Cavalcanti, Presidente do Estado e Diretor Honorário da Universidade, a presidir os trabalhos da sessão, bem como o Snr. General Alberto de Abreu, inspetor da 11.^a Região Militar, e o Exm. e Revm.^o Snr. Bispo Diocesano D. João Braga a tomarem assento aos lados da mesa. Isto feito, o Snr. Dr. Carlos Cavalcanti proferiu algumas palavras congratulatórias, louvando a fundação da Universidade, depois do que deu a palavra ao Secretário, Senhor Dr. Nilo Cairo, para ler a ata da eleição da diretoria e o térmo de posse dos membros do corpo docente. Terminada a leitura, manda o Snr. Presidente que o Secretário faça a chamada dos lentes catedráticos e substitutos, aos quais vai distribuindo os respectivos diplomas, que se acham

sôbre a mesa. Terminada a distribuição, o Snr. Presidente dá a palavra ao orador oficial da Universidade, Senhor Dr. Manoel de Cerqueira Daltro Filho, para fazer o discurso inaugural. Esta oração que, por seu tamanho deixa de ser transcrita na ata, será publicada no relatório anual. Findo o discurso do orador, o Snr. Presidente suspendeu a sessão, às oito horas e meia da noite. Em firmeza do que eu, Secretário, Dr. Nilo Cairo da Silva, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo Snr. Diretor Honorário, Dr. Carlos Cavalcanti”.

O Prof. Guarita Cartaxo, referindo-se ao acontecimento, escreve:

“Estava concretizada a idéia da Universidade. Restava pô-la em marcha. Já se haviam escolhido no acanhado meio provinciano de então, entre os profissionais com inclinação para o magisterio, os primeiros professores dos cursos desde logo instalados: direito, engenharia, odontologia, farmácia e comércio. Em prédio à rua Comendador Araújo montaram-se as escolas, a secretaria e a diretoria da Universidade, além de alguns gabinetes. Aos 15 de março de 1913 abrem-se solenemente as aulas com 96 alunos e 26 professores.

“O Estado, ainda no govêrno Carlos Cavalcanti, prossegue o prof. Cartaxo, oficializa a existência da Universidade, em lei votada pelo Congresso Estadual. Era o primeiro triunfo que vinha coroar as primícias ainda incertas do magnífico empreendimento.

“Vale recordar a histórica lei em que se afirmam o espírito público e o discernimento dos estadistas daquele tempo:

“Lei n.º 1284 — O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º — Fica oficialmente reconhecida pelo Estado a Universidade do Paraná, com sede na Capital.

Art. 2.º — Os diplomas da Universidade do Paraná, em igualdade de condições, concorrerão nas nomeações para os cargos estaduais que demandem competência técnica profissional.

Art. 3.º — Fica o poder executivo autorizado a contribuir para a constituição do patrimônio dessa instituição com a quantia que julgar conveniente, revertendo para o Estado em caso de dissolução da Universidade, parte do referido patrimônio, correspondente ao auxílio concedido em virtude desta lei.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, a faça executar.

Palácio da Presidência do Estado do Paraná, em 27 de Março de 1913, 25.º da República. (ass.) Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Marins Alves de Camargo”.

Não ficou apenas nisso a cooperação oficial. A fim de que a Universidade pudesse concretizar-se, o govêrno decretou a concessão de um crédito especial de oitenta contos de réis para a construção do seu patrimônio. O Decreto tomou o número 389, de 23 de maio de 1913, e foi o primeiro auxílio oficial.

A cidade se empolgara com a criação da sua Universidade e tôdas as autoridades emprestavam o seu completo apoio a essa iniciativa.

Foi assim que, a 17 de novembro de 1913, o então Prefeito Municipal de Curitiba, Dr. Cândido Ferreira de Abreu, sancionou a Lei n.º 399 da Câmara Municipal, que concedeu, a título gratuito, para patrimônio da Universidade do Paraná, o terreno situado na Praça Santos Andrade, entre as ruas 15 de Novembro, Garibaldi e prolongamento das ruas João Negrão e Marumbi, onde foi construído o majestoso edifício, que tanto orgulha e ufana o povo do Paraná.

O projeto do edifício é de autoria do Dr. Baeta de Faria, professor da Escola de Engenharia, e o construtor da grandiosa obra foi Bortolo Bergonse. Em 1914, embora a obra ainda estivesse inacabada, as faculdades e seus diversos cursos já começaram a funcionar na sede própria.

Nesse mesmo ano os poderes públicos estaduais concederam a primeira subvenção anual à Universidade, cujas dificuldades financeiras eram angustiantes, em face dos encargos e responsabilidades assumidos.

Pela Lei n.º 1367, de 6 de março de 1914, o Congresso Legislativo do Paraná concedeu um auxílio de trinta e seis contos de réis, por ano, à novel instituição.

Em 1915, em virtude da lei Maximiliano, a Universidade foi desmembrada, a fim de que as Faculdades que a compunham pleiteassem, isoladamente, o seu reconhecimento junto ao govêrno Federal. Isso porque, a lei não permitia a localização de escolas superiores em cidades com menos de cem mil habitantes, e Curitiba apenas contava com 66 mil habitantes.

Em virtude do grande movimento de opinião que então se iniciou no Paraná, com repercussão no Congresso Nacional, foi revogada a exigência da população, mas o Conselho Superior de Ensino indeferiu o pedido de inspeção preliminar da Universidade.

Procedida a reforma dos estatutos, a Universidade ficou reduzida às Faculdades de Direito, com os cursos de Direito e Comércio; Engenharia, com os de Engenharia Civil e Agronomia; Medicina, com os de Medicina e Cirurgia, Farmácia, Odontologia, Obstetrícia e Medicina Veterinária.

Desde então travou-se árdua e indescontinuada luta pela restauração da Universidade do Paraná. Essa campanha contou com o apoio integral dos insignes paranaenses Dr. Victor Ferreira do Amaral, Afonso Camargo, Caetano Munhoz da Rocha, Macedo Filho e Nilo Cairo. Numerosas tentativas de restauração da Universidade fracassaram.

Só em 1946, quando Ministro de Educação o Professor Ernesto Souza Campos a Universidade encontrou eco nos seus pendores pela difusão do ensino universitário.

Nesse ano era Interventor Federal no Paraná o Professor Brasil Pinheiro Machado e deputados federais Erasto Gaertner, Bento Munhoz da Rocha Neto e Aramis de Ataíde, todos professores da Universidade.

Devido ao gigantesco trabalho desenvolvido por todos êsses ilustres mestres, com o apoio do govêrno do Estado, do Prof. Pedro Calmon e do Ministro da Educação, foi, finalmente, instalada (novamente) a Universidade do Paraná, no dia 1.º de abril de 1946, em solenidade precedida de uma sessão do Conselho Universitário.



Vista aérea da cidade

A ata dessa reunião, lida na de instalação, é o documento básico da reconstituição da Universidade do Paraná.

A restauração da Universidade do Paraná tornou-se realidade com a assinatura do Decreto-lei n.º 9323, de 6 de junho de 1946, do Presidente da República, que aprovou os Estatutos e equiparou a Universidade do Paraná, concedendo-lhe as regalias de universidade livre.

O governo do Estado, que tinha na pessoa do Professor Brasil Pinheiro Machado, então Interventor Federal, um dos maiores lutadores pela reconstituição da Universidade, concedeu, através de dois decretos, auxílios de cinco milhões de cruzeiros, destinado ao fundo Universitário e mais uma subvenção anual de três milhões de cruzeiros.

A obra gigantesca e grandiosa que representa para o Paraná e para o Brasil a Universidade do Paraná, somente foi concluída definitivamente com a sua federalização.

Desfraldada a bandeira da federalização, organizou-se uma comissão de Universitários que, no Rio de Janeiro, apresentou ao Presidente da República o pedido do povo paranaense. Integravam essa comissão o governador Moysés Lupion, o reitor da Universidade Prof. Flávio Suplicy de Lacerda, Diretores das Faculdades e Presidentes dos Diretórios e Centros Acadêmicos.

Longo memorial foi entregue ao general Eurico Gaspar Dutra, então Presidente da República, que, juntamente com uma mensagem e exposição de motivos do Ministro da Educação, Dr. Clemente Mariani, foi encaminhado à Câmara dos Deputados em 10 de março de 1950.

Na Câmara o pedido foi recebido com simpatia.

No Senado o Dr. Arthur Santos, Prof. da Universidade do Paraná, discutindo o projeto de federalização de outras instituições universitárias brasileiras, apresentou emenda, incluindo a Universidade do Paraná.

Um substitutivo elaborado pelo Senador Arthur Santos, reunindo tôdas as emendas apresentadas no Senado, dispõe sobre o sistema federal de ensino superior.

Aprovado êsse substitutivo pelo Senado e posteriormente pela Câmara dos Deputados, o Presidente da República sancionou a Lei n.º 1254, de 4 de dezembro de 1950, que, entre outras instituições universitárias brasileiras, federalizou a Universidade do Paraná.

Estava assim concluída mais uma etapa de gloriosas lutas da Universidade do Paraná, estabelecimento que honra e dignifica a cultura do povo brasileiro.

Com o decorrer dos anos, Curitiba foi sendo agitada e sacudida por uma crescente onda de progresso e por movimentos das mais diferentes origens; uns, decorrentes do seu agigantado crescimento e evolução; outros, motivados por acontecimentos de amplitude nacional.

Assim, o movimento revolucionário que rebentou a 3 de outubro de 1930, na capital do Estado do Rio Grande do Sul e, concomitantemente, em diversas outras unidades da Federação, tinha raízes profundas no Paraná, e explodiu em Curitiba no dia 5 de outubro daquele ano, sob a chefia do então major do Exército Plínio Alves Monteiro Tourinho.

No mesmo dia em que rebentou a revolução em Curitiba, foi deposto o Presidente do Estado Dr. Afonso Alves de Camargo, tendo assumido o governo o General Mário Tourinho, que nomeou para o cargo de Secretário-Geral do Governo o Dr. João Ribeiro de Macedo Filho, Professor da Universidade do Paraná.

Aquêles três cidadãos: Plínio Tourinho, Mário Tourinho e Macedo Filho, foram três nomes que naquele instante supremo da vida paranaense, tranqüilizaram os corações sobressaltados com as primeiras notícias da revolução triunfante.

O comandante em chefe das forças revolucionárias, major Plínio Tourinho, garantiu a segurança e a ordem, advertindo, ao mesmo tempo que seriam severos os chefes para com os que abusassem do poder da revolução. Mário Tourinho e Macedo Filho eram outros dois nomes honrados e inspiradores de confiança. Por isso, o povo curitibano e a gente do Paraná confiaram nêles, na sua integridade e no seu elevado padrão de honorabilidade.

Em épocas as mais remotas partiram de Curitiba numerosas expedições ou bandeiras, muitas delas sob a direção e comando de curitibanos natos, que se embrenharam pelo sertão, procurando “alargar a terra” e descobrir novas paragens e novas riquezas naturais.

De Curitiba partiu, em 1720, a bandeira de Zacarias Dias Côrtes a quem se atribui o descobrimento dos Campos de Palmas; a histórica bandeira chefiada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que em 1809 tomou posse efetiva dos Campos de Guarapuava, dando início ao povoamento da região ocidental do Paraná; Domingos Lopes Cascaes, que penetrou no sertão, navegando “cousa de 70 leguas” através do rio Iguaçu, atingindo as famosas cataratas do Iguaçu em 1768; Francisco Nunes Pereira; Bruno da Costa Filgueira, que em 1769 comandou uma expedição ao sertão, seguindo pela margem direita do rio Iguaçu até atingir a sua barra no rio Paraná; além de muitos outros intrépidos bandeirantes, que realizaram façanhas e feitos de heroísmo e bravura dignos de figurarem na história de uma grande nação.

O povo e as autoridades de Curitiba tomaram parte ativa nas lutas contra Artigas, em 1816, mobilizando os batalhões de milicianos para a defesa dos sertões do sul, além de 400 guerrilheiros curitibanos, que, depois do término da guerra, ficaram residindo em Montevidéu e no Rio Grande do Sul, por semelhança de hábitos com os espanhóis e os gaúchos da fronteira rio-grandense.

Mas a campanha contra Artigas, na Província Oriental do Uruguai e as bandeiras enviadas ao sertão da Comarca de Curitiba, desfalcaram seriamente as povoações curitibanas e aumentaram as rio-grandenses e uruguaias.

A Revolução Farrroupilha que explodiu no Rio Grande do Sul a 20 de setembro de 1835, atingiu de maneira extraordinária, no período de 1838 a 1840, a Comarca de

Curitiba, quando, para defesa do sul da província de São Paulo, houve necessidade de reforçar as guarnições, para evitar as tentativas feitas pelos *Farrapos* de invadirem a fronteira, o que realizaram em diversos pontos do território catarinense.

Atendendo à requisição do General Pedro Labatut, comandante em chefe da defesa da província, que chegou a Paranaguá a 7 de fevereiro de 1840, Curitiba forneceu 200 guardas nacionais e mais 200 cavalarianos, de Curitiba e Castro, perfazendo o total de 677 praças fornecidos pelas cidades de Paranaguá, Curitiba, Antonina e Castro, excluindo as forças que já ocupavam o setor de Campo do Tenente e depois se incorporaram à Divisão do Rio Negro.

Nos Campos Gerais e Curitiba parece que tinham os *Farrapos* muitos adeptos. A notícia da derrota das forças do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, no Passo da Vitória, Rio Grande do Sul, comunicada pelo coronel Correia Júnior ao Capitão Manoel Antônio da Cunha, comandante da guarnição da Vila do Príncipe acrescenta a possibilidade de os rebeldes invadirem a Província “pela estrada do sertão (antiga estrada da Mata), principalmente, com o partido que supõem ter a seu favor, nos Campos Gerais e em Curitiba”, — como esclarece um ofício de 26 de dezembro de 1839, transcrito por Vieira dos Santos, em sua *História de Paranaguá*.

A formação e definição do território paranaense e mais, pròpriamente, da Comarca de Curitiba, sofreu, através do tempo e do espaço, numerosas alterações. Focalizando-a em largos traços, assim a descreve Romário Martins:

“Formadas as nossas duas principais vilas, de Paranaguá e Curitiba, de 1661 a 1711 (data da aquisição, pela Coroa, da Capitania de Santo Amaro) ficaram compreendidas na Capitania de Paranaguá, constituídas das quarenta leguas de costa do sul a começar de doze leguas ao sul de Cananéa (Ilha do Mel), na barra de Paranaguá, acabando na terra de Santa Ana (Santa Catarina) a vinte e oito graus e um têtço. Essa era a secção da marinha que constituia a parte sul da antiga Capitania de Santo Amaro, da qual Pero Lopes de Souza foi o primeiro donatário.

Da altura da barra de Paranaguá (Ilha do Mel) para o norte seguia-se o trecho da costa com seu correspondente sertão, que pertencia à donatária de Martim Afonso de Souza, isto é, a Capitania de São Vicente.

Com o desmembramento do território de Minas Gerais da Capitania de São Paulo e reconstituída esta, por Alvará de 2 de dezembro de 1720, ficaram pertencendo à de São Paulo tôdas as vilas do sul de Parati, inclusive, até às indeterminadas fronteiras espanholas. “Pelo sertão, ao norte e ao oeste, as suas fronteiras seriam aquelas que a ousadia dos paulistas traçasse com suas aventuras e conquistas” (Washington Luiz, *Capitania de São Paulo*).

Dentro dêste quadro geográfico existiam então (1720) a cidade de São Paulo e vinte e uma vilas, além de pequenas povoações. Situavam-se em território subordinado à ouvidoria de Paranaguá as vilas paulistas e litorâneas de Iguape, Cananéa, Paranaguá, São Francisco, Ilha de Santa Catarina e Laguna e no interior a de Curitiba, que eram as que existiam, na região, até a margem setentrional do Rio da Prata”.

O termo da vila de Curitiba, em 1755, confinava com o da vila de Sorocaba pelo rio Itararé; e para a parte do sul sua demarcação era o rio Pelotas. Para êste, abrangia o sertão do Tibagi até o rio Paranapanema, o curso do Ivaí e os campos de Guarapuava.

Em 1809, quando se tratou de povoar os campos de Guarapuava, a Carta Régia de 1.º de abril definiu como limites dessa região os rios Paraná e Uruguai, derogando tôdas as disposições em contrário.

As fronteiras da Capitania de São Paulo, ao sul, já haviam sido objeto da Carta Régia de 5 de novembro de 1808, estabelecendo que “os terrenos que desaguam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguai”, estavam todos compreendidos nessa Capitania.

Foram muito numerosas as desanexações de termos ou distritos de vilas ocorridas no imenso território meridional da Capitania de São Paulo e que motivaram alterações nas fronteiras da Comarca de Paranaguá e Curitiba. Em 1749 ficou limitada, na costa, pelo rio São Francisco e no interior pelo rio Negro, perdendo, assim, as vilas de Nossa Senhora do Destêro que passou a constituir a Ouvidoria da Ilha de Santa Catarina e as vilas de Laguna e Rio Grande. Com a criação, em 1821, da Comarca da Ilha de Santa Catarina, foram as vilas de São Francisco do Sul e de Lajes desmembradas da comarca de Paranaguá e Curitiba e compreendidas na comarca criada.

As vilas de Cananéa e de Iguape pertenciam à Comarca de Curitiba em virtude da Lei de 1832, formando então a terceira Comarca de São Paulo. Por força da Lei n.º 11, de 17 de abril de 1852 (então Quinta Comarca) aquelas duas vilas foram desanexadas da Comarca, que desde então somente compreendia os municípios de Curitiba, Paranaguá, Príncipe (Lapa), Antonina, Morretes, Guaratuba e Castro.

A Lei n.º 704, de 29 de agosto de 1853, que elevou a Comarca de Curitiba à categoria de província, estabeleceu no seu artigo primeiro, que “a Comarca de Curitiba, na província de São Paulo, ficava elevada à categoria de província, com a denominação de Província do Paraná e que a sua extensão e limites seriam os mesmos da referida Comarca”.

Os limites da Comarca eram constituídos pelo conjunto das divisas legais e convencionais dos municípios confinantes já então estabelecidas, como pondera Orville Derby. Ainda sobre a mesma questão, diz Ermelino de Leão:

“A tentativa do Senado Imperial, em 1856, visando declinar em lei os limites da província e para êsse fim dirigindo consultas às Câmaras interessadas, não pode significar que faltasse ao Paraná o requisito necessário de uma demarcação legal. Nem isso poderia ser o pensamento do legislador brasileiro, atendendo-se a que o expresso na Lei n.º 704, mandando conservar a mesma extensão e limites da antiga Comarca, revela, muito ao contrário — que existiam e eram reconhecidas as divisas comerciais, que passaram à categoria de limites provinciais”

Ao ser criada a província do Paraná os limites da Comarca de Curitiba, “legais, históricos ou convencionais”, eram os seguintes:

Com a província de São Paulo: pelo rio Ararapira até o istmo do Varadouro, daí ao espigão divisor das águas das baías do Mar Pequeno, por êste, pelos rios Ribeira e Itapirapuan até às nascentes dêste na serra do mesmo nome, daí em direção às cabeceiras do rio Itararé, por êste até sua foz no rio Paraná;

Com a província de Santa Catarina: da barra do Saí-guaçu às nascentes do rio Negro, por êste até a sua confluência do Iguazu, pelo rio Preto até as suas nascentes na serra do Espirgão, por esta até o rio Marombas, por êste até sua confluência no rio Uruguai;

Com a província do Rio Grande do Sul: o rio Uruguai e por êste até a foz do rio Paperi-Guaçu;

Com as repúblicas da Argentina e do Paraguai: os limites do Império; e

Com a província de Mato Grosso: Pelo talvegue do rio Paraná, a partir do salto grande das Sete Quedas até a barra do Paranapanema.

A respeito dos limites do Paraná com Santa Catarina surgiu uma questão, que ficou conhecida na história do Brasil pela denominação de “Guerra do Contestado”, a qual, durante muitos anos agitou a opinião pública brasileira e que custou muito sangue aos povos das duas unidades da Federação.

Diversas alterações foram introduzidas, tendo, finalmente, o governo de Santa Catarina proposto contra o Paraná uma ação ordinária de reivindicação de limites, que, por sua vez, foi motivo de longos e intermináveis debates no Parlamento Nacional e nos Tribunais do país.

Após muitos anos de luta fratricida e de derramamento de sangue, foi, finalmente, firmado o acôrdo de 20 de outubro de 1916, que pôs termo à questão.

Um dos últimos e mais empolgantes capítulos da história de Curitiba é, sem dúvida, aquêle que se refere às comemorações do primeiro centenário da emancipação política do Paraná, através de grandiosas e indeléveis solenidades realizadas durante o mês de agosto de 1953.

Pelo espaço de vários dias seguidos Curitiba hospedou as mais altas autoridades federais do país e ilustres personalidades do estrangeiro.

O programa oficial comemorativo do I Centenário do Paraná desenvolvido durante o mês de agosto constou do seguinte.

“Dia 7 (início das solenidades), às 18 horas — Inauguração do edifício da Faculdade de Direito de Curitiba.

Dia 10, às 9 horas — Abertura dos Jogos Infantis Escolares, a cargo do Departamento de Educação Física da Secretaria de Educação e Cultura. Grandes demonstrações de ginástica rítmica. Cantos corâis e desfile de atletas, no Estádio Ferroviário. Às 20 horas — Torneio Quadrangular Feminino de Basquetebol, com a participação das representações do Fluminense F.C., C.R. do Flamengo, do Rio de Janeiro, E.C. Sírio de São Paulo e Curitiba F.C., no Ginásio do Clube Atlético Paranaense. Às 20,30 horas — Grande Concôrto Sinfônico sob a regência do Prof. Ludwig Seyer, na Sociedade Concórdia.

Dia 11, às 20 horas — Grande show artístico ao ar livre. No show das noites de 11, 12, 14, 16 e 17 foram



Fachada da nova sede da Inspeção Regional de Estatística

apresentados respectivamente festivais das etnias: sírio-libanesa, ucráina, polonesa, germânica, japonesa, e um festival de todos os folclores, na Praça Tiradentes. Às 20 horas — Prosseguimento do Torneio Feminino de Basquetebol, no ginásio do Clube Atlético Paranaense.

Dia 12, às 8 horas — solenidade da Declaração de Assistência a Oficial, da Polícia Militar do Estado, primeira Turma da Escola de Formação de Oficiais Combatentes. Às 10 horas — Inauguração Oficial da IV Exposição Nacional Canina do Paraná, organizada pelo Paraná Kennel Clube, no estádio do Curitiba Futebol Clube. Às 15 horas — Abertura oficial do Concurso de Vitrinas e Fachadas. Às 20 horas — Grande show artístico ao ar livre, na praça Tiradentes e prosseguimento do Torneio Feminino de Basquetebol, no ginásio do Clube Atlético Paranaense. Às 20,30 horas — Representação pelo Grupo Teatral Independente, na Sociedade Rio Branco.

Dia 13, às 16 horas — Partida Internacional de Futebol, no Estádio Ferroviário. Às 19,30 horas — Grande Concerto Sinfônico pela Banda da Polícia Militar do Estado, na Praça Tiradentes. Às 20 horas — Festival do Centenário, no Graciosa Country Clube. Às 20,30 horas — Reprise da Representação do Grupo Teatral Independente, na Sociedade Rio Branco.

Dia 14, às 20 horas — Grande show artístico ao ar livre na Praça Tiradentes.

Dia 15, às 20 horas — Apresentação de grande conjunto orfeônico de senhoritas, a cargo do Instituto de Educação e de Colégios Particulares de Curitiba. Fizeram-se ouvir 1200 vozes, sob a regência do maestro Bento Mossurunga e Prof. Zuleide Picanço, na Praça Tiradentes. Às 21 horas — Partida Internacional de Futebol, no Estádio Ferroviário.

Dia 16, às 17 horas — Instalação solene do III Congresso Regional de História do Paraná, prestando homenagem a D. Pedro II. Às 20 horas — Noite das etnias estrangeiras. Apresentação de folclores das etnias: japonesa, ucráina, sírio-libanesa, germânica, francesa, polonesa, italiana, holandesa e da colônia portuguesa, na Praça Tiradentes.

Dia 17, às 15 horas — Sessão solene da Assembléia Legislativa do Estado, em comemoração da emancipação política do Paraná. Às 19 horas — inauguração das expo-

sições dos livros oferecidos à Biblioteca Pública do Paraná, pelas etnias germânicas, polonesa, japonesa, italiana, sírio-libanesa e ucráina; exposição de curiosidades de origem germânica; arte gráfica polonesa e arte folclórica ucráina, no Instituto de Educação de Curitiba. Às 20 horas — Grande show artístico, ao ar livre, na Praça Tiradentes. Às 23 horas, — Baile de Gala realizado pelos Aspirantes a Oficial, da Polícia Militar, no Círculo Militar.

Dia 18, às 11 horas — Recepção ao Presidente da República, no Aeroporto Afonso Pena. Às 15 horas — Homenagem ao instalador e primeiro presidente da província do Paraná, conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, na Praça Zacarias, junto à herma daquele ilustre estadista. Às 16 horas — Grande desfile escolar, étnico e de escoteiros. Desfilaram com trajes típicos de cada nação, componentes das etnias germânica, polonesa, japonesa, italiana, ucráina, sírio-libanesa, francesa, holandesa e das comunidades britânica e portuguesa. Às 18,30 horas — Inauguração do Grupo Escolar Tiradentes, na Praça 19 de Dezembro. Às 20 horas — Grande festival artístico e baile comemorativo do Centenário, para a etnia germânica, na Sociedade Rio Branco. Às 22,30 horas — Recepção oficial do Centenário, oferecida pelo Governo do Estado às autoridades e à sociedade, no Clube Curitibano, com a presença do Presidente da República e de todos os hóspedes oficiais.

Dia 19 (Dia do Centenário da Lei n.º 704) — Zero hora — Anúncio festivo e solene do Centenário. Fogos de artifício, acompanhados de toque de sinos, apitos e sirenas de fábricas anunciaram a entrada do novo século de existência do Paraná. No local da recepção falaram os Senhores Presidente da República e Governador do Estado. Às 6 horas — Alvorada do Centenário, pela Banda de Clarins da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, irradiada do alto de um dos arranha-céus da cidade. Às 9,30 horas — Revista e desfile militar. Além da guarnição federal da 5.ª Região Militar, sediada em Curitiba e contingentes da Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, tomou parte, também, um Destacamento Naval composto das guarnições dos torpedeiros da Armada Nacional, fundados na baía de Paranaguá, bem como um contingente do Corpo de Fuzileiros Navais, com a respectiva banda de música. Às 10 horas — Hasteamento solene dos pavilhões Nacional e do Paraná, inaugurando-se o Monumento do Centenário (obelisco), na Praça 19 de Dezembro. Às 10,30 horas — Revista às tropas pelos Senhores Presidente da República e Governador do Estado. Às 11 horas — desfile Militar. Às 15 horas — Inauguração no edifício da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, com a presença do Presidente da República e demais altas autoridades. Sessão solene na Câmara Municipal com a cooperação do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Às 15,30 horas — Inauguração do edifício do Sindicato dos Lojistas e Varejistas do Comércio do Paraná. Às 16 horas — Inauguração da Exposição Internacional do Café e Feira de Curitiba. Usaram da palavra o Ministro da Agricultura, Sr. João Cleofas e o Presidente da Comissão de Comemorações do Centenário, Dr. Brasil Pinheiro Machado. Oferecimento de medalhas de ouro da Exposição e da Feira ao Presidente da Repú-

blica. Às 19,30 horas — Abertura ao público dos portões da Exposição Internacional do Café e Feira de Curitiba. O Governo do Estado proporcionou ao povo, grandioso espetáculo com fogos de artifício, baile ao ar livre, número de arte e representações folclóricas. Às 21 horas — Banquete ao Presidente da República e demais autoridades, no Clube Curitibano.

Dia 20, às 9 horas — Grande festa pública ao ar livre, pela Sociedade Duque de Caxias, no arrabalde do Bacacheri. Às 10 horas — Missa oficiada por Dom Manoel da Silveira D'Elboux, Arcebispo Metropolitano de Curitiba, na Praça Tiradentes, em frente à Catedral Metropolitana. Às 11 horas — Conferência dos Governadores dos sete Estados da Bacia do Paraná—Uruguai, com a presença do Presidente da República. Às 13 horas — Almôço do Presidente da República e Governador do Estado, em companhia das respectivas espôsas, no Graciosa Country Clube. Às 15 horas — Solenidade inaugural dos Postos de Puericultura da Campanha do Centenário. Às 15,30 horas — Inauguração da Creche “Dona Darcy”, no arrabalde de Santa Quitéria, pela Senhora Flora Munhoz Camargo da Rocha, Presidente da Legião Brasileira de Assistência, Secção do Paraná. Às 15,30 horas — Inauguração de uma placa de bronze no edifício da Biblioteca Pública, como homenagem da etnia polonesa e entrega dos livros oferecidos por essa etnia. Às 15,50 horas — Inauguração do edifício da Caixa de Seguros de Vida dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná. Às 17 horas — Festa Turfística do Centenário, no Hipódromo do Guabirota, disputando-se os Grandes Prêmios “Paraná do Centenário”, “Presidente Getúlio Vargas” e “Governador Bento Munhoz da Rocha Netto”. Às 20 horas — Grande baile do grupo étnico germânico, na Sociedade Rio Branco. Às 20,30 horas — Grande espetáculo coreográfico, tendo sido encenada a ópera “Copélia”, pelo *ballet* da Sociedade Thalia, sob a direção do prof. Tadeu Morozowicz, no teatro do Colégio Estadual. Às 21 horas — Partida Internacional de Futebol, no Estádio Ferroviário.

Dia 21 — às 8 horas — Natal Popular promovido pela Secção do Paraná da Legião Brasileira de Assistência, com distribuição de roupas e brinquedos, na Praça Tiradentes, pela Sr.^a Flora Munhoz Camargo da Rocha, Presidente daquela entidade. Às 8,30 horas — Regresso do Presidente da República à Capital Federal. Às 13 horas — Visita do Governador do Estado aos torpedeiros da Armada Nacional, fundeados no Pôrto de Paranaguá. Às 15 horas — Descerramento da placa inaugural da Rua Jerônimo Dursky, primeiro colono polonês chegado ao Paraná. Às 20,30 horas — Reprise da ópera “Copélia”, no Colégio Estadual.

Dia 22 — às 9 horas — Missa solene na Colônia Abranches, sede da primeira colonização polonesa do Paraná. Inauguração do monumento ao pioneiro da imigração polonesa, Edmundo Sebastião Wos Saporki. Às 11 horas — Inauguração do Sanatório São Carlos, tendo sido descerrada uma placa alusiva ao Centenário. O Sanatório São Carlos está situado no Eairro do Guabirota. Noite de arte da colônia polonesa, com a apresentação do grande pianista Mulkuzinsky, no Colégio Estadual.

Dia 23 — às 17 horas — Inauguração do busto de Paderewski, no Teatro Guaíra, como homenagem da etnia polonesa. Às 17,30 horas — Encerramento do III Congresso Regional de História do Paraná. Às 21 horas — Banquete oferecido pela etnia polonesa, na Sociedade União.

Dias 25 e 27 — às 10 e 16 horas — Reprises da Ópera “Copélia”, no Teatro do Colégio Estadual.

Dia 30 — às 21 horas — Apresentação do Coral Evangélico, com o oratório “São João Batista”, de Léo Schneider, no Teatro do Colégio Estadual do Paraná.

Dentre as comemorações que assinalaram a passagem do I Centenário de emancipação política do Paraná, destacaram-se os congressos, reuniões e conferências, muitos deles de caráter internacional, levados a efeito em Curitiba. A grandiosidade das programações e a alta significação da efeméride comemorada atraíram a atenção de todos os setores da vida nacional e internacional, que fizeram da capital paranaense a sede de suas atividades científicas, políticas, sociais e culturais.

Os certames em referência, quase todos realizados nas dependências do Colégio Estadual do Paraná — o maior estabelecimento de ensino da América do Sul e verdadeiro padrão para edifícios no gênero, foram os seguintes:

V Reunião Nacional de Leprologia, II Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, IX Semana Odontológica Brasileira, II Reunião Penitenciária Brasileira, VI Congresso Nacional dos Estudantes Secundários, II Congresso Nacional do Ministério Público, II Congresso das Universidades Brasileiras, II Congresso Nacional de Folclore, I Congresso de Normas Técnicas, V Congresso Nacional de Jornalistas, V Congresso R.A.R. Reunião de Administradores Rodoviários, I Congresso Florestal e Madeireiro (do I.N.P.), II Congresso Brasileiro de Filosofia, I Congresso Nacional de Educação Física, IV Jornada Brasileira de Radiologia, II Congresso Nacional do Capítulo Brasileiro, I Congresso Pan-Americano do Colégio Internacional de Cirurgiões, XI Congresso Nacional de Educação, Convenção Pan-Americana de Radioamadores, Congresso Nacional dos Servidores Públicos, VII Jornada Brasileira de Obstetrícia e Ginecologia, IX Convenção Brasileira de Farmacêuticos, II Seminário dos Professores de Farmácia do Brasil, VI Congresso Nacional de Tuberculose, Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Congresso Nacional dos Veteranos de Guerra do Brasil, XI Congresso Brasileiro de Higiene, XI Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, I Congresso Eucarístico Regional, II Congresso Latino-Americano de Psicologia, II Conferência Nacional de Desembargadores, X Reunião Anual de Dermatologia e Sfilografia, II Conferência Rural no Brasil, III Congresso Internacional do Café, III Congresso Filatélico Brasileiro, XIV Congresso Brasileiro de Esperanto e I Congresso de Sociologia no Brasil.

Nos primitivos tempos da vida pública de Curitiba os chefes do Governo Municipal eram os presidentes da Câmara de Vereadores. Mais tarde, já no segundo Império, foi criado o cargo de Superintendente Municipal, que era ocupado pelo chefe do executivo Municipal, ficam-

do independente o poder legislativo representado pela Câmara Municipal.

Após a proclamação da República foi criado o cargo de Prefeito Municipal, correspondente às antigas denominações dadas ao cargo ocupado pelo chefe do executivo Municipal. Durante o período republicano, ocuparam o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba os seguintes cidadãos:

Cândido Ferreira de Abreu, de 5-893 a 12-894; Guilherme Xavier de Miranda, de 12-894 a 11-895; Cyro P. Vellozo, de 11-895 a 9-896; Cícero Gonçalves Marques, de 9-896 a 5-898 e de 7-898 a 5-900; Manoel José Gonçalves (interino), de 5-898 a 7-898 e 10-907; Arthur de Souza Ferreira, de 6-900 a 7-900; Luiz Antonio Xavier, de 9-900 a 6-907; Cícero Gonçalves Marques, de 7-900 a 9-900; Antonio Rodrigues da Costa, de 9-900 a 10-908; Joaquim Pereira de Macedo, de 10-908 a 9-912; João Antônio Xavier, de 9-912 a 9-913; Cândido Ferreira de Abreu, de 1-913 a 12-915; Claudino R. F. dos Santos (ignorado); João Antonio Xavier, de 12-915 a 1-920; J. Moreira Garcês, de 1-920 a 12-927 e de 1-928 a 2-928; João Withers e Francisco de Paula Guimarães, em períodos ignorados; Eurides Cunha, de 12-927 a 1-928 e de 2-928 a 9-930; Joaquim Pereira de Macedo, de 9-930 a 1-932; Avelino Lopes (interino), de 1-932 a 2-932; Jorge L. Meissner, de 2-932 a 6-937; Carlos Heller, de 9-937 a 1-938; Aluizio França, de 6-937 a 9-937; Oscar Borges, de 1-938 a 4-938; J. Moreira Garcês, de 4-938 a 7-940; Rozaldo G. de Mello Leitão, de 7-940 a 10-943; Ângelo Lopes, de 7-938 a 8-938; Hostílio César de Souza Araújo, de 20 a 29-938; Alexandre Beltrão, de 10-943 a 2-946; Algacy Munhoz Mäder, de 3-946 a 9-946; João Macedo Souza, de 2-946 a 3-946 e de 9-946 a 10-946; Raul de Azevedo Macedo, de 10-946 a 3-947; Ângelo Lopes, de 3-947 a 12-947; Ney Leprevost, de 27-2-948 a 10-1-949; Linneu Ferreira do Amaral, de 10-1-949 a 30-1-951; Amâncio Moro, de 30 de janeiro de 1951 a 17-7-951; Wallace Thadeu de Mello e Silva, de 17-7-951 a 10-951; Erasto Gaertner, de 10-951 a 16-5-953; José Luiz Guerra Rêgo, de 22-5-953 a 2-4-954; Ernani Santiago de Oliveira, de 2-4-954 a 14-11-954; Ney Amintas de Barros Braga, de 15-11-954 até o presente, devendo o seu mandato expirar-se em 15 de novembro do ano em curso. É o primeiro Prefeito eleito, de Curitiba, desde a Revolução de outubro de 1930.

O distrito de Curitiba foi criado em 1654 e o município a 29 de março de 1693, tendo sido elevado, no mesmo ato, à categoria de vila.

Pela Lei provincial de São Paulo, sob n.º 5, de 5 de fevereiro de 1842, a vila de Curitiba recebeu foros de cidade.

Em virtude da Lei provincial n.º 1, de 26 de julho de 1854, Curitiba foi elevada à categoria de capital da província do Paraná, desmembrada que fôra, em 1853, do território da província de São Paulo.

Por força do Decreto estadual n.º 24, de 18 de janeiro de 1894, perdeu a categoria de capital pelo curto espaço de quatro meses, readquirindo-a, em virtude do Decreto estadual n.º 25, de 29 de abril do mesmo ano.

No ano de 1911 o município de Curitiba era formado apenas do distrito da sede; já em 1929 estava subdividido em 6 distritos de paz, a saber: Curitiba, Campo Magro, Nova Polônia, Portão, São Casemiro do Taboão e Santa Felicidade.

Segundo dados oficiais referentes ao quadro administrativo do Estado do Paraná, em 1933, o município de Curitiba se compunha de 5 distritos de paz, que eram: Curitiba, Nova Polônia, Portão, São Casemiro do Taboão e Santa Felicidade, desaparecendo o distrito de Campo Magro constante da divisão administrativa de 1929.

Na conformidade do quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 6667, de 31 de março de 1938, Curitiba se constituía de apenas 3 distritos: o da sede (compreendendo as zonas de Curitiba, Portão e São Casemiro do Taboão) e os de Nova Polônia e Santa Felicidade.

Em decorrência do Decreto-lei estadual n.º 7573, de 20 de outubro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado do Paraná para vigorar no quinquênio 1939-1943, o município de Curitiba perdeu parte do extinto distrito de Nova Polônia, com a qual se criou no município de Campo Largo o distrito de Ferraria, passando o restante a formar o território do novo distrito de Campo Comprido.

Adquiriu, por outro lado, os distritos-sedes dos extintos municípios de Colombo e Tamandaré, o último dos quais, acrescido do território do distrito de Nossa Senhora da Conceição, também suprimido e que pertencia ao município de Tamandaré, além de parte do distrito-sede do município de Piraquara, anexada ao distrito de Curitiba.

Ainda em consequência desse Decreto-lei, o distrito de Curitiba perdeu o território com que se instituiu o distrito de Umbará, no município de Curitiba. Este, em consequência do exposto na mencionada divisão administrativa, aparece composto de 6 distritos: e o da sede (compreendendo as zonas de Curitiba, Portão e São Casemiro do Taboão) e os de Campo Comprido, Colombo, Santa Felicidade, Tamandaré e Umbará.

De acôrdo com as determinações do Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, o município de Curitiba perdeu para o distrito de Piraquara, no município de idêntico nome parte do distrito-sede e, para o município de Colombo, restabelecido o distrito desse nome, o de Timoneira (ex-Tamandaré) e parte do de Santa Felicidade.

Conforme a divisão territorial que esse Decreto-lei estabeleceu para vigorar no quinquênio 1944-1948, integravam o município de Curitiba 4 distritos administrativos, a saber: Curitiba (com os distritos judiciários de Curitiba, Portão e Taboão), Santa Felicidade, Campo Comprido e Umbará.

A última alteração havida no quadro territorial e administrativo deu-se em 1952, quando foi criado o distrito administrativo de Tatuquara, desmembrado do de Umbará.

Antes da criação da comarca de Curitiba foi criada a de Paranaguá, em 1723. Entretanto, a divisão da capitania de São Paulo em duas comarcas somente se deu em 1725. A nova comarca deviam pertencer as vilas de Iguape, Canéia, São Francisco, Ilha de Santa Catarina,

vila de Laguna e, daí por diante até o rio da Prata, e, serra acima, a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, correndo até o lugar das Furnas, inclusive.

Pelo Alvará de 19 de fevereiro de 1812, foi determinado que os ouvidores da comarca de Paranaguá passassem a residir em Curitiba, nova sede da comarca, que recebeu a denominação de comarca de Paranaguá e Curitiba. Ainda no ano de 1812, por Alvará de 16 de dezembro, foi criada a comarca de São Pedro do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ficando, assim, a comarca de Paranaguá e Curitiba com seus limites ao sul marcados, na costa, pela barra sul do São Francisco, e, no interior, pelo rio Negro.

A Lei n.º 704, de 29 de agosto de 1853, desmembrou a comarca de Curitiba, transformando-a em província independente, com a denominação de província do Paraná, sendo até então a 5.ª Comarca da Capitania de São Paulo.

Adquirida autonomia política, a província do Paraná iniciou, logo após a sua instalação, a sua legislação própria. Assim, pela Lei provincial n.º 2, de 26 de julho de 1854, criou a comarca de Curitiba, e, pela Lei provincial n.º 1, de igual data, Curitiba fôra escolhida para capital da nova província.

Em atos posteriores, que deixam de ser mencionados por absoluta impossibilidade a comarca de Curitiba foi sendo desmembrada e outras comarcas, como as de Campo Largo, São José dos Pinhais, Castro, Ponta Grossa etc., foram surgindo.

De acôrdo com o quadro da divisão territorial de 31 de dezembro de 1936, a comarca de Curitiba era composta de três têrmos: o da sede, compreendendo os municípios de Curitiba, Piraquara, Rio Branco e Tamandaré; o de Araucária e o de Colombo, com o município desse nome e os de Bocaiúva e Campina Grande.

Já o quadro territorial de 31 de dezembro de 1937, bem como o Anexo ao Decreto-lei estadual n.º 6667, de 31 de março de 1948, fazia com que a comarca de Curitiba compreendesse unicamente o têrmo-sede, a que, no entanto, ficaram jurisdicionados 5 municípios, a saber: Curitiba, Bocaiúva, Piraquara, Rio Branco e Tamandaré.

Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 7573, de 20 de outubro de 1938, o têrmo de Curitiba perdeu os municípios de Rio Branco e Tamandaré, por terem sido extintos: o primeiro foi incorporado ao município de Cêro Azul e o segundo ao de Curitiba.

A comarca de Curitiba, de acôrdo com o que estabeleceu o mencionado Decreto-lei n.º 7573, aprovando o quadro territorial do Estado, para vigorar no quinquênio 1939-1943, estava composta de dois têrmos: o da sede, abrangendo os municípios de Curitiba, Bocaiúva do Sul e Piraquara e mais o de Araucária, transferido que fôra da extinta comarca do mesmo nome.

O Decreto-lei estadual n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial para vigorar no quinquênio 1944-1948, criou, na comarca de Curitiba, mais dois têrmos: o de Bocaiúva do Sul (ex-Imbuial e ex-Bocaiúva), formado pelo município desse nome e des-

membrado do têrmo da sede, e o de Colombo, com o território do município de igual nome, então restaurado por força do supracitado Decreto-lei.

A partir da mencionada divisão territorial, a comarca de Curitiba passou a contar com quatro têrmos, a saber: o da sede, compreendendo os municípios de Curitiba e Piraquara, e os de Araucária, Bocaiúva do Sul e Colombo.

A Lei estadual n.º 315, de 19 de dezembro de 1949, dividiu o Estado do Paraná em 12 secções judiciárias. A comarca de Curitiba ficou integrada à primeira dessas secções e formada pelas comarcas de Curitiba, Castro, Foz do Iguaçu e Piraí do Sul.

A Lei estadual n.º 1452, de 14 de dezembro de 1953, estabeleceu a nova divisão judiciária do município de Curitiba, criando dez distritos judiciários, a saber: sede, Portão, Taboão, Barreirinha, Boqueirão, Cajuru, Campo Comprido, Santa Felicidade, Umbará e Tatuquara.

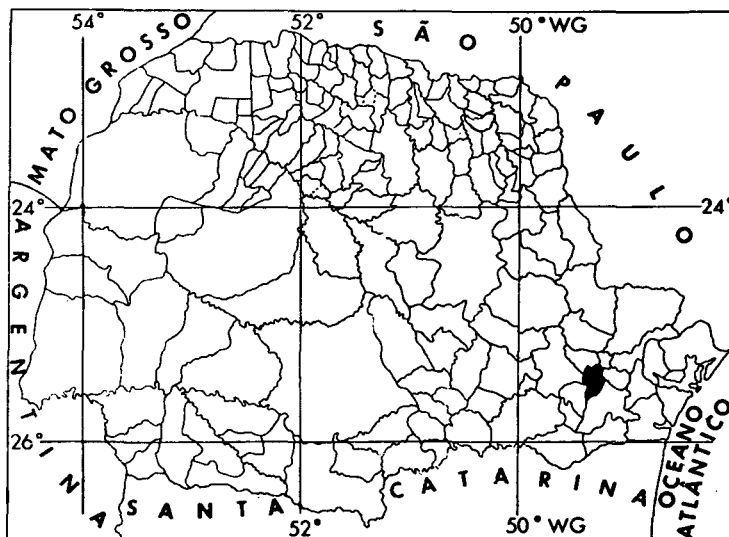
Os distritos judiciários não correspondem aos distritos administrativos, que são apenas cinco: sede Municipal, Campo Comprido, Santa Felicidade, Tatuquara e Umbará.

Anteriormente, pela Lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, que fixou o quadro da divisão administrativa do Paraná para o quinquênio 1952-1956, foram criados, na comarca de Curitiba, além dos distritos administrativos, os seguintes subdistritos judiciários: Taboão, Barreirinha, Boqueirão, que passaram a distritos judiciários com a vigência da Lei n.º 1452, de 14 de dezembro de 1953.

LOCALIZAÇÃO — O município de Curitiba está situado sôbre uma chapada do primeiro planalto paranaense, de configuração moderadamente irregular, o que convém para romper a monotonia e garantir ao território uma aparência pinturesca.

O território apresenta relevos suavemente ondulados, com as limitações altimétricas que variam de 800 a 950 metros acima do nível do mar. Compreende o "plateau" curitibano, no primeiro planalto paranaense, formado pelo complexo fundamental, e limitado a leste pela Serra do Mar.

Quase todo o território do município se encontra numa bacia sedimentar pliocênica, não havendo traços distintos no relêvo, que apresenta vales largos e suaves e algumas colinas pouco elevadas.



Posição do Município em relação ao Estado.



Passeio Público Municipal

Dos acidentes do terreno resultam na área urbana da cidade diversas bacias hidrográficas, predominando a do rio Belém, com o talvegue pouco afastado da direção norte-sul; as demais são de riachos seus tributários. O riacho Ivo atravessa o coração da cidade; é o responsável natural pelas freqüentes inundações das ruas centrais, após recolher as cheias do córrego Bigorriho. O outro afluente à margem direita do Belém, o riacho Água Verde, e o da esquerda, o riacho Juvevê, conquanto pequenos os caudais, amiúde ultrapassam a capacidade de suas caixas hídricas, proporcionando problemas e causando não menores preocupações aos habitantes ribeirinhos e à administração municipal.

O planalto curitibano é realmente um terreno acidentado, situado dentro do "Sistema dos Degraus e Patamares Meridionais", classificação extensiva aos demais planaltos do Paraná e outros Estados da região sul, formando uma sucessão de "cuestas" ou anticlinos, que envolvem as depressões formadoras dos três planaltos paranaenses.

De acôrdo com o mapa geológico do Dr. Reinhardt Maack, existem terrenos desde o período Siluriano, Devoniano, que se compõem de extensas camadas de arenitos, chistos argilosos calcários; dispostos horizontalmente parecem se estender numa faixa que partindo de Sengés se prolonga até o extremo sul do Estado.

A vegetação dos campos, constituída de relva baixa e continua, com arbustos de um metro, no máximo, ocupa grande parte da bacia sedimentar em que assenta o município. Não raro, porém, nestes campos, próximos às cabeceiras, nas encostas e altos das colinas, aparecem

numerosos capões, onde são freqüentes as araucárias. É uma região de vegetação mista, alternando os campos e os capões, com predominância dos primeiros.

Quanto à hidrografia, destaca-se o rio Iguaçu, que tem suas nascentes no município de Curitiba, sendo um dos seus formadores o rio Atuba. Vários pequenos rios se vão lançar no Iguaçu, tais como o Passaúna, Barigui, Belém e Ivo, sendo que os dois últimos atravessam a cidade, conforme já foi dito. O Iguaçu corre em direção sul do município, formando várzeas inundáveis, onde se exploram excelentes argilas, utilizadas nas indústrias de construção, olarias e cerâmicas.

SITUAÇÃO FÍSICA — Zona geográfica, área, altitude, latitude, longitude e temperatura:

ESPECIFICAÇÃO	RESULTADOS	
Zona geográfica.....	Planalto de Curitiba	
Do município.....	421	
Área (km ²)		
Da sede.....	245	
Altitude (metro).....	908	
Latitude Sul.....	25° 25' 48"	
Longitude W. Gr.....	49° 16' 15"	
Temperatura (°C)—1956.	Média das máximas.....	27,6
	Média das mínimas.....	6,7
	Média compensada.....	16,4
	Precipitação no ano, altura — TOTAL (mm)	1.077,7

FONTES. Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná
Estação Meteorológica do M. A. em Curitiba.
Sinopse Estatística de Curitiba.

ESTADO DA POPULAÇÃO — I — População do município e respectivos números-índices, segundo os recenseamentos gerais:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS			
	Do Estado	Do Município		
População recensada	Números absolutos	1872.....	126 722	12 651
		1890.....	249 491	24 553
		1900.....	327 136	40 755
		1920.....	685 711	78 986
		1940.....	1 230 278	140 656
	1950.....	2 115 547	179 208	
	Números-índices (Base: 1872—100)	1872.....	100	100
		1890.....	197	194
		1900.....	258	322
		1920.....	541	624
1940.....		970	1 111	
1950.....	1 669	1 416		

FONTES. Sinopse do Censo Demográfico de 1950
Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná

II — População presente na data do Recenseamento Geral — 1.º-IX-1950.

1. Pessoas presentes, por sexo, segundo a situação do domicílio, a côr, a religião e a nacionalidade:

ESPECIFICAÇÃO	SEXO		
	Total	Homens	Mulheres
<i>Tôdas as Idades</i>			
TOTAL.....	180 575	88 486	92 089
<i>Segundo a situação do domicílio</i>			
Quadro urbano.....	87 848	41 365	46 483
Quadro suburbano.....	53 374	26 600	26 774
Quadro rural.....	39 353	20 521	18 832
<i>Segundo a côr</i>			
Branços.....	169 031	82 831	86 200
Pretos.....	3 340	1 535	1 805
Amarelos.....	690	377	313
Pardos.....	7 016	3 503	3 513
<i>Segundo a religião</i>			
Católicos.....	159 689	76 286	80 403
Protestantes.....	13 002	6 326	6 676
Espíritas.....	4 828	2 403	2 425
Ortodoxos.....	777	426	351
Israelitas.....	997	514	483
Budistas.....	266	147	119
Maometanos.....	56	44	12
Outras religiões.....	1 503	753	750
Sem religião.....	1 119	728	391
Sem declaração de religião.....	1 338	859	479
<i>Segundo a nacionalidade</i>			
Brasileiros natos.....	168 380	82 110	86 270
Brasileiros naturalizados.....	1 684	1 070	614
Estrangeiros.....	10 492	5 302	5 190
Sem declaração de nacionalidade.....	19	4	15

FONTE. Sinopse do Censo Demográfico de 1950.

2. Pessoas presentes de 5 anos e mais, de 15 anos e mais e de 10 anos e mais:

ESPECIFICAÇÃO	SEXO			
	Total	Homens	Mulheres	
PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS				
<i>Segundo o domicílio e a instrução</i>				
TOTAL.....	Sabem ler e escrever.....	131 038	66 180	64 858
	Não sabem ler e escrever.....	27 596	11 194	16 402
	TOTAL.....	158 634	77 374	81 260
Quadro urbano.....	Sabem ler e escrever.....	70 145	33 839	36 306
	Não sabem ler e escrever.....	9 716	3 481	6 235
	SUBTOTAL.....	79 861	37 320	42 541
Quadrosurbano.....	Sabem ler e escrever.....	37 346	19 313	18 033
	Não sabem ler e escrever.....	8 905	3 705	5 200
	SUBTOTAL.....	46 251	23 018	23 233
Quadro rural.....	Sabem ler e escrever.....	23 547	13 028	10 519
	Não sabem ler e escrever.....	9 805	4 484	5 321
	SUBTOTAL.....	23 352	17 512	15 840

ESPECIFICAÇÃO	SEXO		
	Total	Homens	Mulheres

PESSOAS DE 15 ANOS E MAIS

Segundo o estado conjugal

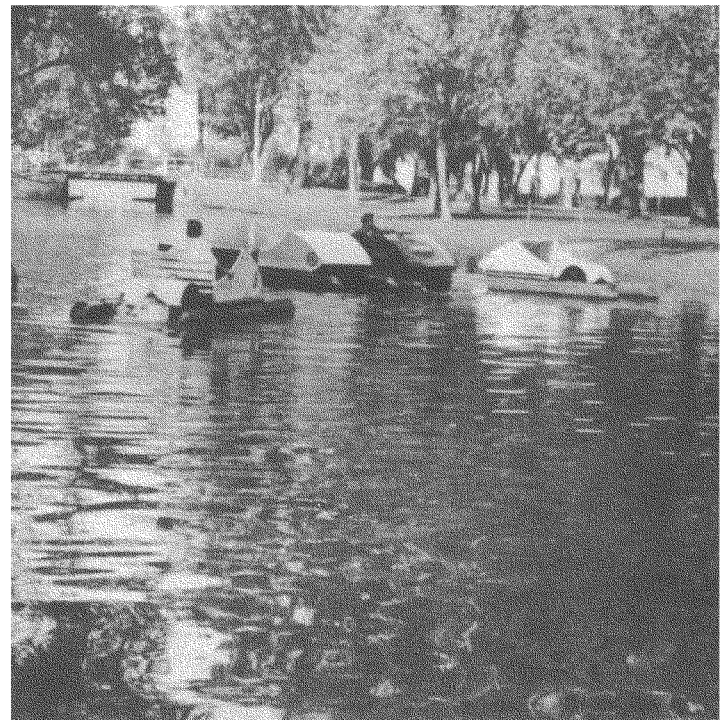
Solteiros.....	46 002	24 679	21 323
Casados.....	70 209	34 537	35 672
Viúvos.....	8 116	1 426	6 690
Desquitados e divorciados.....	593	214	379
TOTAL.....	124 920	60 856	64 064

PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS

Segundo o ramo de ocupação

Agricultura, pecuária e silvicultura.....	3 343	3 157	186
Indústrias extrativas.....	642	608	34
Indústrias de transformação.....	21 062	18 005	3 057
Comércio de mercadorias.....	8 244	6 863	1 381
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguro e capitalização.....	1 462	1 242	220
Prestação de serviços.....	13 393	6 687	6 706
Transportes, comunicações e armazenagens.....	5 381	5 039	342
Profissões liberais.....	1 113	906	207
Atividades sociais.....	5 110	2 321	2 789
Administração Pública, Legislativo, Justiça.....	3 250	2 464	604
Defesa Nacional e Segurança Pública.....	4 762	4 700	62
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes.....	64 214	9 772	54 442
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas.....	224	167	57
Condições inativas.....	10 245	7 235	3 010
TOTAL GERAL.....	142 445	69 348	73 097

FONTE. Sinopse do Censo Demográfico de 1950.



Outro aspecto do Passeio Público Municipal

Movimento da população — Nascimentos, casamentos e óbitos registrados no município — 1953-1955:

ESPECIFICAÇÃO	ANOS					
	1953	1954	1955	1956	1957	
Nascidos vivos.....	Masculino.....	4 050	4 321	4 538	4 704	5 198
	Feminino.....	3 869	4 193	4 351	4 568	4 920
	TOTAL.....	7 919	8 514	8 889	9 272	10 118
Nascidos mortos.....	Masculino.....	235	230	215	248	277
	Feminino.....	185	168	193	189	224
	TOTAL.....	420	398	408	437	501
Óbitos gerais.....	Masculino.....	1 651	1 683	1 869	1 872	1 991
	Feminino.....	1 200	1 285	1 403	1 417	1 479
	TOTAL.....	2 851	2 968	3 272	3 289	3 470
Casamentos.....	2 523	2 533	2 848	2 249	2 838	

PRODUÇÃO AGRÍCOLA — 1. Área cultivada, quantidade e valor da produção por espécie — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA CULTIVADA (ha)	UNIDADE	QUANTIDADE PRODUZIDA	PREÇO MÉDIO (Cr\$)	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$)
Abacaxi.....	—	—	—	—	—
Abóbora.....	470	fruto	390 000	5,00	195 000,00
Alfafa.....	—	—	—	—	—
Algodão (em caroço).....	—	—	—	—	—
Alho.....	120	arrôba	16 400	225,00	19 680,00
Alpiste.....	—	—	—	—	—
Amendoim.....	20	kg	28 000	6,00	168 000,00
Arroz.....	660	saco de 60 kg	16 500	300,00	4 950 000,00
Aveia.....	72	kg	18 000	6,50	117 000,00
Batata-doce.....	920	tonelada	10 160	2 000,00	20 320 000,00
Batata-inglesa.....	850	saco de 60 kg	70 500	200,00	14 100 000,00
Cana-de-açúcar.....	—	—	—	—	—
Cebola.....	100	arrôba	25 000	80,00	200 000,00
Centeio.....	280	kg	235 000	6,00	1 410 000,00
Cevada.....	—	—	—	—	—
Ervilha.....	70	saco de 60 kg	1 190	480,00	571 200,00
Fava.....	—	—	—	—	—
Feijão.....	1 480	saco de 60 kg	16 950	380,00	6 641 000,00
Feijão-soja.....	—	—	—	—	—
Fumo (em folha).....	150	arrôba	7 800	40,00	312 000,00
Juta.....	—	—	—	—	—
Linho.....	—	—	—	—	—
Mamona.....	—	—	—	—	—
Mandioca.....	24	tonelada	2 520	2 200,00	554 400,00
Melancia.....	55	fruto	38 000	12,00	456 000,00
Melão.....	—	—	—	—	—
Milho.....	6 100	saco de 60 kg	190 000	135,00	25 650 000,00
Piretro.....	—	—	—	—	—
Timbó.....	—	—	—	—	—
Tomate.....	55	kg	165 000	5,00	825 000,00
Trigo (em grão).....	400	kg	450 000	7,00	3 150 000,00

FONTE. Seção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

População pecuária — 1. Rebanhos existentes em 31 de dezembro, no município, por espécie — 1957:

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO DE CABEÇAS	VALOR (Cr\$)
Bovinos.....	14 300	71 500 000,00
{ Bois, vacas, vitelos.....		
{ Búfalos.....	—	—
Equinos.....	11 000	44 000 000,00
Asininos.....	8	48 000,00
Muareis.....	1 700	6 800 000,00
Suínos.....	26 500	66 250 000,00
Ovinos.....	3 500	1 400 000,00
Caprinos.....	4 000	1 200 000,00
Patos, marrecos e gansos.....	10 500	1 050 000,00

FONTE. Seção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL — 1. Principais resultados, segundo as classes de indústria — 1955:

CLASSES DE INDÚSTRIA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PESSOAL EMPREGADO 3-XII	SALÁRIOS E VENCIMENTOS (Cr\$)	DESPESAS DE CONSUMO (Cr\$)				VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000)
				Matérias-primas	Combustíveis e lubrificantes	Energia elétrica	Embalagem	
Extrativa de produtos minerais.....	3	27	985	970	335	71	63	4 792
Extrativa de produtos vegetais.....	3	38	869	6 136	45	16	3 309	12 154
Transformação de minerais não metálicos.....	49	1 441	34 239	14 739	6 697	975	1 992	93 546
Metalúrgica.....	37	823	21 634	61 107	809	434	837	108 131
Mecânica.....	11	574	22 767	42 658	1 457	637	603	98 493
Material elétrico e material de comunicações.....	8	178	5 900	12 955	12	147	87	28 805
Construção e montagem de material de transporte.....	9	229	7 401	15 735	406	94	47	33 334
Madeira.....	100	2 473	66 767	235 361	1 399	3 111	3 257	416 971
Papel e papelão.....	5	158	4 975	9 117	15	41	22	24 129
Mobiliário.....	42	1 690	41 727	62 339	79	1 240	2 351	134 023
Couros, peles e produtos similares.....	14	883	22 225	68 692	575	553	699	137 370
Química e farmacêutica.....	15	1 336	36 365	215 218	3 217	1 670	26 958	487 903
Têxtil.....	8	1 081	22 057	32 566	345	777	430	77 217
Vestuário, calçado, artefato de tecidos.....	31	552	13 401	36 903	16	190	516	64 734
Produtos alimentares.....	66	2 106	56 414	488 980	2 768	4 187	59 326	740 135
Bebidas.....	11	748	22 289	65 045	3 287	1 464	9 905	231 046
Editôras e gráficas.....	35	1 142	36 343	58 958	184	790	512	126 072
Diversas.....	25	860	21 753	21 519	714	493	1 532	77 373
TOTAL.....	472	16 339	438 111	1 448 992	22 360	16 890	112 446	2 896 228



Prefeitura Municipal

2. Quadro comparativo da organização e produção industrial — 1950-1955:

ANOS	ORGANIZAÇÃO				VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$)
	Número de estabelecimentos	Capital e reservas (Cr\$)	Pessoal empregado	Fôrça motriz (H.P.)	
1950.....	343	...	11 228	...	1 032 749
1951.....
1952.....	471	...	14 191	...	1 559 584
1953.....	501	...	15 766	...	1 866 587
1954.....	494	...	16 280	...	2 521 178
1955.....	472	...	16 339	...	2 896 228

FONTE. Departamento Estadual de Estatística.

MEIOS DE TRANSPORTE — I — Tábuas Itinerárias de Curitiba a algumas capitais do país, cidades circunvizinhas, partes marítimas e fluviais e principais centros urbanos do Paraná:

ITINERÁRIO SEGUNDO OS PONTOS EXTREMOS	MEIOS DE TRANSPORTE	EXTENSÃO EM KM	TEMPO MÉDIO GASTO EM VIAGEM	VIA	EMPRESAS
Curitiba ao Rio de Janeiro.....	Ferrovário	...	3 dias	São Paulo	R.V.P.S.C.
	Ônibus	910	21 horas	São Paulo	Empresa Nossa Senhora da Penha, Expresso Brasileiro e Viação Cometa
	Automóvel	910	12 horas	São Paulo	Real-Aerovias, VARIG, VASP, Cruzeiro do Sul, PANAIR
Curitiba a São Paulo.....	Ônibus	510	14 horas	São Paulo	R.V.P.S.C.
	Automóvel	510	12 horas	Direto	Empresa Nossa Senhora da Penha
	Avião	330	1,10 hora	Direto	Real-Aerovias, VARIG, VASP, Cruzeiro do Sul, PANAIR
Curitiba a Pôrto Alegre.....	Ferrovário	...	3 dias	...	R.V.P.S.C. e V.F.R.G.S.
	Ônibus	750	1 dia	Lajes, Vacaria e Caxias do Sul	Expresso do Sul Lt.da
	Automóvel	750	1 dia	Lajes, Vacaria e Caxias do Sul	---
Curitiba a Florianópolis.....	Avião	625	2,00 horas	Direto	VARIG, Real-Aerovias, SADIA
	Ônibus	360	10 horas	Joinville, Itajaí, Tijucas	Auto Viação Catarinense Lt.da
	Automóvel	360	8 horas	Joinville, Itajaí, Tijucas	Expresso Limousine Curitiba-Joinville
Curitiba a Piraquara.....	Avião	260	1 hora	Joinville, Itajaí, Tijucas	REAL, VARIG, TAC, VASP, PANAIR
	Ferrovário	24	1 hora	Direto	R.V.P.S.C.
	Ônibus	25	1 hora	Direto	Empresa Casemiro Glowacki
Curitiba a Colombo.....	Automóvel	25	0,30 hora	Direto	---
	Ônibus	18	0,50 hora	Direto	Empresa São Cristóvão Lt.da
	Automóvel	18	0,40 hora	Direto	---
Curitiba a Almirante Tamandaré.....	Ônibus	20	1 hora	Direto	Casemiro Glowacki
	Automóvel	20	0,50 hora	Direto	---
	Ônibus	33	1 hora	Barigui do Seminário	Empresa Sul Americana de Transportes
Curitiba a Araucária.....	Automóvel	33	1 hora	Barigui do Seminário	---
	Ferrovário	32	1,20 hora	Direto	R.V.P.S.C.
	Ônibus	27	1 hora	Direto	Empresa Pedro R. Franceschi
Curitiba a São José dos Pinhais.....	Ônibus	15	0,30 hora	Direto	Empresa Lapeana
	Automóvel	15	0,20 hora	Direto	---
	Ferrovário	120	3 horas	Direto	R.V.P.S.C.
Curitiba a Paranaguá.....	Ônibus	120	3 horas	Direto	Empresa Sul Americana de Transportes
	Ferrovário	Morretes	R.V.P.S.C.
	Ônibus	325	10 horas	Ponta Grossa, Castro etc.	Empresa Flecha de Ouro Lt.da
Curitiba a Londrina.....	Automóvel	325	10 horas	Ponta Grossa, Castro etc.	---
	Avião	320	1 hora	Ponta Grossa	VASP, REAL, VARIG, PANAIR
	Ônibus	835	2 dias	Ponta Grossa, Guarapuava	Diversas Empresas
Curitiba a Foz do Iguaçu.....	Automóvel	835	11/2 dias	Ponta Grossa, Guarapuava	---
	Avião	534	2,30 horas	Direto	Real-Aerovias
	Ferrovário	145	3 horas	Campo Largo, Palmeira	R.V.P.S.C.
Curitiba a Ponta Grossa.....	Ônibus	140	3 horas	Campo Largo, Palmeira	Oriental Transportes Rodoviários Lt.da
	Avião	100	0,20 hora	Direto	REAL, VASP, Cruzeiro do Sul

II — Rodoviação — 1. Automóveis e outros veículos existentes — 1957:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
A — Para Passageiros	
Automóveis comuns e jipes.....	8 497
Ônibus e microônibus.....	347
Ambulâncias.....	30
Motociclos com 2 ou 3 rodas.....	353
Outros veículos.....	87
B — Para Carga	
Caminhões comuns.....	1 403
Auto-socorro.....	15
Reboques.....	92

FONTE. Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

2. Número de empresas e de passageiros transportados — 1957:

DISCRIMINAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número de Empresas {	Urbano..... { Ônibus e lotações..... 31
	TOTAL..... 31
	Interurbano..... 12
Passageiros transportados Capital (linhas urbanas)..... {	Ônibus e lotações..... 69 824 543
	TOTAL..... 69 824 543
Número de passageiros embarcados na Estação Rodoviária (1).....	---

(1) A Estação Rodoviária de Curitiba foi inaugurada no dia 31 de maio de 1958.

FONTE. Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

3. Aeronáutica civil — 1955:

ESPECIFICAÇÃO		DADOS NUMÉRICOS
Transporte de passageiros.....	Embarcados.....	131 859
	Desembarcados.....	133 021
Transporte de carga (kg).....	Embarcada.....	1 394 088
	Desembarcada.....	1 971 262
Transporte de correio (kg).....	Embarcado.....	23 765
	Desembarcado.....	37 664

FONTE. Anuário Estatístico do Brasil — 1957.

II — Telefones — Serviços telefônicos na capital nos anos:

ANOS	NÚMERO DE LINHAS	NÚMERO DE APARELHOS
1947.....	4 457	5 885
1948.....	4 543	6 295
1949.....	4 587	6 558
1950.....	4 653	6 887
1951.....	4 703	7 286
1952.....	4 770	7 707
1953.....	4 843	8 065
1954.....	4 957	8 663
1955.....	5 055	9 124
1956.....	5 129	9 537
1957.....	5 209	9 826

FONTE. Companhia Telefônica Nacional — Agência de Curitiba.

III — Radiocomunicação — 1956:

ESPECIFICAÇÃO		DADOS NUMÉRICOS
Número de empresas.....	Estaduais.....	4
	Federais.....	(1) 2
	TOTAL.....	6
Número de estações.....	Estaduais.....	5
	Federais.....	(2) 2
	TOTAL.....	7

(1) Inclusive uma da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina.

(2) O Departamento dos Correios e Telégrafos possui apenas uma estação radiotelegráfica, em Curitiba.

FONTE. Seção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA — I — Prédios existentes em 31-XII-954:

ESPECIFICAÇÃO		DADOS NUMÉRICOS
Em geral.....	Zona urbana.....	18 850
	Zona suburbana.....	12 707
	Zona rural.....	...
	TOTAL.....	31 557
Segundo o destino..	Exclusivamente residenciais.....	25 400
	Utilizados como residências e outros fins..	2 510
	Não utilizados para residência.....	3 647

II — Construções civis licenciadas — 1953-1957:

ANOS	CONS. TRUÇÕES LICENCIADAS	ACRÉSCIMOS OU MODIFICAÇÕES	ÁREA LICENCIADA (m ²)	
			Coberta	Piso
1953.....	1 513	489	304 442,55	183 512,36
1954.....	1 353	357	185 073,87	279 624,56
1955.....	1 133	369	150 033,83	267 369,56
1956.....	1 876	352	223 560,94	342 771,30
1957.....	1 418	372	213 070,23	283 644,34

FONTE. Seção de Estatística da I.R. do Paraná.

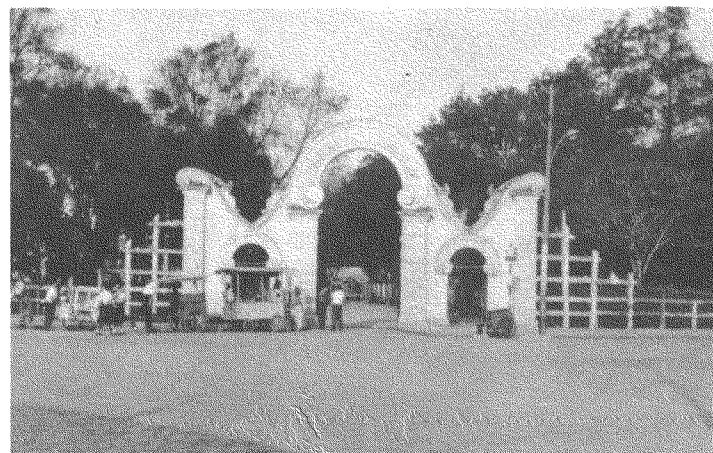
III — Transcrições de transmissões de imóveis — Transmissões transcritas nos anos:

ANOS	TOTAL		POR COMPRA E VENDA	
	Número	Valor (Cr\$)	Número	Valor (Cr\$)
1953.....	5 739	390 832 855,00	3 787	245 230 428,00
1954.....	5 481	552 968 038,00	3 582	314 828 188,00
1955.....	5 256	482 374 316,00	3 433	259 259 064,00
1956.....	5 257	522 345 576,00	3 666	296 653 814,00
1957.....	5 595	617 429 041,00	3 568	307 636 880,00

2. Hipotecas inscritas nos anos:

ANOS	NÚMERO	VALOR (Cr\$)
1953.....	949	142 178 594,00
1954.....	1 038	163 687 131,00
1955.....	786	162 541 200,00
1956.....	978	213 432 976,00
1957.....	892	247 422 597,00

FONTE. Seção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.



Vista da entrada para o Passeio Público Municipal

BANCOS E CASAS BANCÁRIAS — I — Número de estabelecimentos — 1957:

ESPECIFICAÇÃO	RESULTADOS
Matrizes.....	4
Agências.....	25

II — Compensação de cheques nos anos:

ANOS	CHEQUES COMPENSADOS	
	Número	Valor (Cr\$ 1 000 000)
1954.....	223 202	10 112
1955.....	273 662	13 310
1956.....	356 636	19 349

FONTES: Seção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná. Anuário Estatístico do Brasil — 1957.

Caixas Econômicas — 1956:

ESPECIFICAÇÃO		DADOS NUMÉRICOS
Caixa Econômica Federal	Matriz.....	1
	Agências Metropolitanas.....	6
Caixa Econômica Estadual	Matriz.....	—
	Agências Metropolitanas.....	—

FONTE: Seção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná

COMÉRCIO — Movimento da exportação, pelo município, em 1956:

PRODUTOS	PÊSO (kg)	VALOR (Cr\$ 1 000)
Pinho compensado.....	14 647 123	111 512 966
Cola de origem animal.....	3 323 426	100 031 685
Manufaturas de peles e couros.....	483 738	93 956 786
Pinho.....	21 001 905	69 392 946
Cerveja.....	4 488 280	58 889 751
Laminados de madeira.....	4 360 269	58 184 609
Fósforos.....	1 886 460	52 844 015
Formol.....	2 792 073	45 102 159
Couros de caprinos preparados ou curtidos.....	215 149	36 439 268
Feijão.....	4 087 442	33 337 823
Obras impressas.....	400 038	27 595 651
Artefatos de madeira para decoração e ornamentação.....	165 202	26 827 156
Caixas de madeira para embalagem.....	5 101 072	25 762 184
Manufaturas de madeira.....	490 653	24 715 989
Erva-mate beneficiada.....	1 346 467	23 822 414
Fitas de rayon.....	31 097	21 328 593
Artigos manufaturados diversos.....	1 089 017	20 563 980
Arroz sem casca.....	1 513 853	19 278 809
Resina de pinho.....	243 756	17 640 360
Decalcomanias.....	12 542	17 551 918
Artigos de vidro para uso doméstico.....	588 221	15 986 558
Tábuas serradas de pinho.....	4 951 901	15 809 969
Etiquetas impressas.....	217 492	15 534 409
Pianos.....	117 387	15 460 357
Velas de estearina.....	367 310	14 763 757
Perfumaria e cosméticos.....	40 790	14 527 633
Escovas para dentes.....	43 059	14 270 064
Couro de suíno preparado ou curtido.....	228 377	13 459 057
Café em grão.....	454 680	13 392 375
Tábuas serradas de imbuia.....	3 977 272	13 246 834
Roupa interior.....	16 918	12 979 526
Cedro compensado.....	1 068 595	12 461 495
Batata para alimentação.....	3 814 881	10 863 632
Artigos de ferro e aço fundidos.....	302 594	10 064 682
Aniagem de juta.....	207 733	10 046 673
Cal viva ou extinta.....	12 446 894	9 914 452
Imbuia compensada.....	916 618	9 528 729
Tábuas para assoalho e teto.....	1 707 004	9 337 063
Janelas e portas de madeira.....	706 412	9 131 342
Madeiras compensadas.....	1 044 855	8 950 719
Artigos de louça para uso doméstico.....	458 818	8 876 548
Resina.....	157 682	8 393 869
Produtos para embelezamento.....	23 059	8 353 440
Biscoitos e bolachas.....	323 438	8 201 021
Artigos de fôlhas-de-flandres.....	237 761	7 887 192
Mármore.....	623 967	7 743 629
Laminado de pinho.....	1 726 894	7 736 311
Pregos de ferro e aço.....	364 275	7 508 746
Milho.....	2 194 059	7 199 114
Sacos de juta para embalagem.....	137 285	6 907 976
Refrigerantes.....	937 605	6 882 179
Vernizes.....	76 316	6 816 297
Correias de movimentos para máquinas.....	54 436	6 179 903
Sabão mole de potassa.....	445 898	6 152 894
Bombas para líquidos.....	191 838	5 780 345
Solas de couro.....	116 400	5 779 318
Chocolate.....	57 418	5 630 943
Sacos de papel para embalagem.....	157 886	5 111 366
Telhas para capotes e ventiladores.....	5 291 932	5 073 990
Cadargos e alásticos.....	9 181	5 033 696
TOTAL GERAL.....	140 148 579	1 617 286 432

CONSUMO — Custo da vida — 1954-1956 — 1. Gêneros alimentícios:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PREÇOS MÉDIOS (Cr\$)		
		1954	1955	1956
Açúcar.....	kg	7,20	8,80	12,30
Arroz.....	>	15,80	13,80	16,00
Banha.....	>	36,00	39,70	45,00
Batata-doce.....	>	4,80	5,00	5,40
Batata-inglesa.....	>	6,40	6,80	6,50
Café em pó (tipo médio).....	>	46,90	50,00	50,00
Carne de vaca (de 1.ª).....	>	24,80	33,50	36,00
Carne de vaca (de 2.ª).....	>	16,50	23,30	30,00
Carne de porco.....	>	29,50	39,60	44,20
Carne-seca.....	>	33,80	39,50	49,50
Farinha de mandioca.....	>	6,10	5,70	7,00
Farinha de milho.....	>	6,20	6,70	10,00
Feijão.....	>	4,70	11,80	14,20
Galinha ou frango.....	cabeça	43,90	55,80	60,70
Leite.....	litro	5,60	6,80	8,30
Manteiga.....	kg	75,90	100,80	112,00
Ovos.....	dúzia	20,00	30,50	30,80
Pão de trigo.....	kg	7,80	8,30	13,70
Peixe fresco.....	>	24,70	25,00	25,40
Peixe salgado (bacalhau).....	>	>	>	61,40
Toucinho.....	>	35,80	41,20	46,80
Pato.....	cabeça	55,90	73,90	80,00
Abacaxi (tamanho médio).....	um	8,10	11,10	10,00
Banana.....	dúzia	2,80	3,30	5,60
Laranja.....	>	8,70	20,00	21,00
Mamão.....	um	7,90	9,00	10,00
Abóbora.....	kg	4,30	5,00	5,50
Aipim ou mandioca.....	>	4,30	5,00	5,20
Alface.....	molho	2,80	3,20	3,00
Cenoura.....	kg	3,40	7,70	8,00
Couve.....	molho	2,30	2,60	3,00
Espinafre.....	>	2,20	2,70	3,00
Favas.....	kg	>	>	>
Maxixe.....	>	>	16,90	20,00

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PREÇOS MÉDIOS (Cr\$)		
		1954	1955	1956
Milho verde.....	espiga	1,50	2,50	2,00
Quiabo.....	kg	30,10	30,00	30,00
Repólho.....	>	3,70	6,10	8,00
Chuchu.....	>	5,40	12,40	14,00
Alcool 36°.....	litro	9,50	12,00	13,70
Gás (engarrafado).....	kg	>	>	13,00
Eleticidade para iluminação.....	kwh	0,80	1,00	1,30
Querosene.....	litro	3,60	3,10	3,60
Carvão vegetal.....	kg	4,80	5,00	5,00
Lenha bruta.....	m³	70,00	79,60	93,40
Óleo combustível (diesel).....	litro	1,30	1,80	2,20

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná

II — Vestuário — 1. Tecidos

ESPECIFICAÇÃO	LARGURA (cm)	PREÇOS MÉDIOS (Cr\$/metro)		
		1954	1955	1956
<i>Tecidos de algodão</i>				
Voile estampado.....	70	21,75	25,00	42,50
Voile liso.....	70	25,00	30,00	32,50
Lino estampado.....	70	14,25	22,50	29,50
Linon liso.....	70	12,25	16,25	23,75
Tricoline de algodão.....	80	38,75	40,00	42,50
Brim cáqui.....	70	40,00	48,75	55,00
Brim zuarte.....	70	30,00	37,50	41,50
Morim para lençol.....	85	24,25	31,25	35,00
<i>Tecidos rayon</i>				
Sêda lisa.....	80	47,50	60,00	62,50
Sêda estampada.....	80	50,00	62,80	72,50
<i>Tecidos de lã</i>				
Casemira nacional.....	70	210,00	230,00	287,50
Casemira nacional.....	70	20,00	30,00	33,75

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná

2. Calçados, roupa de cama e mesa, tinturaria, confecção e variedade:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PREÇOS MÉDIOS (Cr\$)		
		1954	1955	1956
<i>Calçado</i>				
Sapato para senhora.....	par	162,50	200,00	225,00
Sapato para homem.....	>	265,00	397,50	387,50
Sapato para criança.....	>	57,50	91,25	85,75
Chinelos.....	>	32,50	60,00	60,00
<i>Meia</i>				
Meias para senhora.....	par	77,50	77,50	80,00
Meias para homem.....	>	32,50	40,00	55,00
Meias para criança.....	>	20,00	25,00	26,25
<i>Roupa de cama e mesa</i>				
Toalha de rosto.....	uma	32,50	46,25	50,00
Toalha de banho.....	>	92,50	100,00	100,00
Toalha de mesa.....	>	120,00	127,50	150,00
Colcha de algodão para solteiro.....	>	80,00	85,00	157,50
Colcha de algodão para casal.....	>	187,30	200,00	245,00
<i>Lavagem de roupa</i>				
Terno de casemira.....	um	32,50	40,00	42,50
Terno de brim.....	>	27,50	30,00	37,50
Vestido.....	>	25,00	38,75	42,50
<i>Confecções.</i>				
Terno de casemira.....	um	935,00	1 000,00	1 250,00
Feito de terno de brim.....	>	200,00	358,00	525,00
Feito de vestido.....	>	150,00	200,00	200,00
<i>Variedades</i>				
Lenço.....	dúzia	135,00	147,50	157,50
Gravata.....	uma	55,00	82,50	90,00
Cinto.....	um	65,00	80,00	100,00
Suspensório.....	>	80,00	80,00	80,00

III — Higiene:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PREÇOS MÉDIOS (Cr\$)		
		1954	1955	1956
Escôva de dentes.....	uma	8,75	17,00	20,00
Lâminas "Gillete".....	1/2 dúzia	8,50	12,00	10,00
Pente para homem "Fanabor".....	um	4,00	12,00	6,50
Talco "Ross".....	lata	9,75	11,00	15,70
Pasta "Kolyos".....	tubo	6,25	7,00	7,70
Sabonete "Lever" e "Gessy".....	caixa	8,75	19,00	23,00
Pó de arroz "Royal".....	>	7,75	25,00	30,00
Água-de-colônia "Regina".....	vidro	15,50	53,00	85,00
Fixador de cabelo "Bylcreen".....	>	15,50	16,00	20,00
Carmim (rouge) "Gessy".....	caixa	12,00	11,00	15,50
Baton.....	um	10,75	15,00	20,00
Sabão.....	kg	—	—	—
Barba (simples).....	uma	5,00	6,70	7,70
Cabelo (simples).....	corte	11,00	17,50	20,00
Engraxate (menos a côr branca).....	um	4,75	5,00	5,00

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

IV — Assistência médica, dentária e farmacêutica:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	PREÇOS MÉDIOS (Cr\$)			
		1954	1955	1956	
<i>Assistência</i>					
Médico (consulta no consultório).....	uma	112,00	122,00	148,00	
Dentista.....	>	Obturação.....	63,20	80,00	100,00
		Extração.....	50,00	85,00	100,00
<i>Farmácia</i>					
Algodão hidrófilo.....	100 g	7,67	11,30	9,88	
Antigripais.....	ampola	5,00	5,30	8,00	
Xarope contra a tosse.....	vidro	8,00	12,00	14,25	
Comprimidos.....	envelope	1,00	1,50	1,80	
Magnésia "Philipps" e "Murray".....	vidro	12,40	14,00	15,00	
Tintura de Iôdo.....	25 g	4,00	6,20	8,50	
Purgativo.....	vidro	8,00	8,00	10,00	
Reconstituente.....		24,00	36,50	46,20	

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

MELHORAMENTOS URBANOS — I — Logradouros Públicos — 1954:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS	
Segundo a espécie.....	Avenidas e alamedas.....	31
	Ruas.....	457
	Travessas e becos.....	25
	Largos e praças.....	33
	Estradas e caminhos.....	21
	Jardins e parques.....	1
TOTAL.....	568	
Segundo o tipo de revestimento.....	De asfalto e concreto.....	89
	De paralelepípedo.....	182
	De macadame simples ou betuminoso.....	297
	TOTAL.....	568
Semente arborizados.....	Avenidas e alamedas.....	8
	Ruas.....	22
	Largos e praças.....	5
	Outros.....	1
	TOTAL.....	36
Semente ajardinados.....	Largos e praças.....	2
	Outros.....	—
TOTAL.....	2	
Arborizados e ajardinados.....	Largos e praças.....	14
	Outros.....	—
	TOTAL.....	14

FONTE: Secção de Estatística da Capital da Inspetoria Regional.

II — Iluminação pública e domiciliária — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS	
Ano de inauguração.....	1 892	
Número de ligações elétricas.....	Residenciais.....	38 935
	Comerciais.....	7 179
	Industriais.....	752
	Governo Municipal.....	25
	Governos Estadual e Federal.....	369
	Outras.....	5
TOTAL.....	47 265	
Logradouros públicos servidos.....	Em toda a extensão.....	122
	Parcialmente.....	198
	TOTAL.....	310
Consumo total de energia (kwh).....	Para iluminação pública.....	23 509 281
	Para iluminação particular.....	77 208 857
	TOTAL.....	124 770 844

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

III — Água e esgotos — 1956

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS	
<i>Abastecimento de água canalizada</i>		
Mananciais captados.....	Número.....	1
	Capacidade m ³ em 24 horas.....	45 000
Extensão das linhas adutoras (m).....		12 350
Estações elevatórias.....	Número.....	4
	Capacidade horária de elevação (m ³).....	1 800
	Potência total das máquinas (c.v.).....	
Reservatórios.....	Número.....	3
	Capacidade total (m ³).....	20 000
Rêdes distribuidoras.....	Extensão total (m).....	350 171,35
	Hidrômetros.....	10 500
	Penas d'água.....	3 000
	Ligações livres.....	11 060
	Bicas, torneiras ou chafarizes públicos.....	86
	Registros para extinção de incêndios.....	400
Ligações (prédios ou domicílios).....	23 621	
<i>Esgotos sanitários</i>		
Extensão total.....	Da rede (m).....	195 737,51
	Do emissário (m).....	2 800
Número total.....	Tanques fluxíveis.....	39
	Poços de inspeção.....	2 500
Prédios esgotados.....	Por fossas.....	8 504
	Pela rede.....	15 101
Logradouros servidos.....	Em toda a extensão.....	160
	Parcialmente dotados.....	70

FONTE: Secção de Estatística da I.R. do Paraná.

IV — Área pavimentada, na sede municipal — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA (m ²)	PERCENTAGEM
Paralelepípedos.....	265 848	11,04
Asfalto.....	125 853	5,23
Concreto asfáltico.....	624 788	25,97
Macadame.....	1 367 940	56,87
Recalçamento.....	21 499	0,89
TOTAL.....	2 405 928	100,00

TÍTULOS PROTESTADOS NO MUNICÍPIO — 1953 a 1957:

ANOS	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
1953.....	3 707	31 436 136,00
1954.....	4 986	39 956 774,20
1955.....	2 986	47 556 320,30
1956.....	2 986	47 556 320,30
1957.....	5 179	65 681 165,60

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

SINISTROS E ACIDENTES — Incêndios ocorridos na capital — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS	
Segundo a natureza dos bens sinistrados.....	Estabelecimentos comerciais.....	25
	Estabelecimentos industriais.....	6
	Residências.....	48
	Edifícios públicos.....	7
	Outros.....	—
TOTAL.....	119	
Segundo a extensão dos sinistros.....	Total.....	5
	Parcial.....	114
	TOTAL GERAL.....	119

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Casas de saúde, hospitais e sanatórios — Estabelecimentos segundo a finalidade, total de leitos, corpo clínico e auxiliar — 1956:

DESIGNAÇÃO	ENDEREÇO	FINALIDADE	TOTAL DE LEITOS	CORPO CLÍNICO E AUXILIAR		
				Médicos	Enfermeiros e auxiliares	
					Diplo- mados	Não diplo- mados
1. Casa de Saúde São Vicente.....	Av. Dr. Vicente Machado, 401	Clínica médica, maternidade cirurgia	77	29	—	16
2. Casa de Saúde Dr. Moisés Paciornik..	R. Lourenço Pinto, 83	Cirurgia geral e obstétrica	56	17	1	8
3. Casa de Saúde Dr. Antonio Amarantes	R. Marechal Floriano, 2238	Cirurgia e obstetrícia	16	1	—	2
4. Casa de Saúde Nossa Senhora do Rosário	R. Conselheiro Laurindo, 540	Clínica geral	24	6	3	3
5. Casa de Saúde Nossa Senhora da Glória	Av. Munhoz da Rocha, 1247	Neurologia, fisioterapia	38	3	1	6
6. Casa de Saúde São Francisco.....	R. São Francisco, 147	Obstetrícia, cirurgia, traumatologia	34	4	1	4
7. Clínica Nossa Senhora de Fátima.....	Av. República Argentina, 2546	Fisioterapia, clínica médica	17	1	—	3
8. Casa Maternal.....	R. Angelo Sampaio, 1 357	Pediatria pré-natal	17	1	—	1
9. Clínica Dr. Hamilton de Azevedo.....	Av. Vicente Machado, 60	Cirurgia geral, clínica médica	21	4	1	6
10. Asilo São Vicente de Paula.....	R. Barão Campos Gerais	Clínica médica	40	3	2	2
11. Hospital Oswaldo Cruz.....	R. Ubaldino do Amaral, 205	Doenças contagiosas	150	6	—	3
12. Hospital Psiquiátrico N. S. da Luz....	R. Marechal Floriano, s/nº	Psiquiatria	764	10	—	6
13. Hospital São Lucas.....	Av. João Gualberto, 1946	Cirurgia, clínica geral	92	25	1	85
14. Hospital Nossa Senhora das Graças....	Rua Jaguariaíva, 59	Clínica médica, cirurgia, pediatria, obstetrícia	114	23	3	25
15. Hospital da Cruz Vermelha Brasileira..	Av. Vicente Machado, 1326	Clínica médica, cirurgia, traumatologia	108	22	—	6
16. Hospital de Crianças César Pernetá..	Av. Silva Jardim, 1936	Pediatria, cirurgia	120	17	—	30
17. Hospital Victor do Amaral.....	Av. Iguacu, 1953	Ginecologia, obstetrícia	90	24	4	20
18. Hospital Sanatório São Carlos.....	Jardim das Américas	Cirurgia, tuberculose	117	4	1	1
19. Hospital da Polícia Militar do Estado..	R. Marechal Floriano, 1342	Clínica geral	17	6	3	3
20. Hospital de Caridade (Santa Casa de Misericórdia).....	Praça Ruy Barbosa, 694	Clínica médica, cirurgia	390	60	7	45
21. Instituto de Medicina e Cirurgia do Pr.	R. Ubaldino Amaral, 550	Cirurgia, obstetrícia, cancerologia, ortopedia	90	16	—	23
22. Sanatório Médico-Cirúrgico do Portão..	Av. República Argentina, 4406	Cirurgia, clínica fisiológica, endoscopia-peroral	216	15	2	36
23. Sanatório Bom Retiro.....	R. Nilo Peçanha, 1 552	Doenças nervosas e mentais	113	3	—	9

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

II — Assistência hospitalar e serviços de saúde — 1956 — Quadro resumo:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
<i>Estabelecimentos com internamento</i>	
Segundo a entidade mantenedora	
Oficial.....	5
Particular.....	16
TOTAL.....	21
Segundo a finalidade da especialização	
Geral.....	11
Tuberculose.....	2
Lepra.....	—
Psiquiatria.....	3
Pediatria.....	1
Maternidade.....	2
Outras especialidades.....	2
Possuindo.....	
Ambulatório.....	7
Lactário.....	2
Farmácia.....	13
Laboratório.....	9
Gabinete dentário.....	9
Número de leitos.....	
Oficiais.....	1 842
Particulares.....	530
TOTAL.....	2 372
<i>Estabelecimentos sem internamento</i>	
Segundo a entidade mantenedora	
Oficial.....	32
Particular.....	14
TOTAL.....	46
Segundo as atividades assistenciais	
Infantis.....	18
Assistência médica geral.....	28
Possuindo.....	
Laboratórios.....	14
Lactários.....	17
Farmácia.....	19
Raios X.....	9

FONTE: Departamento Estadual de Estatística.

CADASTRO PROFISSIONAL — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Advogados.....	807
Engenheiros.....	515
Agônimos.....	60
Dentistas.....	380
Farmacêuticos.....	96
Médicos.....	496
Veterinários.....	35
Pessoal auxiliar de saúde.....	—

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

COOPERATIVISMO — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número de cooperativas.....	9
Número de sócios.....	8 010
Capital (Cr\$).....	
Subscrito.....	18 121 680,00
Realizado.....	13 876 340,00
Valores patrimoniais (Cr\$).....	22 729 041,00
Valor dos serviços executados (Cr\$).....	135 765 866,00

ASSOCIAÇÕES DE CARIDADE — Número de entidades, associados e de pessoas beneficiadas — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número.....	24
Número de associados.....	27 880
Pessoas beneficiadas.....	972 272
Valor dos benefícios prestados (Cr\$).....	8 793 714,90

FONTES: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

ASILOS E RECOLHIMENTOS — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS	
TOTAL.....	16	
Número de estabelecimentos	Segundo o principal fim	
	Para órfãos.....	4
	Para menores desamparados	3
	Para velhice desamparada	1
	Mistos.....	4
Outros.....	4	
Segundo o sexo dos internados	Masculino.....	6
	Feminino.....	3
	Ambos os sexos.....	7
Segundo a idade dos internados	Adultos.....	6
	Adolescentes e crianças.....	5
	Todas as idades.....	5
Internados em 31-XII-1956.....	3 592	

ASSOCIAÇÕES DE BENEFICÊNCIA MUTUÁRIA —
Número de entidades, associados e benefícios prestados —
1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número de entidades.....	86
Número de associados.....	125 547
Total de benefícios prestados.....	10 843
Valor dos benefícios (Cr\$).....	20 211 250,00

FONTES: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

EDUCAÇÃO — I — Ensino primário geral — Unidades escolares, corpo docente e matrícula inicial — 1957:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Unidades escolares.....	28
Grupos escolares.....	28
Escolas isoladas.....	93
TOTAL.....	121
Segundo a dependência administrativa.....	95
Estadual.....	95
Municipal.....	—
Particular.....	26
TOTAL.....	121
Número de professores.....	355
Com regência de classe.....	355
Normalistas.....	195
Não normalistas.....	160
Auxiliares.....	355
Normalistas.....	82
Não normalistas.....	273
Matrícula no fim do 1.º mês do ano letivo.....	9 890
Na 1.ª série.....	9 890
Na 2.ª série.....	6 815
Na 3.ª série.....	5 396
Na 4.ª série.....	4 320
TOTAL.....	26 421

FONTE: Departamento Estadual de Estatística.

II — Ensino médio — Unidades escolares, professores, matrícula inicial e conclusões de cursos — 1955-1956:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES ESCOLARES	NÚMERO DE PROFESSORES		MATRÍCULA INICIAL		CONCLUSÕES DE CURSOS EM 1955	
		Ho-mens	Mu-lheres	Ho-mens	Mu-lheres	Ho-mens	Mu-lheres
Ensino Ginásial.....	17	253	211	5 571	3 785	694	595
Ensino Colegial.....	14	226	76	2 246	557	591	120
Ensino Comercial.....	9	107	17	1 461	449	316	93
Ensino Normal.....	5	16	67	3	615	1	216
Ensino Industrial.....	12	245	27	275	79	16	4
TOTAL.....	57	847	398	9 556	5 485	1 618	1 028

FONTE: Departamento Estadual de Estatística.

III — Radiodifusão — Emissoras — 1956:

DESIGNAÇÃO DA EMISSORA	PREFIXO	FRE-QUÊNCIA (kc/s)	FAIXA DE ONDAS	DATA DA PRIMEIRA EMISSÃO	DISTÂNCIA MAIS LONGINQUA EM QUE FOI OUVIDA	NÚMERO DE HORAS DE IRRADIAÇÃO DURANTE O ANO	
						Idioma	
						Nacional	Estrangeiro
1. Rádio Clube Paranaense Ltda.....	P.R.B.-2 Z.Y.S. 35 Z.Y.S. 33	1 440	Longas Médias Curtas	1924 1954 1954	Inglaterra	6 150	420
2. Rádio Guairacá Ltda.....	Z.Y.M.-5	560	Longas	1946	Paraguai	6 452	68
3. Rádio Curitiba Ltda.....	Z.Y.S. 47	640	Longas	1955	Rio Grande do Sul	6 147	24
4. Rádio Colombo.....	Z.Y.S. 42	1 010	Longas	1955	Argentina	6 897	—
5. Rádio Marumbi Ltda.....	Z.Y.G. 8 Z.Y.S. 32	730 103	Longas Curtas	1946 1946	São Paulo São Paulo	6 431	53
6. Rádio Tingui.....	Z.Y.S. 46	1 390	Longas	1955	—	6 000	120
7. Rádio Cultura do Paraná.....	S.Y.S. 25	930	Longas	1952	Minas Gerais	6 155	180
8. Rádio Difusora Ouro Verde.....	Z.Y.S. 50	590	Longas	1956	Ponta Grossa	5 548	2
9. Rádio Emissora Paranaense Ltda.....	Z.Y.Z. 9 Z.Y.S. 30 Z.Y.S. 43	1 210 923 9 545	Longas Médias Curtas	1950 1953 1955	Japão, Suécia Japão, Suécia Japão, Suécia	6 743 6 743 6 743	— — —

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — I — Bibliotecas públicas e semipúblicas:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número de bibliotecas.....	43
Número de volumes.....	239 729

II — Diversões públicas — 1. Cinemas e cine-teatros:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número de empresas existentes.....	7
Número de cinemas e cine-teatros existentes.....	15
Número de sessões realizadas.....	12 800
Capacidade total.....	15 082
Número total de espectadores.....	5 733 973

2. Teatros:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número de empresas existentes.....	1
Número de teatros existentes.....	1
Número de sessões realizadas.....	241
Número total de espectadores.....	72 300

FONTE: Secção de Estatística da Capital — I.R. do Paraná

II — Associações culturais — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número de associações destinadas a cultura.....	3
Artística.....	3
Científica.....	8
Física.....	84
Literárias.....	4
Recreativa.....	10
Outras.....	4
TOTAL.....	113
Número de associados.....	940
Artística.....	1 396
Científica.....	44 472
Física.....	871
Literárias.....	9 214
Recreativa.....	426
Outras.....	—
TOTAL.....	57 319

FONTE: Secção de Estatística da Capital, da I.R. do Paraná

IV — *Imprensa periódica* — Discriminação segundo os característicos — 1956:

ESPECIFICAÇÃO		QUAN- TIDADE	TIRAGEM MÉDIA POR EDIÇÃO
Periódicos arrolados	Diários	Matutinos.....	5 8 800
		Vespertinos.....	3 5 830
		SOMA.....	8 14 630
	Jornais	Semanários.....	3 5 500
		Quinzenários.....	2 2 250
		Mensários.....	2 2 250
	SUBTOTAL.....		5 7 750
	Revistas	Semanários.....	— —
		Quinzenários.....	— —
		Mensários.....	6 2 504
SUBTOTAL.....		6 2 504	
Anuários.....	4 3 250	4 3 250	
TOTAL.....		23 28 134	

FONTE: Secção de Estatística da Capital — I.R. do Paraná

V — *Difusão bibliográfica* — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número de tipografias.....	64
Número de livrarias.....	22

VI — *Excursionismo* — meios de hospedagem — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
<i>Hotéis</i>	
Número.....	58
Capacidade (número de hóspedes).....	3 281
Diária mais comum em hotel de nível médio (Cr\$).....	180,00
<i>Pensões</i>	
Número.....	46
Capacidade (número de hóspedes).....	1 197
Mensalidade mais comum (Cr\$).....	2 000,00

VII — *Praça de esportes* — 1956:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número.....	40
Destinadas a vólibol.....	1
Destinadas a basquetebol e vólibol.....	12
Destinadas a futebol.....	5
Destinadas a vólibol, basquetebol e futebol.....	15
Destinadas a outros esportes.....	7

FONTE: Secção de Estatística da Capital da I.R. do Paraná.

VIII — *Certames culturais* — 1956 — Conferências, Congressos e Exposições:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Conferências realizadas.....	26
Congressos.....	—
Exposições artísticas.....	3

FONTES: Anuário Estatístico do Brasil — 1957.

FINANÇAS PÚBLICAS — I — *Receita arrecadada federal, estadual e municipal, e despesa realizada pelo município, na capital* — 1950-1957:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr\$)				DESPESAS REALIZADAS NO MUNICÍPIO
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.....	162 693 528,30	233 178 037,60	41 428 771,40	29 277 662,30	66 898 133,40
1951.....	225 500 222,60	249 023 215,60	43 909 871,20	31 104 144,20	63 736 893,40
1952.....	299 872 954,30	208 119 449,10	70 505 341,70	52 167 105,70	105 981 975,20
1953.....	376 521 319,40	253 765 973,70	103 932 976,40	68 589 867,50	161 963 615,30
1954.....	433 926 753,00	314 100 752,50	110 886 569,10	80 859 557,70	171 167 151,30
1955.....	551 734 163,80	388 533 316,20	140 261 290,10	102 971 515,40	178 715 992,90
1956.....	790 933 624,20	438 677 569,80	180 535 881,00	122 239 006,20	206 552 299,00
1957.....	906 190 234,40	693 857 712,10	227 134 584,00	177 468 506,80	261 887 724,80

II — *Receita municipal arrecadada segundo a natureza* — 1954-1956:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (Cr\$)					
	1954	1955	1956			
	Renda Ordinária	Tributária	Territorial urbano.....	6 902 207,30	8 119 872,70	10 672 532,30
Predial urbano.....			36 453 929,10	48 000 659,00	53 823 299,90	
Indústrias e Profissões.....			10 589 136,20	14 004 615,20	18 146 740,20	
Licença.....			3 616 030,50	3 549 588,70	3 581 737,60	
Dívida Pública.....			2 618 802,20	3 657 810,90	5 192 325,90	
Atos da Economia do Município e Atos regulados por lei.....			10 910 475,40	12 454 203,90	15 887 480,20	
SUBTOTAL.....			71 090 580,70	89 786 750,40	107 304 116,10	
Taxas			Emolumentos.....	3 188 656,20	3 113 336,80	3 626 371,70
			Viação.....	10 903 952,30	12 344 031,30	13 814 568,50
			Limpeza.....	3 933 091,40	5 093 512,90	5 687 569,00
	Fiscalização e Serviços Diversos.....	4 384 279,60	4 078 779,80	4 156 624,80		
	Assistência e Segurança Social.....	1 281 068,60	1 477 997,30	1 602 567,40		
SUBTOTAL.....		23 691 048,10	26 107 658,10	28 887 701,40		
TOTAL DA RENDA TRIBUTÁRIA.....		94 781 628,80	115 894 408,50	136 191 817,50		
Renda Patrimonial.....	1 836 469,70	1 560 700,70	1 114 088,50			
Renda Industrial.....	8 080,00	24 409,40	89 510,50			
Transferência de Contas Correntes.....	900 000,00	412 073,90	4 824 745,10			
Rendas Diversas.....	9 944 390,60	20 583 697,60	37 836 719,40			
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES.....		107 470 526,10	138 475 290,10	180 056 881,00		
Renda Extraordinária.....	3 416 000,00	1 786 000,00	479 000,00			
TOTAL GERAL.....		110 886 569,10	140 261 290,10	185 535 881,00		

III — Arrecadação do Imposto de Vendas e Contribuições — 1953-1957:

ANOS	ARRECAÇÃO (Cr\$)
1953.....	183 776 780,83
1954.....	220 921 434,10
1955.....	290 251 731,20
1956.....	371 811 775,20
1957.....	427 662 013,60

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA — Eleições para vereadores à Câmara Municipal realizadas em 1956:

LEGENDAS	VOTOS APURADOS	VEREADORES ELEITOS
Partido Social Progressista.....	8 002	3
Partido Libertador.....	3 927	1
Partido Republicano Trabalhista.....	4 338	1
Partido Trabalhista Nacional.....	3 409	—
Partido Socialista Brasileiro.....	1 159	—
Partido Social Trabalhista.....	3 269	—
União Democrática Nacional.....	7 062	3
Partido Social Democrático.....	10 088	4
Partido Republicano.....	8 701	3
Partido Democrata Cristão.....	6 755	2
Partido de Representação Popular.....	3 581	—
Partido Trabalhista Brasileiro.....	9 292	3
TOTAL.....	69 583	20

Resultados das eleições para Prefeito Municipal da Capital realizadas em 1955:

CANDIDATOS	PARTIDO QUE REPRESENTAVA	VOTOS APURADOS	
		Números absolutos	% sobre o total
Ney Amintas de Barros Braga.....	PR	18 327	29,94
Wallace Tadeu de Mello e Silva.....	PST	11 576	18,93
Alfredo Pinheiro Júnior.....	PSD	11 070	18,09
Estêvão Ribeiro de Souza Neto.....	PTB	8 007	13,09
Amâncio Moro.....	PL	5 213	8,55
João Cid Portugal Macedo.....	PDC	4 567	7,48
Roberto Barrozo.....	PTN	1 307	2,13
Manoel Aranha.....	UDN	1 101	1,79
TOTAL.....	—	61 168	100,00

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Além dos cursos d'água, que banham o município, Curitiba é quase destituída de acidentes geográficos.

São os seguintes os acidentes geográficos existentes no município de Curitiba:

Rio Iguaçu — Nasce no território municipal, na divisa de Curitiba com São José dos Pinhais, na confluência dos rios Atuba e Irati. Corre, dentro do município, onde percorre, aproximadamente, 55 quilômetros. É o rio de maior extensão no Estado do Paraná. A 20 quilômetros de sua foz com o rio Paraná estão localizadas as famosas Cataratas de Santa Maria.

Rio Atuba — Corre em direção N.S. Nasce no lugar denominado Atuba. Não é navegável. É um dos formadores do rio Iguaçu.

Rio Passaúna — Nasce no distrito de Santa Felicidade, percorre este distrito e o de Campo Comprido. Não é navegável, correndo em direção N.S. Este curso d'água é aproveitado, nalguns trechos, mediante barragens e canais, para pequenas indústrias: fábricas de banha, olarias, moinhos de cereais etc.

Rio Barigui — Banha todos os distritos do município de Curitiba. Corre em direção N.S. É aproveitado, em

certos trechos, mediante barragens e canais, para pequenas indústrias, tais como, fábricas de banha, olarias, curtumes, moinhos de cereais etc.

Rio Belém — Banha o distrito e a cidade de Curitiba. É canalizado, parcialmente, dentro do quadro urbano. Utilizado para embelezamento do Passeio Público, um dos principais logradouros públicos da capital. Não é rio navegável.

Rio Ivo — Banha o distrito e a cidade de Curitiba, sendo o grande responsável pelas freqüentes inundações da cidade. É canalizado, parcialmente, dentro do quadro urbano. Deságua no rio Belém, que, por sua vez, é afluente da margem direita do Iguaçu. Não é navegável.

Rio Bacacheri — É um dos afluentes da margem direita do rio Iguaçu. Corre na direção N.S. O curso deste rio é aproveitado, em parte, mediante barragens e canais, para pequenas indústrias. Não é navegável.

Rio Água Verde — Nasce nas proximidades da Avenida 7 de Setembro. Corre em direção O.S., não sendo rio navegável, dada a sua pouca profundidade e extensão.

Rio Juvevê — Nasce nas proximidades da Penitenciária Central do Estado, na Avenida Anita Garibaldi, no bairro do Aú de Cima. Corre na direção N.S., desaguardo no rio Belém.

Rio Bigorriho — Tem sua nascente no término da Rua D. Júlia Wanderley, no alto das Mercês, e corre em direção N.O. — S. Deságua no rio Ivo.

Tanque do Bacacheri — Está situado no bairro do Bacacheri, a quatro quilômetros do centro da cidade. Serve de balneário com organização incipiente e rudimentar. O tanque é formado por barragens de dois ou três córregos.

Tanque do São Lourenço — Localizado no bairro de São Lourenço, na estrada da colônia Abranchas, a 6 quilômetros do centro da cidade. Serve de balneário e possui instalações rudimentares e grosseiras.

Tanque do Glaser — Situado a 11 quilômetros da cidade. Serve de balneário, contando com instalações rudimentares.

Cachoeira sem denominação — Localizada no rio Iguaçu, na divisa do distrito de Umbará, município de Curitiba com o de São José dos Pinhais. O terreno é de propriedade do Sr. Inácio Elias, residente em Ganchinhos, distrito de Umbará, município de Curitiba. A cachoeira tem a altura aproximada de 3 metros, sendo desconhecida a sua potência.

Cascatinha — Situada na estrada de Curitiba—Santa Felicidade, a 4 quilômetros, aproximadamente da sede municipal. Serve de balneário e é um agradável objetivo de turismo.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Curitiba é rico em produtos de origem mineral. Suas riquezas naturais de maior importância são: água mineral de que possui fontes no bairro do Aú de Baixo e no das Mercês; areia para construção, pedra britada e para construção, pedra bruta, saibro, macadame, lenha e diversos outros.

Existem em Curitiba importantes fábricas de manilhas de barro, louça e cerâmica, tinta em pó, caolin, quartzo, talco, ladrilhos, calcários, artefatos de cimento etc.

A produção de madeira, outrora, de notável importância econômica para o município, vem diminuindo com o passar dos anos, em virtude da exploração em alta escala medida que vai ocasionando o desaparecimento das florestas ao redor da cidade e das sedes distritais.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Além da sede municipal, Curitiba possui, atualmente, quatro distritos administrativos, cujas sedes são aglomerações urbanas: Campo Comprido, Santa Felicidade, Tatuquara e Umbará. As sedes distritais são consideradas vilas, mas não têm governo próprio.

A última divisão territorial feita no município de Curitiba foi aprovada pelo Decreto-lei n.º 199, de 30 de dezembro de 1943, mas não incluiu o distrito administrativo de Tatuquara, que foi criado posteriormente.

Segundo os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população desses distritos era a seguinte: Campo Comprido, 2 783 habitantes; Santa Felicidade, 3 976 habitantes e Umbará, 2 363 habitantes. A população do distrito de Tatuquara foi incluída na do distrito de Umbará, ao qual pertencia antes de sua criação, e, à época do Censo Geral de 1950.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A cidade conta com elevado número de monumentos históricos e artísticos, comemorativos de acontecimentos e fatos notáveis, ou de homenagem a vultos ilustres, paranaenses ou nacionais, de real mérito e incontestável prestígio.

Com particularidades dignas de menção podem ser arroladas as *Ruínas de São Francisco* — localizadas no Alto de São Francisco, onde, no século passado, os Padres Capuchinhos iniciaram a construção das obras de uma capela dedicada a São Francisco das Chagas, não tendo sido concluídas essas obras. Curitiba figura entre as poucas e raras capitais brasileiras que não são servidas por empresas ou serviços de carris-urbanos.

Segundo a espécie, os monumentos históricos e artísticos existentes em Curitiba até dezembro de 1957, são os seguintes:

Estátuas — De Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, localizada na praça do mesmo nome, construída por iniciativa particular, em granito e bronze, e inaugurada em 21 de abril de 1927; do Marechal Floriano Peixoto, na praça Tiradentes, erguida por iniciativa oficial, em bronze e granito, e inaugurada no dia 19 de fevereiro de 1902; do Barão do Rio Branco, na praça Dr. Generoso Marques, construída em bronze e granito, por iniciativa do Governo do Estado, inaugurada a 10 de janeiro de 1912; de São Vicente de Paula, localizada no pátio do Asilo dos Velhos, à rua Barão dos Campos Gerais, em homenagem ao engenheiro Ademaro Lustosa, levantada em pedestal de granito, com inscrições em bronze e imagem de cimento, construída por iniciativa oficial e inaugurada a 30 de outubro de 1926. Mais tarde, em 1943, foi adicionada a estátua do engenheiro Ademaro Lustosa, em homenagem especial à sua memória. Estátua de Nossa

Senhora da Glória, localizada no Alto da Glória, bairro do Bacacheri, construída por iniciativa particular.

Monumentos — À República, situado na praça Tiradentes, construído em granito e bronze, por iniciativa do povo e do governo do Estado e inaugurado oficialmente em 15 de novembro de 1939. É uma das obras do escultor paranaense João Turin. A Santos Dumont, localizado na praça Santos Andrade, defronte da Universidade do Paraná, construído todo em bronze e granito, por Yolando Mallozi, escultor italiano, e inaugurado oficialmente a 10 de dezembro de 1936. Monumento a Ruy Barbosa, também situado na praça Santos Andrade, em frente da Universidade do Paraná, construído em granito e bronze e inaugurado oficialmente a 5 de novembro de 1937. Monumento ao Semeador, situado na praça Eufrásio Correia, ao lado do edifício da Assembléia Legislativa do Estado, construído por iniciativa da colônia polonesa (a quem representa homenagem) e inaugurado em janeiro de 1922. Monumento a Edmundo Sebastião Wos Saporski, pioneiro da colonização polonesa no Paraná. Foi inaugurado no dia 22 de agosto de 1953, por ocasião das solenidades comemorativas do I Centenário do Paraná. Monumento ao Presidente Getúlio Vargas, localizado na praça Tiradentes, construído em granito e bronze, por iniciativa popular, e inaugurado a 24 de agosto de 1957.

Hermas — Do Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, localizada na praça Zacarias, toda em bronze e granito, construída por iniciativa oficial e inaugurada a 19 de dezembro de 1908; de Emílio de Menezes, na praça General Osório, mandada construir por iniciativa oficial e inaugurada em janeiro de 1909; do Padre Ildefonso Correia, situada na praça Santos Andrade, inaugurada em 5 de novembro de 1917; de Domingos Nascimento, localizada na praça General Osório e inaugurada a 1.º de janeiro de 1915; de Emiliano Pernetta, situada na praça General Osório, construída de granito e bronze e inaugurada em 1921; de Carlos Gomes, na praça do mesmo nome, construída em bronze e granito, inaugurada em 26 de fevereiro de 1925; do Dr. André de Barros, localizada no pátio da Santa Casa de Misericórdia, na praça Ruy Barbosa, construída por iniciativa oficial, em bronze e granito; da Professora Júlia Wanderley da Costa, situada na praça Santos Andrade, inaugurada a 19 de dezembro de 1935; do Dr. Nilo Cairo, na praça Santos Andrade, em granito e bronze, inaugurada a 15 de novembro de 1937; do Dr. Victor do Amaral, localizada na praça Santos Andrade, em frente ao edifício da Universidade do Paraná, inaugurada a 19 de dezembro de 1937; do Monseñor Celso Itiberê da Cunha, situada na praça Garibaldi, inaugurada a 11 de setembro de 1942; do Barão do Sêro Azul, na praça Miguel Couto, construída por iniciativa do povo e do Governo, inaugurada em 1946; de Fido Fontana, localizada no Passeio Público; de Emiliano Pernetta, situada na "Ilha das Ilusões" (Passeio Público), com a presença do homenageado, onde Emiliano foi coroado "Príncipe dos Poetas Paranaenses"; de Manoel Ribas, no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (Vila dos Funcionários), inaugurada a 8 de março de 1946; ainda de Manoel Ribas, no "hall" do Colégio Estadual do Pa-

raná; do Dr. José Pereira dos Santos Andrade, localizada na praça do mesmo nome, inaugurada a 15 de junho de 1950; do maestro Raul Menssing, localizada na praça General Osório; do General Plínio Alves Monteiro Tourinho, na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, inaugurada a 19 de maio de 1951.

Placas — Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, situada na avenida 7 de Setembro, inaugurada no dia 7 de setembro de 1912; ao Dr. Teixeira Soares, na plataforma do edifício-sede da Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina, inaugurada no dia 5 de novembro de 1935; a André Rebouças, localizada na Avenida João Pessoa, inaugurada em 1938; comemorativa do Centenário de Carlos Gomes, na praça do mesmo nome, inaugurada em 1936; comemorativa do Bicentenário de Frei J. Marianno V. Vellozo, localizada no Passeio Público, inaugurada em 1941; a Santos Dumont, na praça Santos Andrade, inaugurada a 17 de julho de 1933; a Emiliano Pernetta, no Passeio Público (local onde o grande vate foi coroado “Príncipe dos Poetas Paranaenses”); no Laboratório Miguel Couto, situado na avenida 7 de Setembro, inaugurada a 13 de outubro de 1945; com a efígie de D. Pedro II, no Grupo Escolar D. Pedro II inaugurada a 24 de fevereiro de 1928; comemorativa do cinquentenário de fundação da Colônia Santa Felicidade, na Matriz de Santa Felicidade, construída em mármore e inaugurada a 5 de fevereiro de 1928; em homenagem a João Gualberto de Sá Filho, no Quartel da Polícia Militar do Estado, inaugurada a 11 de junho de 1938; em homenagem ao Coronel Dulcídio Pereira, inaugurada a 14 de abril de 1938; alusiva à inauguração do Quartel da Polícia Militar do Estado, no Quartel da referida Corporação, inaugurada a 11 de junho de 1938; de homenagem da Sociedade Beneficente União dos Chauffeurs à Diretoria Fundadora, pela comemoração do seu 25.º aniversário, na praça General Osório, inaugurada a 29 de setembro de 1942; comemorativa do lançamento da primeira pedra fundamental do Cemitério Municipal de Curitiba, localizada no Cemitério Municipal, inaugurada a 1.º de dezembro de 1854; em homenagem à Fôrça Expedicionária Brasileira, na data do seu regresso do “front” da Itália, na Plataforma da Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina, inaugurada em 1945; em homenagem ao historiador paranaense Alfredo Romário Martins — o “Príncipe dos Jornalistas do Paraná”, no local do seu nascimento, na rua Comendador Araújo, 338, oficialmente, a 10 de dezembro de 1942; em homenagem ao Visconde de Taunay, na praça Ruy Barbosa, 15 (parede externa do Colégio São José); em homenagem ao Dr. Garcês do Nascimento, no “hall” do Hospital de Crianças (avenida Silva Jardim), inaugurada a 30 de outubro de 1942; contendo o texto da carta de Getúlio Vargas, anexa à sua estátua, na praça Tiradentes; placa inaugural da rua Jerônimo Dursky, primeiro colono polonês chegado ao Paraná; comemorativa da inauguração do edifício da Biblioteca Pública do Paraná, inaugurada a 19 de dezembro de 1953; com a efígie do Prof. Fernando Moreira, colocada no ato da inauguração da avenida Professor Fernando Moreira.

Bustos — Comemorativo da Fundação de Curitiba, em bronze, inaugurado em 1942, na Praça Tiradentes; do Dr. Moreira Garcês, ex-Prefeito Municipal de Curitiba, localizado na avenida 7 de Setembro, construído em bronze e inaugurado em 1942; comemorativo da construção da rodovia do Cerne, situado na avenida Cruzeiro, inaugurado em 21 de setembro de 1940; do Prof. Elyσιο de Oliveira Vianna, no pátio do Colégio Novo Ateneu, rua Emiliano Pernetta; do Prof. Lysímaco Ferreira da Costa, no Grupo Escolar de que é patrono, inaugurado em 1944, localizado na avenida Iguaçu; de Sebastião Paraná, no pátio do Instituto de Educação de Curitiba, inaugurado em 1936; de Hideo Noguchi, sábio japonês, homenagem da Colônia Japonêsa do Paraná ao I Centenário de emancipação política do Estado. Está localizada na secção de Filosofia da Biblioteca Pública e foi inaugurado no dia 19 de dezembro de 1953. Contém pequena placa de bronze em que se declara o objetivo da homenagem; busto de Paderewski, localizado no Teatro Guaíra e inaugurado no dia 23 de agosto de 1953; busto de Luiz de Camões, no saguão da Biblioteca Pública do Paraná, inaugurado no dia 19 de dezembro de 1953, no ensejo das comemorações do I Centenário de emancipação política do Estado.

Monumentos Artísticos — Pequeno lago artificial, construído pela municipalidade, sito na praça Carlos Gomes; Repucho artístico, construído pela Prefeitura na praça General Osório; Repucho artístico feito pelo govêrno municipal e localizado na praça Eufrásio Correia; Obelisco (Monumento do Centenário), construído pelo Govêrno do Estado e inaugurado em 1953, durante as comemorações do I Centenário do Paraná, localizado na praça 19 de Dezembro; Monumento ao Trabalhador, na praça 19 de Dezembro, gigantesco monumento de granito, em nu artístico, construído pelo Govêrno do Estado e inaugurado em 1953; Monumento à Colonização, conjunto de quadros artísticos, recordando os principais episódios da história do Paraná, localizado na praça 19 de Dezembro, construído pelo Govêrno do Estado e inaugurado em 1953; Monumento à Mulher Paranaense, representado por um nu artístico, estando a estátua sentada, localizada no Centro Cívico, nas proximidades do Palácio do Govêrno do Estado, tendo sido inaugurada em 1953; Fonte Luminosa com lago artificial, construídos pela Prefeitura Municipal, situados na praça Ruy Barbosa, inaugurados em 1957; Estátua, localizada no saguão da Biblioteca Pública do Paraná, inaugurada em 1953, ano do I Centenário do Estado, como homenagem da Câmara de Comércio de Carrara (Itália).

Outros Monumentos — Marco zero de Curitiba, localizado na praça Tiradentes, construído em granito e bronze, por iniciativa do Conselho Nacional de Geografia (I.B.G.E.); Casa de Alfredo Andersen, considerada monumento público por lei da Municipalidade, por ter sido a casa onde viveu e morreu o célebre pintor Alfredo Andersen, considerada monumento público por lei da Municipalidade, por ter sido a casa onde viveu e morreu o célebre pintor Alfredo Andersen, considerado o “Pai da Pintura Paranaense”, está localizado na rua Mateus Leme, n.º 336; Marco Comemorativo do Centenário da Independência

dência do Brasil, construído por iniciativa oficial, em bronze e granito e localizado na praça Santos Andrade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os festejos e comemorações religiosas mais antigos e tradicionais da cidade eram a festa do Divino, com bandeira, as de São João e a do Senhor Bom Jesus. A primeira, entretanto, caiu em desuso, e as outras ainda são realizadas com certo brilhantismo e popularidade.

Além dessas são comemoradas as seguintes festas religiosas (Igreja Católica): São Sebastião, 20 de janeiro; São José, 19 de março; Nossa Senhora Aparecida, 8 de maio; Santa Rita de Cássia, 22 de maio; Santo Estanislau, 7 de maio; Santo Antônio, 13 de junho; São Pedro e São Paulo, 29 de junho; São Judas Tadeu, 28 de julho; São Cristóvão (Padroeiro dos Motoristas), 27 de julho; São Bom Jesus, 6 de agosto; Assunção de Nossa Senhora, 15 de agosto; Nossa Senhora da Luz (Padroeira de Curitiba), 8 de setembro; Nossa Senhora das Mercês, 24 de setembro; São Francisco de Assis, 4 de outubro; Santa Terezinha, 3 de outubro; e festa de Natal, 25 de dezembro.

O dia de Ano Bom (1.º de janeiro) e o dia de Reis (6 de janeiro), também são comemorados com alguma festividade, embora já não se manifestem as mesmas solenidades populares com que era feito outrora.

A primeira imagem da padroeira de Curitiba, Nossa Senhora da Luz, veio diretamente de Portugal, a pedido das autoridades locais. Em solenidade de grande deslumbramento realizada no dia 16 de novembro de 1720, foi entronizada no altar da matriz da Vila de Curitiba a imagem da padroeira.

A Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 15 do mesmo mês, convidou a todos os moradores da vila e dos subúrbios, para concorrerem com as suas presenças para o maior brilhantismo da procissão promovida pelo povo e govêrno municipais.

Mas a história da antiga capela de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, hoje transformada na magnífica Catedral Metropolitana de Curitiba, apresenta facêtas de larga e profunda importância que se acham estreitamente ligadas à própria história de Curitiba, com a qual nasceu nos idos de 1954.

Os primeiros passos para a fundação da povoação e ereção da ermida, se encontram envoltos num misto de história e de lenda. Segundo Vieira dos Santos, o grupo fundador da vila teria recorrido à colaboração do cacique de uma tribo indígena do local denominado Tindiquera, para que o auxiliasse na escolha do local mais apropriado à fundação do povoado.

Andando à frente do grupo, com uma vara na mão, ao chegar em determinado ponto, o chefe índio fincou a vara no solo, dizendo: "Taki-Kevas!", isto é, "Aqui!"

Foi exatamente nesse local que o grupo povoador fêz erigir a primeira capelinha de Curitiba: uma ermida construída de pau-a-pique e que serviu por longos anos ao culto religioso, construída no mesmo local onde em 1715 se levantou a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Luz e onde hoje se encontra a Catedral Metropolitana de Curitiba.

Antes de 1715 já existia ali "a antiga Igreja de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais que servia de Matriz; naturalmente, alguma ermida de madeira, onde se celebravam os ofícios religiosos desde 1654", conforme depoimento do historiador Francisco Negrão.

Segundo êsse autor — "a Imagem de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, foi mandada vir de Portugal e solenemente posta no altar a 16 de novembro de 1720. A Câmara em vereança de 15 dêsse mês mandou afixar um quartel convidando todos os da vila e seus subúrbios para que concorressem com suas pessoas para assistir à procissão, para a colocação da Virgem Nossa Senhora da Luz, Padroeira da Vila, no lugar da Igreja Matriz".

É de supor-se que a criação da paróquia, se não é anterior à da Vila, remonte a essa mesma época — 1668, sendo, porém, certo que em 1747 Curitiba já era paróquia, como se vê do termo de abertura do primeiro livro do Tombo, pelo Vigário Padre Manoel Domingos Leitão.

A antiga Matriz era construída de pedra e barro, espaçosa e de forma elegante. Em 1860, por ocasião do levantamento das tórres, abatendo estas de algum modo, quando já estavam em meia altura, produziram algumas fendas no frontispício, o que motivou mais tarde, frustrados os esforços empregados para consolidar o edifício, a sua completa demolição.

O péssimo estado de conservação em que se encontrava a Igreja Matriz, no ano de 1875, forçou o Presidente da Província a solicitar autorização ao Bispo de São Paulo, para que fôsse efetuada a mudança das imagens e trasladação do Santíssimo Sacramento, para a Igreja do Rosário que, naturalmente, era mais nova e se achava em melhor estado de conservação.

É o que se depreende do assentamento feito pelo Bispo Dom Lino por ocasião de sua visita pastoral a Curitiba, e registrado às fôlhas 4 verso do Livro do Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Luz, vazado nestes termos:

"Instado por telegrama do Ex.^{mo} Presidente Doutor Adolpho Lamenha Linz, para autorizarmos a transferência dos paroquiais e a trasladação do Santíssimo Sacramento e das imagens da Matriz para a Capela do Rosário, em razão do estado ruinoso daquela, iminente perigo de desabamento e necessidade de sua reconsideração, concedemos, por despacho telegráfico, a autorização pedida, e num domingo à tarde, 19 de Dezembro de 1875, vigésimo segundo aniversário da instalação da Província efetuou-se com tôda solenidade o ato da trasladação".

Três dias depois deu-se comêço aos trabalhos da demolição, que só terminaram em 1880. Seus lindos altares foram retirados e colocados na Igreja do Rosário e parte do vigamento foi aproveitado para a Igreja da Ordem.

O lançamento e bênção da primeira pedra teve lugar no dia 13 de fevereiro de 1876, às 4 horas da tarde, funcionando no ato o Rev.^{mo} Vigário Padre Agostinho Machado de Lima, com a assistência de tôdas as autoridades e grande concurso do povo.

Os trabalhos de construção duraram vinte e seis anos. A nova Matriz foi inaugurada oficialmente no dia 7 de setembro de 1893, sendo então Vigário o Rev.^{mo} Padre

Alberto José Gonçalves. É o mesmo grandioso e imponente edifício que foi transformado em Catedral, ao ser criado o Bispado de Curitiba, alguns anos mais tarde.

Construída em estilo gótico, segundo o modelo da Sé de Barcelona, a Catedral de Curitiba é um grandioso e monumental templo, com suas tôrres erguidas para o alto, a representar e traduzir, perenemente, a fé e o dinamismo do povo paranaense vivida através de longo espaço de quase três séculos de trabalhos e realizações, desde o longínquo ano de 1654, quando o chefe aborígine — primeiro donatário e dominador absoluto da terra — com a sua autoridade e conhecimento de homem autóctone, andando à frente do grupo povoador, altivo e soberano, fincou a vara no chão, dizendo: “Aquí!”

Outros templos tradicionais e de grande importância para a cultura religiosa do povo curitibano são: A Igreja da Ordem, assim chamada por ter sido fundada pelos irmãos da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Está situada na praça Coronel Enéias, mais conhecida pela denominação popular de “Praça da Ordem”, e conserva, ainda, o aspecto rústico e tradicional de sua primitiva estrutura arquitetônica. Muito freqüentada por grande número de devotos, é o único templo religioso da Igreja Católica Romana que possui uma placa indicadora de sua denominação histórica: “Igreja da Ordem”.

A Igreja do Rosário, situada na praça Ruy Barbosa, junto ao Convento dos Padres Franciscanos (Ordem Fratrum Minorum), é outro formoso templo religioso, cuja antiguidade histórica remota aos tempos da colônia e da fundação de Curitiba. No patio da Igreja existe um Santuário de Nossa Senhora de Lourdes, muito freqüentado por elevado número de devotos, ornamentado com simplicidade e beleza, e, ao lado, funciona o antigo e renomado estabelecimento de ensino primário e secundário, que é o Colégio do Rosário, sob a direção dos Padres da Ordem de São Francisco de Assis.

Cumpra registrar ainda as igrejas de São Francisco de Paula, muito antiga e freqüentada; de Nossa Senhora das Mercês, no bairro do mesmo nome; do Alto Cabral, de Santa Quitéria; de Nossa Senhora Sant’Ana, na colônia Abranches; de Santa Felicidade e muitas outras.

Ao todo existem 27 templos do Culto Católico em Curitiba, dos quais, uma Catedral Metropolitana; 26 Igrejas Matrizas.

A população católica de Curitiba, segundo dados do Recenseamento Geral de 1950, compreendia o total de 156 689 habitantes, ou seja, 86 por cento da população total do município. Dêsse número, 76 286 eram do sexo masculino e 80 403 do sexo feminino.

Os outros 24 por cento da população adotavam outras religiões, destacando-se o culto protestante, com 13 002 adeptos; o culto espírita, com 4 828; ortodoxos, 777; israelitas 997; e diversos outros grupos menores.

No que se refere a festejos populares, sem caráter religioso, há que registrar apenas as festas de Carnaval e o “Trote de Calouros”, adotado por algumas Faculdades da Universidade do Paraná e realizado uma vez por ano, após os resultados dos exames vestibulares. Embora o “Trote” tenha constituído velha tradição e costume quase

que obrigatório entre os acadêmicos curitibanos, com o decorrer do tempo, está caindo em desuso, e vários Institutos de Ensino Superior já o aboliram completamente.

Culto Católico Romano — 1956

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS
Número de paróquias.....	27
Número de matrizes.....	27
Número de capelas.....	36
{ públicas.....	—
{ semipúblicas.....	—
Número de batizados.....	12 212
Número de crismas.....	4 716
Número de comunhões.....	774 985
Número de casamentos.....	1 560
Número de extrema-unções.....	1 188
Número de encomendações.....	1 089
Número de procissões.....	131
Número de associações religiosas.....	148
{ Destinadas ao sexo masculino.....	42
{ Destinadas ao sexo feminino.....	52
{ Destinadas a ambos os sexos.....	54
{ TOTAL.....	148
Número de associados.....	22 755
{ Masculino.....	3 916
{ Feminino.....	6 540
{ Ambos os sexos.....	12 299
{ TOTAL.....	22 755

O carnaval de hoje também já não pode ser comparado com o de outros tempos, quando o povo saía para as ruas para cortejar o “Rei Momo”, entregando-se a verdadeiras extravagâncias durante os três dias do “reinado” do famoso “Imperador da Folia”.

Uma das mais antigas e legítimas expressões do folclore paranaense, hoje totalmente esquecida e abandonada, é a “Congada”. Festa popular, tipicamente regional, a “Congada” tem sido revivida, esporadicamente por iniciativa de algumas entidades culturais, como a Comissão Paranaense de Folclore, que tem contribuído de maneira ponderável para concretização de festejos e solenidades folclóricas de alto valor cultural e educativo.

Entre as principais efemérides, cumpre registrar as seguintes, quase tôdas comemoradas com festas cívicas, em que tomam parte autoridades, unidades militares, estudantes e o povo: 29 de março — Dia de Curitiba, dia de festa local; 19 de agosto — Dia do Paraná, data comemorativa da emancipação política do Estado; 7 de setembro — Independência do Brasil; e 15 de novembro — Proclamação da República.

VULTOS ILUSTRES — A história de Curitiba está repleta de filhos ilustres que, na política, nas ciências, nas letras e nas artes, desempenharam papel de alta relevância destacando-se, por isso mesmo, dos demais, pelo renome e projeção que deram à terra em que nasceram.

Entre muitos outros, cabe mencionar aqui os seguintes nomes de curitibanos ilustres, cuja destacada atuação, na administração, na política, nas ciências, nas letras e nas artes, representa uma auréola de inextinguível luminosidade na trajetória de suas existências, voltadas sempre e invariavelmente, para a grandeza da terra do seu nascimento, do seu Estado natal e da pátria que honraram e estremeceram:

O primeiro e mais rutilante nome que aparece na história literária de Curitiba é o de *Emílio de Menezes*, que figura, ao mesmo tempo, ao lado dos nomes dos maiores poetas do Brasil; Dr. *Victor Ferreira do Amaral*,

médico e professor, foi o fundador da Universidade do Paraná; *Alfredo Romário Martins*, jornalista, escritor e historiador, cognominado "O Príncipe dos Jornalistas Paranaenses"; *Emiliano Pernetta*, notável poeta e escritor, que, ainda em vida, foi coroado "Príncipe dos Poetas Paranaenses"; Dr. *Ermelino Agostinho de Leão* (não o primeiro, que era baiano), político, jornalista e historiador; *Rodrigo Júnior*, uma das mais altas expressões da poesia do Paraná; *Jayme Balão*, jornalista, poeta e escritor; *Euclydes Bandeira*, o mais vigoroso e combativo jornalista de todos os tempos e poeta de fino lavor; *Júlia Wanderley da Costa*, notável educadora, de renome nacional; *Monsenhor Celso Itiberê da Cunha*, ilustre membro da Igreja Católica, a quem Curitiba, o Paraná e o Brasil devem imensuráveis serviços prestados em todos os setores da atividade humana; *Ildelfonso de Souza Correia*, Barão do Cêro Azul, político, industrial, poeta e escritor, baramente trucidado em 1893 no Quilômetro 65 da Estrada de Ferro Curitiba—Paranaguá; *Lysímaco Ferreira da Costa*, emérito educador de várias gerações de paranaenses ilustres; general *Plínio Alves Monteiro Tourinho*, militar ilustre, político de grande projeção e professor da Universidade do Paraná; *Domingos Nascimento*, poeta e escritor; Dr. *Arthur Ferreira dos Santos*, jurista, político e professor universitário; Dr. *André de Barros*, médico, político e homem de Estado; *Sebastião Paraná* professor, jornalista e historiador; Dr. *João José Pedrosa*, primeiro paranaense que exerceu o cargo de Presidente da Província, de onde seguiu para a Província do Pará, na qualidade de seu Presidente, tendo falecido quando se encontrava no exercício desse cargo; *César Lattes*, emérito cientista, cujo nome está intimamente ligado ao descobrimento e aproveitamento da energia atômica, como autor de valiosas descobertas no campo da pesquisa atômica, nos mais importantes e renomados laboratórios dos Estados Unidos da América do Norte; *Francisco de Paula e Silva Gomes*, um dos primeiros e mais vibrantes propugnadores da independência da província do Paraná; *Conselheiro João da Silva Carrão*, que, entre outros cargos exerceu o de professor da Academia de Direito de São Paulo, nos seus primeiros anos de atividade; o historiador *Sebastião Dias de Souza Negrão*; o Dr. *David Antônio da Silva Carneiro*, emérito historiador, homem de grande saber e professor universitário; *Serafim França*, mavioso poeta da terra e muitos outros.

Merece destaque especial o nome do eminente cientista *César Lattes*, nascido em Curitiba, onde fez os seus primeiros estudos e formado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo. É um dos maiores físicos da atualidade.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A cidade e o município de Curitiba são dotados de numerosos, belos e importantes objetivos de turismo, motivo por que são freqüentemente visitados por turistas procedentes de toda parte do país e do estrangeiro.

Entre os principais objetivos de turismo relacionam-se os seguintes:

1. *Museu Paranaense* — Fundado em 1876, pelo ilustre escritor e historiógrafo, Dr. Ermelino Agostinho de

Leão, coadjuvado por outras expressivas figuras da época e pelo govêrno da província, que lhe dispensou as melhores atenções, o Museu Paranaense é um estabelecimento que honra e enaltece a cultura do povo paranaense. Devido ao seu extraordinário crescimento e meritória projeção nos círculos culturais do Estado, em 1957, o Museu foi desmembrado em duas partes, do que resultou a criação do Instituto de História Natural do Paraná, que se acha instalado na praça 19 de Dezembro. A sede primitiva do Museu Paranaense, onde ainda funciona a outra parte em que foi desmembrado, está localizada na rua Buenos Aires, esquina da Avenida Batél.

É um museu de natureza geral, com exceção da parte de História Natural, possuindo notáveis e valiosas coleções de elementos históricos; objetos de arte antiga; arte indígena paranaense; numismática etc. Administrado por um conselho do qual fazem parte figuras das mais relevantes da intelectualidade paranaense, inclusive funcionários altamente especializados, formados em História, Geografia, Arqueologia etc.

2. *Museu Coronel David Carneiro* — Especializado em documentação e instrumentos da História do Paraná. Conta com valiosas coleções relativas a História Geral, especialmente do Paraná e do Brasil. Possui importantes coleções de numismática e documentação histórica de inestimável valor e utilidade. Organizado e mantido pelo seu Diretor e Proprietário, o historiador e intelectual paranaense, Dr. David Antônio da Silva Carneiro, o Museu "Coronel David Carneiro" está situado no perímetro urbano da capital, à rua Brigadeiro Franco, n.º 1828.

3. *Catedral Metropolitana de Curitiba* — Grandioso e imponente templo católico de invulgar beleza e majestade, construído em estilo gótico, no modelo da Sé de Barcelona. A Catedral Metropolitana, cuja formosa história vai narrada noutro capítulo do presente trabalho, foi inaugurada oficialmente, em 1894. Sua origem remonta aos primeiros dias da fundação do antigo povoado de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, no longínquo ano de 1854. Está localizada na praça Tiradentes, antigo largo da Matriz, em ponto central e em logradouro mais movimentado da cidade.

4. *Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná* — Localizado no populoso bairro do Bacacheri. É uma entidade integrante da administração estadual. O I.B.P.T.P. é o mais notável e importante de todos os Institutos Científicos do Paraná. Dotado de moderna e completa aparelhagem e de pessoal técnico altamente especializado, o Instituto de Biologia possui, ainda, um valioso museu de Mineralogia, onde se encontram amostras de minérios de tôdas as regiões do Estado.

Produtos farmacêuticos e veterinários de renome internacional, são fabricados pelo I.B.P.T.P., além de realizar pesquisas científicas e tecnológicas, em todos os campos da ciência.

Na mesma área do Instituto de Biologia estão localizadas as Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária e de Química do Paraná, da Universidade, e o Instituto de Química do Paraná.

5. *Universidade do Paraná* — Grandioso e arquitetônico templo do saber e da cultura do Paraná. Está localizado no centro da cidade, entre as ruas 15 de Novembro, Presidente Farias, Travessa Buffrem e Praça Santos Andrade. Abrange um quarteirão inteiro da cidade.

Nêles funcionam as Faculdades de Direito, de Medicina, com os cursos de Farmácia e Odontologia e a Escola de Engenharia. Estudantes de nível superior, da Universidade do Paraná, preparando-se, com eficiência, para o exercício de tôdas as profissões liberais.

6. *Passeio Público de Curitiba* — Aprazível recanto próprio para recreação, dotado de formosos jardins, instalações, lagos artificiais, parques infantis, secção de zoologia, bares e restaurantes. Recoberto por frondosa e exuberante arborização. O Passeio Público é mantido pela Prefeitura Municipal e está localizado em zona central da cidade.

7. *Graciosa Country Clube* — Magnífico edifício sede de uma das mais tradicionais e importantes associações recreativas da elite curitibana. Está localizado no populoso bairro do Bacacheri, em aprazível e pintoresco local. Possui piscina e campos para desportos (tênis, golfe e basquetebol).

8. *Cassino Ahu* — Situado no bairro do Ahu de Baixo. A sede está instalada em belo e imponente edifício. Possui confortável piscina e um magnífico bosque para piqueniques e outras diversões populares. No mesmo local encontra-se a fonte de água mineral "Ahu", largamente utilizada pelos habitantes de Curitiba. O Cassino, pròpriamente dito, presentemente, não está em funcionamento, em virtude de determinações superiores.

9. *Colônia Santa Felicidade* — Sede do distrito do mesmo nome. Povoada por imigrantes e descendentes de italianos e poloneses. Santa Felicidade é notável, principalmente, pelos excelentes vinhos de uva ali produzidos pelos seus habitantes.

10. *Campo Comprido* — Pequena e tradicional vila, sede do distrito de Campo Comprido, fundada e colonizada por imigrantes italianos. Conta, também, com importantes fábricas de excelente vinho de uvas, muito apreciados pelos turistas.

11. *Santa Cândida* — Outra colônia italiana, das muitas fundadas em Curitiba, durante o século XIX, situada a poucos quilômetros distantes da sede municipal. É uma das muitas atrações turísticas do município.

12. *Colônia Abranches* — Colônia fundada no govêrno do Presidente Frederico Carlos de Araújo Abranches, por imigrantes poloneses. Dista 6 quilômetros do centro da cidade. Sua denominação constitui uma homenagem ao Presidente Araújo Abranches, que foi um dos maiores impulsionadores do seu progresso e desenvolvimento.

13. *Alto das Mercês* — Grande e populoso bairro, situado no ponto mais elevado da cidade, de onde se descortina vista panorâmica de Curitiba e seus arredores, bem como a paisagem encantadora dos campos e capões que a circundam. Avista-se ainda, ao longe, em direção

nordeste a sueste a "paisagem alpinina" da Serra do Mar, um dos principais acidentes geográficos do Paraná.

14. *Minas de Ouro da firma "Minas Leão Júnior Lt.ª"* — Mina de ouro, cuja exploração se acha paralisada, presentemente. Nesse estabelecimento eram extraídas e trabalhadas milhares de toneladas de minério bruto e mais de 40 quilogramas de ouro fino por ano. Para chegar ao local da mina há o seguinte itinerário a percorrer: Segue-se de Curitiba pela linha de ônibus "Curitiba—Campo Largo", até a sede distrital de Campo Comprido, de onde se segue por estrada particular de propriedade da firma "Minas Leão Júnior Lt.ª" até a mina, havendo uma distância de três quilômetros que não dispõe de meios de condução.

15. *Engenho de Beneficiamento de erva-mate, da firma Leão Júnior Lt.ª* — Estabelecimento industrial que constitui importante objetivo de turismo em face de sua notável organização econômica e social. É o único estabelecimento industrial de grandes proporções que mantém serviços de assistência social perfeitamente organizados. Mantém, entre os seus serviços de assistência social um restaurante operário, fornecendo ótima alimentação para mais de 350 operários.

16. *Colégio Estadual do Paraná* — Suntuoso, amplo e belo edifício, onde funcionam os Cursos Ginásial e Colegial, de propriedade do Govêrno Estadual. A moderna e arquitetônica construção do Colégio Estadual obedece aos requisitos previstos na legislação federal de ensino. O edifício está localizado em lugar alto, sêco, arejado e com luz e água abundante. Possui piscinas, largas áreas destinadas à recreação, grande salão nobre, refeitório, chuveiros etc. Está situado na zona urbana da cidade, sendo servido por linha de ônibus.

17. *Clube Curitibano* — Trata-se da nova sede social do Clube Curitibano. Possui lúxuosas ornamentações, sendo que a decoração foi feita pela "Casa Nunes" do Rio de Janeiro. Está localizado no perímetro urbano da cidade, em edifício próprio de 9 andares.

18. *Escola do S.E.N.A.I.* — Localizada à rua Chile, 1380, no perímetro urbano da cidade. O Estabelecimento é mantido pelo S.E.N.A.I., contando com ótima organização, eficiência de trabalho e completo equipamento das salas de aula.

19. *Centro Cívico* — É o conjunto arquitetônico constituído pelos seguintes edifícios, alguns já construídos, outros em construção: Palácio Iguazu, compreendendo o Palácio do Govêrno do Estado e a residência do Governador; Palácio da Assembléia Legislativa; Palácio das Secretarias de Estado; e Palácio do Tribunal do Júri. O Centro Cívico está situado no final da avenida Dr. Cândido de Abreu, no perímetro urbano da cidade. Foi idealizado, planejado e construído, em parte, no govêrno do Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto, no período de 1950 a 1955.

20. *Teatro Guaíra* — Situado na rua 15 de Novembro, em ponto central da cidade, o Teatro Guaíra é uma das mais gigantescas realizações do govêrno do Prof. Bento

Munhoz da Rocha Netto. Sua grandiosa construção ainda não foi acabada, encontrando-se em funcionamento apenas o Pequeno Auditório.

21. *Biblioteca Pública* — Um dos mais imponentes edifícios públicos de Curitiba. Localizado na esquina das ruas Dr. Murici e Cândido Leão, a Biblioteca Pública do Paraná foi construída na administração do Prof. Bento Munhoz da Rocha Netto, no período de 1950-1955.

22. *Praça Ruy Barbosa* — Formoso e aprazível logradouro público, situado defronte da tradicional Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. Possui uma bela e moderna fonte luminosa, além de ser inteiramente asfaltada, arborizada e ajardinada. Foi construída na administração do Prefeito Ney Braga, primeiro prefeito eleito de Curitiba, após os longos e negregados anos da ditadura.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Encontram-se em funcionamento, no município, 10 Cartórios do Registro Civil, dos quais, 6 na cidade e 4 nos distritos.

Foi o seguinte o movimento do Registro Civil, no período de 1953 a 1956:

ANOS	CASAMENTOS	NASCIMENTOS	ÓBITOS
1953.....	2 499	8 215	2 711
1954.....	2 513	10 964	2 855
1955.....	2 841	11 392	3 389
1956.....	2 279	11 727	3 130
1957.....	2 838	11 960	3 457

Curitiba figura entre as cidades onde mais se constrói. De ano para ano, a cidade vem adquirindo aspectos de grande e moderna metrópole. Em lugar dos antigos prédios de estilo português e colonial, que vão sendo demolidos, surgem edifícios de 20 e mais andares.

No período de 1953 a 1957 foi o seguinte o movimento de construção, licenciamento de novas construções em Curitiba:

ANOS	CONS-TRUÇÕES LICENCIADAS	ACRÉSCIMOS OU MODIFICAÇÕES	ÁREA LICENCIADA (m ²)	
			Coberta	Piso
1953.....	1 513	489	304 442,55	183 512,36
1954.....	1 353	357	185 073,87	279 624,56
1955.....	1 133	369	150 033,17	267 369,56
1956.....	1 876	352	223 560,94	342 771,30
1957.....	1 418	372	213 070,23	283 644,34

O movimento de inscrição de hipotecas convencionais, registrado em Curitiba, durante o quinquênio 1953 a 1957, é expresso pelos seguintes números:

ANOS	INSCRIÇÕES DE HIPOTECAS CONVENCIONAIS	
	Quantidade	Valor (Cr\$)
1953.....	949	142 178 594,00
1954.....	1 038	163 687 131,00
1955.....	787	162 541 200,00
1956.....	978	213 432 976,00
1957.....	892	247 422 597,00

O alto índice observado no movimento das transcrições de imóveis revela o crescente e vertiginoso progresso de Curitiba. A tabela abaixo expressa, com fidelidade, o

movimento de transcrições de imóveis verificado em Curitiba, no período de 1953-1957:

ANOS	TOTAL		POR COMPRA E VENDA	
	Número	Valor (Cr\$)	Número	Valor (Cr\$)
1953.....	5 739	390 832 855,00	3 787	245 230 428,00
1954.....	5 481	552 968 038,00	3 582	314 828 188,00
1955.....	5 256	482 374 316,00	3 433	259 259 064,00
1956.....	5 357	522 345 576,00	3 666	296 653 814,00
1957.....	5 595	617 429 041,00	3 568	307 636 880,00

Existem na sede da comarca de Curitiba 6 Tabeliães de Notas; quatro Oficiais de Protestos de Títulos; 4 Escrivães do Cível, com a denominação ordinal correspondente a cada uma das varas cíveis; 4 Escrivães do Crime, também com a denominação ordinal correspondente a cada uma das varas criminais; 2 Escrivães de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria; 1 Escrivão de Família, Falências e Concordatas; 1 Oficial do Registro Civil de Casamentos, acumulando as funções de Escrivão do Júri e Execuções Criminais; 1 Escrivão de Menores; 1 Escrivão da Fazenda Pública e Acidentes do Trabalho; 2 Oficiais do Registro de Nascimentos e Óbitos (na sede); um Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público.

A comarca de Curitiba compreende 4 Circunscrições Imobiliárias, delimitando cada uma a competência dos 4 Oficiais do Registro de Imóveis, que são denominados ordinalmente de primeiro a quarto.

No período de 1953-1957 registrou-se o seguinte movimento nos Cartórios de Protestos de Títulos:

ANOS	QUANTIDADE	VALOR (Cr\$)
1953.....	3 707	31 436 136,00
1954.....	4 986	39 956 774,20
1955.....	2 986	47 556 320,30
1956.....	4 285	41 199 438,80
1957.....	5 179	65 681 165,60

O Tribunal de Justiça, com sede na cidade de Curitiba, é composto de 11 desembargadores.

Curitiba é sede de um Arcebispado. O Arcebispo Metropolitano conta com a colaboração de um Bispo Auxiliar. Existem 27 paróquias, em todo o município e 63 templos católicos.

Em 1956 se encontravam em tráfego, no município, 8 626 veículos motorizados, sendo 6 974 automóveis e 1 652 caminhões de carga.

Encontram-se em atividade, no município, 387 empresas de transporte rodoviário, assim distribuídas: Para passageiros, 279; para carga, 108. No transporte coletivo de passageiros eram utilizados 258 auto-ônibus e 21 veículos de outras espécies (autolotações).

O quadro abaixo reflete o movimento de passageiros transportados pelas empresas de transporte coletivo, no período de 1953 a 1957:

ANOS	NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS
1953.....	58 272 522
1954.....	55 852 720
1955.....	48 831 032
1956.....	58 699 801
1957.....	69 824 543

Em 31 de dezembro de 1956 encontravam-se em atividade, no município, os seguintes profissionais liberais: 496 médicos, 807 advogados, 380 dentistas, 96 farmacêuticos, 515 engenheiros, 60 agrônomos e 35 veterinários.

Curitiba conta com grandes e notáveis hotéis podendo destacar-se os seguintes: Grande Hotel Moderno, Hotel Climax, Lord Hotel e Hotel Yonscher, que são de caráter internacional. Ao todo existem 53 hotéis e 41 pensões, na cidade de Curitiba.

Funcionam em Curitiba as Delegacias Fiscal, Regional do Trabalho, Imposto de Renda, Serviço do Patrimônio da União, Serviço de Fomento Agrícola e muitos outros órgãos representativos dos Ministérios da República. Além disso, exercem as suas atividades na capital paranaense as Delegacias das seguintes autarquias: IPASE, IAPC, IAPI, IAPETC, IBCIE, sendo sede da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços Públicos dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Curitiba é, ainda, sede da 5.^a Região Militar e da Zona Aérea. Possui um aeroporto militar, situado no bairro do Bacacheri e uma Escola de Preparação de Oficiais da Aeronáutica e Curso de Preparação de Oficiais da Reserva. Diversas unidades militares do Exército Brasileiro têm seus quartéis na cidade ou nas proximidades da mesma.

Encontram-se em fase final de sua construção o Supermercado Público de Curitiba. Feiras públicas volantes, em número bem elevado, funcionam, semanalmente, em vários pontos da cidade, oportunidade em que os colonos dos arredores da capital expõem os seus produtos à venda, abastecendo, assim, a população citadina dos produtos agrícolas indispensáveis à sua manutenção.

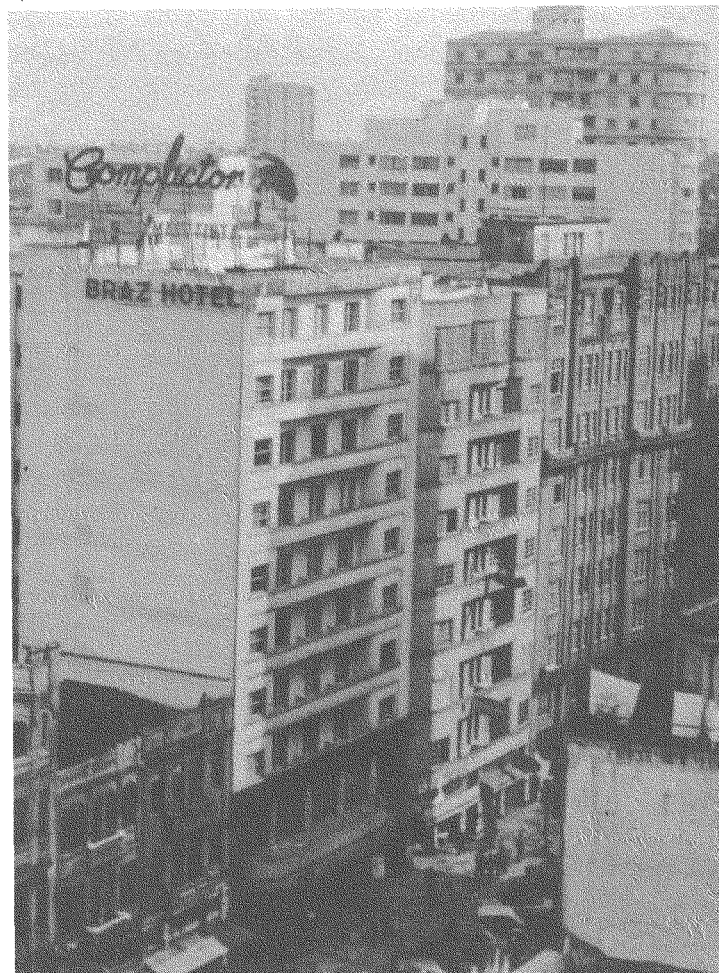
O serviço de manutenção da ordem pública é exercido pela Polícia Militar do Estado e pela Guarda Civil do Paraná. Existem ainda a Guarda de Trânsito, do Departamento do Serviço de Trânsito e o Corpo de Bombeiros, que é subordinado à Polícia Militar do Estado.

Em 1953 foi extinto o serviço de transporte coletivo em Carris Urbanos, que era mantido pela Companhia Força e Luz do Paraná e cujo acervo foi transferido à Municipalidade que, por sua vez, o extinguiu. Assim, Curitiba é uma das poucas e raras capitais brasileiras que não contam com essa espécie de transporte.

O símbolo de Curitiba e do Paraná é o pinheiro. Até a etimologia da palavra Curitiba significa, em guarani, "pinheiral", ou seja, "terra dos pinheirais". O pinheiro tem exercido notável influência na cultura e na formação sociológica do povo paranaense. Poetas e escritores de todos os tempos têm sido incansáveis em cantar a grandeza e a magnificência dos pinheiros do Paraná.

Há uma importante obra literária, poética e artística cujo tema obrigatório é a majestade dos pinheiros que constituem a riqueza nativa mais antiga e mais prodigiosa da região dos Campos Gerais, onde os bandeirantes do século XVII fundaram e construíram Curitiba.

O nome científico do pinheiro é *Araucaria brasiliensis*. Pertence à família das coníferas, designação dada ao grupo vegetal formado de árvores que produzem frutos em forma de cone. Sua figura, quase sempre gigantesca, lembra



Braz Hotel

uma enorme taça ou imenso guarda-sol, voltado para os céus.

A araucária cresce em linha reta, tomando agigantado desenvolvimento, podendo atingir altura superior a 50 metros, chegando a medir de dois a três metros de diâmetro. O desenvolvimento normal do pinheiro paranaense é de 30 metros de altura e de 1 a 2 metros de diâmetro.

Sendo árvore nativa, ainda hoje são poucos os que se dedicam ao seu plantio e cultura racional. Durante muito tempo não se soube explicar como os pinheiros apareciam em grupos, em pontos afastados, sem que ninguém os plantasse. Entretanto, hoje já se sabe que esse trabalho de reflorestamento é obra da gralha-azul, ave que vive nos planaltos do Paraná e tem no pinhão — o fruto do pinheiro — o seu alimento predileto.

A gralha descasca o pinhão para comer-lhe a polpa. É providente como a formiga e, por isso, enterra em diversos lugares boa quantidade de pinhões, para lhes servirem de alimento, mais tarde, isto é, quando termina a safra das pinhas. Acontece que algumas dessas aves morrem e outras esquecem os lugares onde enterram os pinhões.

Essas sementes esquecidas germinam, nascem e produzem os grandes pinheiros que mais tarde fornecem madeiramento e matéria-prima para diversas indústrias. Um aspecto curioso no caso do plantio do pinhão é este: a semente, que é cônica, é plantada, quer pela gralha-azul, quer pelo homem, com a ponta para baixo, sendo que o futuro pinheiro nasce sempre em forma de anzol pois que primeiro o embrião desce no solo para só depois voltar-se para cima, em busca do ar e das altitudes.



Lord Hotel

Antes da impiedosa devastação praticada pelos primeiros lavradores e industriais dedicados à exploração da indústria madeireira, era comum encontrar-se, nas regiões planaltinas do Paraná, grandes e extensas matas formadas apenas de pinheiros. Hoje, principalmente, nos arredores de Curitiba já são muito raras essas florestas araucarianas, existindo apenas grupos remanescentes ou resultantes do plantio por alguns órgãos públicos e particulares.

O tronco do pinheiro fornece a madeira chamada pinho, de grande e variada aplicação industrial. Depois da derrubada das matas, os troncos das araucárias são transportados em vagonetes, ou arrastados por juntas de bois, para as serrarias, onde são transformados em toros, pranchas, tábuas, sarrafos, fôlhas e serragens, utilizados nas construções e no fabrico das caixas, caixotes, palitos de fósforos e diversos produtos e subprodutos.

O pinheiro é muito resinoso cortado por veios avermelhados, de que se desprende ativo cheiro de terebintina, que são as essências extraídas das coníferas. As terebintinas destiladas fornecem a essência de terebintina, utilizada para dissolver gorduras, fabricar vernizes e diluir tintas.

O nó de pinho contém grande quantidade de resina e é um excelente combustível. O pinhão, que contém muito amido, elemento nutritivo, é usado como alimento. Além de os habitantes de Curitiba e do sul do Paraná comerem o pinhão assado ou cozido, fabricam do mesmo farinha e paçoca, que são comidas com leite ou com café.

A maioria das casas de campo dos colonos e habitantes da região dos pinheirais é construída com tábuas e tabuinhas de pinheiro. Os móveis, desde os bancos mais

simples até as mesas e mobílias de salas e quartos, também são feitos de pinho.

Durante o inverno, que é a época da safra do pinhão, os curitibanos, particularmente os das zonas de campo, promovem uma festa campestre, chamada *sapecada*. É uma espécie de piquenique, do qual participam algumas famílias e que consiste em colhêr os pinhões caídos, pois as pinhas maduras debulham-se facilmente, ou derrubá-los do pinheiro.

Com os próprios ramos secos dos pinheiros — as grimpas — que caem das árvores, faz-se uma fogueira, na qual é colocada uma camada de grimpas e outra de pinhões; em seguida repete-se a operação, para, finalmente, atear fogo no monte assim preparado.

Quando se extingue a fogueira está pronta a sapecada, e os pinhões todos assados. Então, com um pedaço de pau — o *macéte* — depois de colocar o pinhão sôbre uma pedra ou madeira dura, dão-se algumas pancadas no pinhão, que salta da casca, sendo saboreado ainda quente. Nessas festas, realizadas quase sempre em junho, nas festas de São João e São Pedro e São Paulo, há músicas populares, ouvindo-se versos como êstes:

Pinheiro, dá-me uma pinha,
Pinha, dá-me um pinhão,
Menina, dá-me um abraço
Que eu te dou meu coração.

Quem tem pinheiros tem pinhas
Quem tem pinhas tem pinhão,
Quem tem amôres tem zelos
Quem tem zelos tem paixão.

Do pinheiro nasce a pinha,
Da pinha nasce o pinhão,
Dos homens nasce o zêlo,
Da mulher a ingratidão...

À sombra dos pinheirais criam-se porcos, que são alimentados, em grande parte, com pinhões. Por isso, a criação de suínos é fácil e rendosa. A *araucaria brasiliensis* representa para o povo paranaense a casa, o alimento e o próprio agasalho. Suas habitações são, em geral, feitas de pinho. Muitas famílias, na época do pinhão, têm nêle seu principal alimento. Durante a estação hibernal é à beira do fogo que o caboclo se aquece, enquanto o nó de pinho se queima.

O sertanejo paranaense, simples e supersticioso, acredita que quando o pinheiro deixa cair as fôlhas, no silêncio da noite, é prenúncio de graves acontecimentos, sinal de sêca nos campos e diminuição da produção. Quando as pinhas são desenvolvidas e os frutos se apresentam crescidos é sinal de fartura. Quando os galhos do pinheiro rangem à noite, com o impulso dos ventos, é um mau augúrio: alguém está para morrer e o pinheiro está oferecendo madeira para o caixão fúnebre.

Se o pinheiro *canta*, quando suas fôlhas são embaladas pelas brisas da madrugada, indica noivado na vizinhança. Se cai repentinamente um dos galhos do pinheiro, produzindo na floresta forte estrondo, é porque as águas dos rios vão transbordar em breve. Quando se derruba o pi-

nheiro e o machado apresenta a lâmina crivada é indício de lutas nas tribos indígenas. Se, pela manhã, desprendem-se gotas cristalinas da ramagem do pinheiro, é noiva que chora ao deixar o lar paterno. Quando o pinheiro cai inteiro para nunca mais se erguer, alguém está caído, varado por bala em luta sangrenta. Quando as pinhas caem sem intervenção do homem é augúrio de paz e felicidade. Se caem as folhas verdes quando se passa embaixo das ramagens do pinheiro é alguém que gosta de nós sem o sabermos; mas, se as folhas forem secas é sinal de ódio que alguém nos tem.

Quando o sol desponta e as ramagens do pinheiro procuram a direção do astro que surge é sinal de bom tempo; mas, se elas se conservam sem vivacidade, despreocupadas dos raios solares, é aviso certo de temporais fortes e prolongados.

O pinho figura entre as madeiras que fornecem a celulose, substância empregada no fabrico do papel. Duas das maiores fábricas de papel da América do Sul estão localizadas no Estado do Paraná.

Curitiba possui o seu escudo ou brasão de armas. O brasão de armas do município de Curitiba é constituído da seguinte maneira:

Um pinheiro — símbolo do Paraná — em fundo vermelho formando um escudo, encimado por um castelo aurífero, simbolizando o ciclo de ouro, que foi a primeira e mais antiga fonte de riqueza de Curitiba; êstes emblemas são circundados por cachos entrelaçados de trigo e uva — notáveis riquezas municipais, vendo-se embaixo, em sentido horizontal, uma faixa vermelha, com os seguintes di-



Banco Inglês S.A.

zeres: “29 de março de 1692” — data da criação do município.

Além do Cemitério Municipal existem, na cidade, mais os seguintes: Cemitério da Água Verde, Cemitério Israelita, Cemitério Protestante e outros localizados nas sedes distritais e nas principais colônias do município.

O Cemitério Municipal, que é o mais antigo do município, foi construído por iniciativa do Padre João de Abreu Sottomaior, com o apoio e a colaboração do presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos. A construção teve início a 1.º de dezembro de 1854.

Pela Lei n.º 91, de 15 de outubro de 1902, foi criado o Cemitério das Comunas Evangélicas “Deutsche Evangelische Christus Gemeinde” e Igreja Evangélica Presbiteriana de Curitiba.

O movimento do gado abatido no Matadouro Municipal de Curitiba, no período de 1954 a 1957 foi o seguinte:

ANOS	NÚMERO DE CABEÇAS	CARCAÇAS APROVEITADAS
1954.....	53 749	10 343 235
1955.....	42 089	8 264 970
1956.....	31 490	6 736 362
1957.....

A sensível baixa verificada no número de cabeças abatidas em 1954 e nos anos seguintes, chegando a atingir uma diferença de mais de 20 000 cabeças em 1956, explica-se pelo fato de existir grande número de marchantes que possuem frigoríficos próprios, onde passaram a abater o gado de sua propriedade, não se utilizando, assim, dos serviços do Matadouro Modelo Municipal. Êstes dados não figuram na tabela acima.

Conta o município com uma Estação Meteorológica, do Ministério da Agricultura; e um Pôsto Pluviométrico, mantido pela Divisão de Águas do 3.º Distrito do Ministério de Agricultura.

O município é servido pela Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina. Em todo o trajeto da linha ferroviária, no território municipal, existem 6 estações ou pontos de parada ferroviários, que são: Curitiba, Portão, Barigui, Colônia Argelina, Aú e Barreirinha.

O serviço de Fomento da Produção Agropecuária é exercido, em Curitiba, pelas seguintes entidades públicas: Pôsto de Monta da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná; e Assistência Técnica à Agropecuária, do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.

A atual legislatura municipal foi eleita em 1955, devendo terminar seu mandato em outubro do corrente ano de 1958. Exerce o cargo de Prefeito Municipal o Sr. Ney Amintas de Barros Braga, major do Exército, primeiro Prefeito eleito em Curitiba após o golpe de Estado de 1937.

A Câmara Municipal de Curitiba compõe-se de vinte vereadores, que são os seguintes: Dr. Antenor Pamphilo dos Santos, Antônio Domakoski, Antônio Biazetto, Erondy Silvério; Dr. Elias Karam, Dr. Edmundo Leinig Saporski, Dr. Felipe Aristides Simão, Dr. Ivo Moro, Irlan Cavet, Dr. José Maria de Azevedo, João Stival, João Gasparin Filho, Dr. Jurandyr de Azevedo e Silva, Coronel Máximo Pinheiro Lima, Myltho Anselmo da Silva, Dr. Menotti

Capriglione, Ondino Ruy Camargo de Loyola, Dr. Sebastião Penteadó Darcanchy, Victório José Roda e Dr. Vicente Capriglione.

Em 1955 existiam 99 701 eleitores alistados, em todo o município.

A denominação popular por que são conhecidos os habitantes do município é “curitibanos”, denominação que já serviu de topônimo para um município do vizinho Estado de Santa Catarina, isto é, o município de Curitiba, fundado por antigos habitantes de Curitiba.

ORIGEM DO NOME — O primitivo nome do pequenino povoado, que seria transformado mais tarde em vila, cidade e capital, foi o de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais. Denominava-se Campos Gerais ou Campos de Curitiba a região em que se instalou a povoação. Durante os primeiros tempos não se adicionava ao lugar o topônimo Curitiba, embora conhecido. Ao despachar o requerimento que lhe dirigiram os habitantes da localidade em 1693, Mateus Martins Leme datou o seu despacho de *Pinhais* e não de *Curitiba*. Somente depois da instituição da vila é que a mesma passou a ser conhecida pela designação completa de Vila de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus de Curitiba, desaparecendo, assim, a palavra *Pinhais*, que foi substituída por Curitiba.

Até há bem pouco tempo havia dúvida, não só quanto à origem da palavra Curitiba, mas também quanto à sua etimologia e verdadeiro significado na linguagem corrente. Os autores que se ocuparam do assunto, apresentando estudos e interpretações do nome, nenhuma distinção fizeram sobre se Curitiba é palavra de origem tupi ou guarani.

Coube ao jovem professor Arion Dall’Igna Rodrigues, em magnífico trabalho publicado na imprensa curitibana, em 1952, e, mais tarde reproduzido na edição especial de “Ilustração Brasileira”, comemorativa do I Centenário do Paraná, em dezembro de 1953, definir a verdadeira proveniência do topônimo, dando a sua exata interpretação etimológica.

Em primeiro lugar, é necessário fazer a devida distinção entre os idiomas indígenas tupi e guarani, que não são a mesma coisa.

Eis, em síntese, a opinião esclarecedora e abalizada do professor Arion Dall’Igna Rodrigues, brilhante expressão da cultura paranaense, a respeito da etimologia do vocábulo Curitiba, tema, até então, bastante controverso:

“A diferença entre o tupi e o guarani antigos não é muito grande; era possível mesmo, a intercompreensão dos indivíduos que falavam uma e outra língua. Se bem que se manifeste também no vocabulário e na morfologia, a diferença é principalmente fonética, isto é, de pronúncia.

A *s* tupi corresponde *h* em guarani: tupi só “ir”, guarani *hó*; tupi *seté* corpo “dêle”, guarani *hété*; a *pw* tupi corresponde *kw* em guarani; tupi *pwã* “dedo da mão” guarani *kwã*; tupi *pwerab* “sara”, guarani *kwerá*; a *k* tupi corresponde *g* guarani; tupi *kutúk* “ferir”, guarani *kutúg*; tupi *mondók* “cortar”, guarani *mondóg* etc.

Justamente por ser pequena a diferença entre as duas línguas, torna-se difícil, às vezes, saber se um nome provém de uma outra, pois seria idêntico em ambas.

Quando se trata de topônimos porém, o conhecimento da área de distribuição geográfica de cada idioma remove,

ao menos em parte, essa dificuldade. Sabendo-se que o Paraná esteve compreendido dentro da área guarani — e não tupi —, a origem de seus nomes deve ser procurada no guarani e não no tupi (não se está considerando, é claro, o caso de nomes provenientes de línguas indígenas não pertencentes à família tupi-guarani, como o cain-gangue)”.

Analisando a origem, a etimologia e a morfologia do nome dado à capital do Paraná, apresenta o autor mencionado, os seguintes argumentos e considerações, situando o problema na sua verdadeira posição literária e científica:

“Para o nome *Curitiba*, entretanto, não só a região em que ocorre indica ser oriundo do guarani. O estudo de seu étimo confirma que é palavra de origem guarani e que não pode ser interpretada como sendo tupi. O étimo evidente de Curitiba é *kur ity ba*, palavra do guarani antigo que significa “pinheiral”, derivada que é do nome *kur í*, que ocorre na forma *kur iy*, registrada no século XVII pelo padre Montoya, e que propriamente significa “árvore *kur í*”, termo com que era designado o pinheiro; a significação própria dessa árvore.

O maior é neste caso equivalente ao sufixo português — *al*. Mas, enquanto o guarani antigo possui um nome especial para o pinheiro, dá-se também que o tupi antigo não apresenta nenhuma denominação de elementos — *ty’ba* é um sufixo abundancial, conforme o mais antigo dicionário do tupi antigo até hoje publicado, o “Vocabulário da Língua Brasileira”, de autor anônimo, registra, para traduzir o português “pinhão” e “pinheiro”, respectivamente, *pinã* e *pinã’y’ba*.

Esta última palavra é formada de *pinã*, evidente portuguêsismo, e o tupi teve de emprestar do português o nome *pinhão*, é evidente que não possuía termo próprio para designar a planta, o que, aliás, é muito natural, pois a *Araucaria brasiliensis* tem seu *habitat* limitado ao sul, coincidindo com o domínio guarani, e é desconhecida para o norte, onde se falava o tupi”.

Em tais condições e, diante de tão fortes argumentos de uma autoridade no assunto, como é o eminente professor Arion Dall’Igna Rodrigues, desapareceram tôdas as dúvidas a respeito da origem, da etimologia e do significado do nome da cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Trata-se de palavra de origem guarani e não tupi, como tem sido geralmente aceito por alguns escritores e historiadores. Alguns tratadistas, ao definirem e estudarem a questão, foram omissos quanto ao idioma a que o termo pertence.

Teodoro Sampaio, em “O Tupi na Geografia Nacional”, e Romário Martins, em “Toponômica Indígena do Paraná”, não mencionam a língua a que pertence a palavra Curitiba, apesar da interpretação e definição que deram à mesma.

É de salientar-se, ainda, que a palavra já era conhecida e usada nestas paragens (Campos Gerais de Curitiba), quando aqui aportaram os primeiros bandeirantes lusitanos e espanhóis, muito embora a futura povoação houvesse recebido a designação primitiva de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais.